

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
HANNAH MANES E MORAIS

A ESTRATÉGIA DO REDOBRO DE POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS E NO FRANCÊS:
uma análise comparativa

Rio de Janeiro

2022

Hannah Manes e Morais

A ESTRATÉGIA DO REDOBRO DE POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS E NO FRANCÊS:
uma análise comparativa

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Faculdade de Letras, Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Linguística

Orientador: Ana Regina Vaz Calindro

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

M828e Morais, Hannah Manes e
 A estratégia do redobro de possessivos no
português e no francês / Hannah Manes e Moraes. --
Rio de Janeiro, 2022.
 179 f.

 Orientadora: Ana Regina Vaz Calindro .
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós
Graduação em Linguística, 2022.

 1. Gramática comparada . 2. Língua portuguesa
Pronomes. 3. Língua francesa-Pronomes. 4. Clíticos.
I. Calindro , Ana Regina Vaz , orient. II. Título.

Hannah Manes e Morais

A ESTRATÉGIA DO REDOBRO DE POSSESSIVOS NO PORTUGUÊS E NO FRANCÊS:
uma análise comparativa

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Linguística,
Faculdade de Letras, Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Linguística

Aprovada por:



Presidente, Professora Doutora Ana Regina Vaz Calindro
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Professora Doutora Ana Paula Quadros Gomes
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Professora Doutora Maria Aparecida Torres Morais
Universidade de São Paulo

Professor Doutor Alessandro Boechat de Medeiros, Suplente
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Doutora Charlotte Galves, Suplente
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial à minha orientadora, Ana Calindro, que me acompanhou nessa jornada, não me deixou desistir em momento nenhum e teve um papel primordial na realização desta dissertação. Gratidão por todos os sacrifícios que teve que fazer e pela compreensão e suporte quando eu estava passando por momentos difíceis que me impediam de continuar. Não foi uma jornada fácil, mas finalmente chegou ao seu destino final.

Agradeço à minha família que sempre me apoiou em todas as decisões e sempre deu suporte em tudo.

Sou muito grata também aos professores Maria Aparecida Torres Morais, Ana Paula Quadros, Alessandro Boechat e Charlotte Galves que se dispuseram com tanta gentileza a ler meu trabalho e fazer parte da minha banca avaliadora.

Agradeço a todos que puderam participar da minha defesa e estavam presentes para me apoiar.

Um agradecimento, ainda, a todos que prezam pelo meu sucesso, assim como prezo pelo sucesso de todos aqueles que se esforçam.

RESUMO

O presente estudo se propõe a analisar a estrutura possessiva *seu N dele*, que aparece em textos do português arcaico (PA) tratados por Mattos e Silva (1989, 1993), Miguel (2002), Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) e também em obras literárias do século XIX, como observado por gramáticos como Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008); além da construção possessiva *son N à lui* (e suas variações de pessoa) tratadas por Langacker (1968), Kayne (1975, 2000) e Zribi-Hertz (1999) e que parecem ter surgido no francês moderno (FM), mas se limitam ainda a contextos de fala. Esta estrutura é o que chamamos de redobro de possessivos e, diferente do que ocorre em francês moderno, ela não é mais produtiva no português moderno, tanto brasileiro quanto europeu, e nunca ocorreu no francês antigo. Este fato gerou uma curiosidade sobre o porquê de esta construção possessiva ocorrer em uma língua e não na outra. Por isso, foi feita a análise de cada elemento envolvido no redobro, a fim de averiguar se eles têm as mesmas propriedades sintáticas e se as mesmas razões sintáticas motivam o uso desta estrutura, à luz da teoria de Cardinaletti e Starke (1999), Cardinaletti (1998), Castro (2006), Torres Morais e Ribeiro (2014), Kayne (1975, 2000) e Zribi-Hertz (1999). Além disso, para se confirmar a presença do redobro de possessivos no PA e no FM e construir minha própria teoria sobre seu uso, foram consultadas duas bases de dados: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (UNICAMP) e o Clapi FLE – Corpus de langues parlées en interaction. Nelas, foi confirmado o uso do redobro em textos do PA, mas também em textos que vão do século XVI ao XIX, de autores portugueses e brasileiros. Além disso, também foi constatado o uso desta estrutura em situações reais de comunicação em língua francesa moderna. As hipóteses que levantei, portanto, em relação ao desaparecimento do redobro de possessivos em português moderno e seu surgimento no francês moderno foram: (i) o status de elemento forte, fraco e clítico influencia o uso da construção, tendo em vista que em PA ela é realizada com pronomes fracos e fortes, *seu* e *dele*, respectivamente, enquanto em FM ela é a combinação de elementos clíticos e fracos, *mon/ton/son* e *à moi/à toi/à lui*, e ocorre em outras línguas que também possuem possessivos clíticos, como o espanhol e o italiano; (ii) o fato de o PB estar perdendo seus elementos clíticos pronominais de terceira pessoa são uma evidência de que não há redobro nessa variedade, embora haja em PE; (iii) a mudança no paradigma dos pronomes do PB e do PE, com a entrada de *você*, de alguma forma influencia no desaparecimento da construção no português moderno. A partir dessas premissas, portanto, apresentarei minha análise com base no programa minimalista de Chomsky (1995), destrinchada por Hornstein, Nunes e

Grohmann (2005), levando em consideração os traços-phi de cada possessivo envolvido na construção.

Palavras-chave: redobro; possessivos; clíticos; francês; português; traços- ϕ .

ABSTRACT

This study analyses doubling possessive structures such as *seu N dele* - attested in Old Portuguese (OP) by Mattos e Silva (1989, 1993), Miguel (2002), Castro (2006) and Torres Morais and Ribeiro (2014), also found and in 19th century literary work, as noted by grammarians such as Bechara (2009), and Cunha and Cintra (2008). Possessive doubling - *son N à lui* (and its variations of person) - is also present in spoken Modern French (MF), as discussed in Langacker (1968), Kayne (1975, 2000) and Zribi-Hertz (1999). Unlike MF, however, possessive doubling is no longer part of modern Brazilian and European Portuguese, as it never was in Old French. In order to pursue the reasons why this possessive construction occurs in some varieties but not in others, an analysis of each element involved in the doubling structure was carried out. In the light Cardinaletti and Starke (1999), Cardinaletti (1998), Castro (2006), Torres Morais and Ribeiro (2014), Kayne (1975, 2000) and Zribi-Hertz (1999), the main aim of this work consisted in verifying whether the doubling structures have similar syntactic properties, and if the same syntactic reasons motivate possessive doubling. In addition, to confirm the presence of possessive doubling in OP and MF, as well as to develop my own analysis about its use, two databases were consulted: the *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (UNICAMP) (Tycho Brahe Historical Portuguese Corpus) and the Clapi FLE – *Corpus de langues parlées en interaction* (Corpus spoken languages in interaction). The presence of possessive doubling in OP was confirmed, but this strategy was also found in texts written by Portuguese and Brazilian authors ranging from the 16th to the 19th century. Additionally, this structure was attested in real communication situations in modern French. I am assuming the disappearance of the possessive doubling in modern Portuguese and its emergence in modern French were due to: (i) the influence of the status of strong, weak and clitic elements in possessive doubling constructions, considering that in OP *seu* and *dele* are weak and strong pronouns, respectively, while possessive doubling in MF is a combination of clitic and weak elements, i.e., *mon/ton/son* and *à moi/à toi/à lui*, considering that this phenomenon also occurs in other languages that also have possessive clitics, like Spanish and Italian; (ii) the fact that BP is losing its third person clitic elements is evidence that there is no doubling in this variety, while it is a marginal phenomenon in EP; (iii) the change in the paradigm of BP and EP pronouns, with the entry of *você* among other facts, has influenced in the disappearance of the possessive doubling construction in modern Portuguese. Based on these premises, I analyze the possessive doubling based on Chomsky's (1995)

minimalist program, as presented by Hornstein, Nunes e Grohmann (2005), taking into account the phi-features of each possessive involved in the construction.

Keywords: doubling; possessives; clitics; French; Portuguese; phi features.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Ocorrência de redobro por períodos.....	75
Gráfico 2: Divisão de ocorrência por séculos no português.....	76
Gráfico 3: O redobro de possessivos do FM nos séculos XX e XXI.....	87

Lista de quadros

Quadro 1. Pronomes possessivos segundo a GT.....	20
Quadro 2. Possessivos e pronomes pessoais em PB e em PE (atualizado).....	22
Quadro 3. Possessivos determinantes do francês.....	32
Quadro 4. Os possessivos do Português Arcaico.....	36
Quadro 5. Possessivos do Francês Antigo.....	37
Quadro 6. Possessivos em latim e em línguas românicas.....	55
Quadro 7. As propriedades dos possessivos fortes, fracos e clíticos.....	55
Quadro 8. Clíticos do PE e do PB (norma culta).....	99
Quadro 9. Pronomes do PB atualizado.....	107
Quadro 10. Os clíticos do francês.....	113
Quadro 11. Possessivos determinantes e dativos do francês.....	157

Lista de tabelas

Tabela 1. Corpus do PA.....	71
Tabela 2. Corpus do Francês Moderno.....	83

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	19
A construção de redobro de possessivos	19
1.1 O REDOBRO EM PORTUGUÊS.....	19
1.1.1 Seu vs. Dele no PB	24
1.2 A PRESENÇA DO REDOBRO NO FRANCÊS MODERNO	28
1.2.1 Os possessivos em FM	29
1.3 OS POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS ARCAICO E DO FRANCÊS ANTIGO	36
1.4 O REDOBRO DE POSSESSIVOS	40
1.4.1 O redobro em português	40
1.4.2 O redobro em francês	45
1.5 A NATUREZA FORTE/DEFICIENTE DOS POSSESSIVOS.....	50
1.5.1 A diferença no status de deficiente/forte das formas possessivas no francês e no português	56
1.5.2 O status forte/deficiente da construção de redobro em PA e em FM	61
1.6 CONCLUSÃO PARCIAL.....	64
CAPÍTULO 2	68
Evidências de redobro	68
2.1 <i>CORPUS</i> DO PORTUGUÊS	69
2.2 <i>CORPUS</i> DO FRANCÊS	82
2.3 CONCLUSÃO PARCIAL.....	94
CAPÍTULO 3	96
Os pronomes clíticos do francês e do português	96
3.1 OS PRONOMES CLÍTICOS DO PORTUGUÊS	98
3.1.1 A posição dos clíticos	107
3.2 OS PRONOMES CLÍTICOS DO FRANCÊS	110
3.2.1 (Extra) Contextos que permitem a cliticização dos pronomes	114
3.2.2 A posição dos clíticos na sentença	118
3.2.3 A presença de objetos nulos no FM	120
3.3 O REDOBRO DE PRONOMES CLÍTICOS	122
3.3.1 O redobro de pronomes clíticos em português	124
3.3.2 Redobro de pronomes clíticos no PE	125
3.3.3 Redobro de pronomes clíticos no PB	129

3.3.4	O redobro de pronomes clíticos em francês	134
3.4	CONCLUSÃO PARCIAL	138
	CAPÍTULO 4	141
	Os traços-ϕ dos possessivos do PA e do FM	141
4.1	A ABORDAGEM SINTÁTICA DO REDOBRO	144
4.1.1	A posição dos possessivos em francês e português e a atribuição dos traços-ϕ	145
4.2	A OPERAÇÃO <i>AGREE</i>	150
4.2.1	O redobro na terceira pessoa	152
4.2.2	O redobro na primeira e segunda pessoa do FM	157
4.2.3	O desaparecimento do redobro em PB e PE	162
	CONCLUSÃO	170
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar os casos de redobro de possessivos que aparecem no francês moderno, a partir do séc. XX, e no português arcaico, séc. XII ao XV. Este é um fenômeno que provoca muita surpresa e curiosidade quando mencionado, especialmente aos brasileiros, porque não faz mais parte da gramática do português moderno tanto brasileiro quanto europeu, já que autores como Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) registram seu desaparecimento com o fim do período do português arcaico. No entanto, autores como Bechara (2009) e Cintra e Cunha (2008) citam esta estratégia em suas gramáticas normativas a partir de exemplos retirados de obras literárias portuguesas e brasileiras de autores nascidos no século XIX. Este foi um dos fatos que levaram à realização deste trabalho.

Por outro lado, como professora de francês, também me causou uma grande surpresa descobrir que esse é um fenômeno que ocorre nesta língua, visto que eu nunca o havia estudado ou até mesmo ensinado em classe de FLE (Francês como Língua Estrangeira). Isto se dá porque o redobro de possessivos em francês é considerado um uso marginal e, como veremos ao longo do trabalho, ele se restringe à modalidade falada da língua. Abaixo seguem, portanto, alguns exemplos dessa construção no português arcaico (1) e no francês moderno (2):

(1) a. Cõ a graça de Deus,entendia leuar a diante coma **fua** boa ajuda **delles**,

(l_002, XIV)

b. Deus me ouve , Senhor . Li a traição em muitos que me seguiam e cairia em **suas** mãos , **dele** !

(m_005, XIX)

(2) a. Ça c'est **ta** version **à TOI**.

Essa é POSS.DET versão POSS.DAT

‘É a sua versão’.

(CL_58, 2008)

b. Ceci dit alors attendez si on fait **sa** solution **à lui**.

Isso dito então espere se a gente faz POSS.DET solução POSS.DAT

‘Dito isso, então espere se a gente faz a solução dele’.

(CL_64, 2002)

Os exemplos (1) e (2) acima foram retirados dos dois *corpora* que utilizei para confirmar o uso da estratégia de redobro nas duas línguas. Os primeiros foram retirados do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*, composto de textos em português escritos por autores portugueses e brasileiros nascidos entre 1380 e 1978 e realizado a partir dos objetivos de Galves (1998). Nas sentenças (1a) e (1b), podemos perceber a presença de duas estratégias possessivas usadas também no português moderno: *seu* e *dele*. O que salta aos olhos, no entanto, é o fato de esses dois possessivos estarem coocorrendo com um mesmo elemento nominal, como podemos ver em '*sua* boa ajuda *delles*' (1a) e '*suas* mãos *dele*' (1b). Estas ocorrências, portanto, formam a estrutura de redobro *seu* N *dele* que será analisada ao longo deste trabalho.

Ademais, os exemplos em (2) foram retirados do Clapi FLE – *corpus de langue parlée en interaction*, uma base de dados multimídia de registros de situações reais de comunicação em contextos variados: interação profissional, institucional ou privada, comerciais, didáticas, médicas, entre outras. Este foi o *corpus* utilizado para levantar os dados do redobro em francês, a fim de contribuir com exemplos do fenômeno em situações reais de comunicação que não foram encontrados nos trabalhos que estudam esta construção, como os de Langacker (1968), Kayne (1975, 2000) e Zribi-Hertz (1999). Em (2a) e (2b), portanto, observa-se, assim como no português, a ocorrência de duas formas possessivas distintas combinando-se com um elemento nominal, posicionados à sua esquerda e à sua direita, *ta* version à *toi* e *sa* solution à *lui*, respectivamente. Esta construção é o que forma o redobro de possessivos em língua francesa, que também será analisado no decorrer deste trabalho.

Observe, no entanto, que, se no português os exemplos demonstram seu uso apenas na terceira pessoa, que é o que de fato ocorre com todos os dados, no francês ele também pode ocorrer em outras pessoas discursivas, isto é, ele se dá em todas as pessoas do discurso. Esta diferença foi o que motivou uma das perguntas para que fosse realizada a análise: o redobro no português é o mesmo que ocorre no francês? Se sim, por que ele deixou de ser produtivo em PB e em PE e se tornou produtivo em FM? Se não, quais são as propriedades sintáticas que os distinguem?

Para responder a essas questões, baseei-me na teoria de Cardinaletti e Starke (1999) e Cardinaletti (1998) sobre o status forte e deficiente de pronomes e possessivos, a fim de verificar se os possessivos do FM e do PA se enquadravam na mesma categoria postulada pelos autores. Foi necessário, ainda, recorrer ao modelo sintático de Zribi-Hertz (1999) e Miguel (2002) que abordam como os possessivos do português e do francês são gerados na estrutura e como eles adquirem seus traços- ϕ . A partir disso, dado que os possessivos

possuem morfologia flexional, como será demonstrado por Zribi-Hertz e Miguel, e para realizar a minha própria análise do fenômeno do redobro, levei em consideração a operação *Agree*, abordada pelo minimalismo de Chomsky (1995) e explicada pelos autores Hornstein, Nunes e Grohmann (2005), que demonstra que os elementos de uma sentença entram na derivação flexionados e analisa como eles têm seus traços- ϕ checados. Com isso buscarei confirmar se o status de forte, fraco e deficiente dos possessivos, assim como postulado por Cardinaletti e Starke (1998), influencia de alguma forma na operação de checagem de traços (Chomsky, 1995) e, caso haja uma relação entre as duas teorias, investigarei se este é um fator que diferencia ou assemelha a estratégia de redobro em ambas as línguas.

A hipótese que levanto é que o status de clítico dos possessivos afeta diretamente o uso do redobro nas línguas modernas, como o francês, e esta construção desapareceu do PB e do PE por não envolver elementos clíticos, e também porque, com o avanço da forma forte *dele* a partir do século XVIII, este possessivo dispensou o uso dessa construção por conter os traços- ϕ necessários para dar uma interpretação sem ambiguidade ao referente possuidor.

Logo, esta dissertação é composta por quatro capítulos, além da introdução. No capítulo 1, descreverei detalhadamente os possessivos das duas línguas (e algumas de suas variedades) que são objeto deste estudo, com base nos trabalhos de Castro (2006), Torres Morais e Ribeiro (2014) e Zribi-Hertz (1999). Além disso, introduzirei o fenômeno do redobro de possessivos que as autoras também descrevem e apresentarei razões semânticas e pragmáticas para seu uso (cf. WOLDSNES, 2013; BECHARA, 2009; CUNHA; CINTRA, 2008, entre outros). Por fim, abordarei a diferença entre as formas possessivas do PA, PB, PE, FA e FM à luz da teoria de Cardinaletti e Starke (1999) e Cardinaletti (1998) em relação ao seu status de forte, fraco ou clítico.

No capítulo 2, apresentarei os dados de redobro encontrado nos *corpora* do Tycho Brahe e do Clapi, citados anteriormente, e tentarei confirmar se os contextos em que eles aparecem são os mesmos apresentados por Castro (2006), Torres Morais e Ribeiro (2014), Zribi-Hertz (1999) e Cardinaletti (1998) ou se há alguma novidade que valha a pena destacar, a fim de contribuir com a teoria.

No capítulo 3, para confirmar a minha hipótese de que o status de clítico dos possessivos está diretamente ligado à realização de redobro nas línguas modernas, como o francês, o espanhol, o italiano e o grego, analisarei os pronomes clíticos do PB, do PE e do FM, e averiguarei se tais elementos podem ser redobrados, assim como os possessivos clíticos das línguas citadas, com base nos estudos de Kayne (2000), Chapman, (2012), Galves et al (2016), Machado-Rocha e Ramos (2016, 2018) e Magro (2019), além dos autores já citados.

Para finalizar, no capítulo 4 farei minha própria análise sintática do fenômeno do redobro no PA e no FM, e tentarei responder às perguntas que geraram esse trabalho, como dito anteriormente, levando em conta a operação *Agree* do programa minimalista, explicada por Hornstein, Nunes e Grohmann (2005), além das estruturas sintáticas propostas por Zribi-Hertz (1999) e Miguel (2002), a fim de descobrir qual fenômeno sintático motiva o uso desta construção. Retomarei, ainda, a teoria de Cardinaletti (1998) para tentar explicar o desaparecimento do redobro em PB e PE. Por fim, concluirei o trabalho com os resultados do que foi analisado.

CAPÍTULO 1

A construção de redobro de possessivos

Sabe-se que no português brasileiro moderno (PB e PE) há duas formas de expressar a posse de elementos nominais: os pronomes possessivos que se referem a todas as pessoas do discurso *meu, teu, seu* etc e a forma genitiva *de* + pronomes de terceira pessoa¹, ou seja, *dele, dela(s)*. No entanto, o que pouco se sabe é que estas duas formas possessivas costumavam coocorrer no português arcaico (PA), no contexto de terceira pessoa, referindo-se a um mesmo antecedente, como no exemplo em (1) retirado de um texto do século XIV, em que *seu* e *deles* atribuem posse a *godos*:

(1) En tempos dos godos, acaeceu que huu **seu** rei **deles** que avia nome Totila...

(CASTRO, 2006, p. 260)

Este fenômeno é o que chamamos de redobro dos possessivos e, para se entender como sua ocorrência é possível e por que essa estratégia não é mais utilizada no PE e no PB modernos, é necessário antes explicar a natureza morfossintática dos elementos envolvidos em sua formação.

1.1 O REDOBRO EM PORTUGUÊS

De acordo com a gramática tradicional (GT)², os pronomes possessivos acrescentam uma ideia de posse às pessoas gramaticais e variam em gênero e número de acordo com a coisa possuída e com o número de pessoas representadas no possuidor (cf. CUNHA; CINTRA, 2008, p. 333), conforme ilustrado na tabela a seguir:

¹ É importante ressaltar que além dessas formas, o PB ainda apresenta duas outras estratégias de posse formadas com a preposição *de*: *de você(s)*, referindo à segunda pessoa, e *da gente*, referindo-se à primeira (cf. CASTRO, 2006)

²Para mais detalhes sobre as gramáticas tradicionais do português, confira Faraco (2006), e Faraco e Zilles (2017).

Quadro 1. Pronomes possessivos segundo a GT

Pessoas do discurso	Pronomes possessivos
Eu (1. ^a pessoa do singular)	<i>meu(s), minha(s)</i>
Tu (2. ^a pessoa do singular)	<i>teu(s), tua(s)</i>
Ele/Ela (3. ^a pessoa do singular)	<i>seu(s), sua(s)</i>
Nós (1. ^a pessoa do plural)	<i>nosso(s), nossa(s)</i>
Vós (2. ^a pessoa do plural)	<i>vosso(s), vossa(s)</i>
Eles/Elas (3. ^a pessoa do plural)	<i>seu(s), sua(s)</i>

Fonte: Cunha e Cintra (2008, p. 333)

No entanto, o quadro de pronomes pessoais do PB apresenta algumas mudanças históricas ainda não assumidas pela GT. Por exemplo, na tabela acima, as formas *dele/dela* já presentes no português arcaico, como exemplificado em (1), não foram descritas. Além disso, Kato et al. (2009) (entre muitos outros) demonstram que, na maior parte do território brasileiro, a partir do século XVIII o pronome *tu* foi sendo substituído pelo pronome de tratamento *você* (2), forma sincopada derivada da expressão nominal *vossa mercê* (cf. CASTRO, 2006, p. 31). Já nas regiões em que o uso de ambas as formas pronominais se alterna, não há marcação de concordância de 2.^a pessoa quando o pronome *tu* é utilizado (3) (LOPES; ROMEU; CARNEIRO, 2013; SCHERRE et al., 2015; CALINDRO; RODRIGUES, 2022). Já o pronome *vós* foi completamente substituído por *vocês* no nominativo em PB.

Segundo Calindro e Rodrigues (2022, p. 85), a adição do pronome *você* gerou uma mudança significativa na sintaxe em relação à função de sujeito e objeto dos pronomes, já que tal forma pronominal pode ocupar tanto a posição de sujeito quanto objeto (cf. 4), ou seja, pode pertencer ao caso nominativo ou ao acusativo. De acordo com as autoras, isso afeta inclusive os clíticos³ acusativos e dativos de 2.^a e 3.^a pessoas, como será abordado no capítulo 3 deste trabalho.

Além disso, a primeira pessoa do plural, *nós*, também foi afetada, visto que passou a se alternar com a expressão nominal *a gente* na função de sujeito (cf. 5). Embora, esta forma inovativa não tenha marca de concordância de plural, assim como sua predecessora, sendo conjugada na terceira pessoa do singular. Isso causou inclusive uma mudança em relação ao uso do clítico *nos*, que passou a se alternar também com a forma *a gente* na posição de complemento, como em (6) (cf. CALINDRO; RODRIGUES, 2022, p. 86).

³ Clíticos são palavras que dependem fonologicamente de outras, como pronomes átonos que estão ligados a formas verbais (CALINDRO; RODRIGUES, 2022, p. 86)

- (2) **Você** foi pra escola ontem?
 (3) **Tu** viu o que ele fez?
 (4) Eu vi **você** ontem.
 (5) **A gente** foi ao bar ontem.
 (6) Ele deu um carro pra **gente**.

Torres Morais e Ribeiro (2014) demonstram, ainda, que diacronicamente, além da perda da distinção entre 2ª e 3ª pessoas na flexão verbal, tal rearranjo de pronomes afeta os usos das formas possessivas de 3ª pessoa, *seu, sua, seus, suas* que concorrem com os possessivos *teu, tua, teus, tuas* e suplantam os possessivos *vosso* (e suas variantes), pois passam a ser usadas para a 2ª pessoa nocional. No PB e PE modernos, esta variação cria uma marcante ambiguidade na retomada do possuidor de 3ª pessoa, como se pode observar em (7):

- (7) Encontrei a *Maria_i* e ela estava com a ***sua_{i/j}*** irmã⁴.

Todo falante nativo de PB reconhece que o possessivo pode se referir tanto à *irmã* de *Maria* como à *irmã* do interlocutor, com a possibilidade de ser interpretado como possessivo de segunda ou de terceira pessoa (cf. CALINDRO, 2019). Isto ocorre, segundo Torres Morais e Ribeiro (2014), pois os pronomes *seu/sua* não expressam morfossintaticamente os traços de número e de gênero do possuidor, mas expressam flexão, número e gênero do possuído.

Portanto, seguindo a hipótese de Torres Morais e Ribeiro (2014), com a entrada das formas *você* e *vocês* provocando o rearranjo no paradigma dos pronomes pessoais nominativos e mudança da interpretação dos pronomes possessivos de 3ª pessoa, há o avanço da forma perifrástica *dele* a partir do século XVIII, principalmente na língua oral. É importante ressaltar que houve um avanço e não a introdução desta forma, porque, como vimos em (1), ela já estava presente no PA, embora fosse pouco produtiva.

Dele, portanto, se compromete morfossintaticamente com o possuidor, estabelecendo com ele concordância flexional de pessoa, número e gênero. Assim, no contraste em (8) a seguir, evidencia-se esta forma como uma alternativa para contextos em que o uso do pronome *seu* gera ambiguidade por concordar em gênero e número apenas com o possuído:

⁴ De acordo com Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 30), há, ainda, uma “forma nula (que) se comporta como um “anafórico” de 3ª pessoa” e pode ser usada no lugar de *seu* e de *dele*. Logo, na sentença, *Encontrei Maria e ela estava com a irmã* não há nenhuma ambiguidade referencial e *irmã* só pode ser interpretada como a irmã da própria Maria.

(8) a. ??* O *veterinário* tratou o **seu** gato com antibióticos.

b. O *veterinário* tratou o gato **dele** com antibióticos.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 27)

Dessa forma, o quadro de pronomes do PB e do PE modernos é atualizado, como ilustrado na tabela abaixo:

Quadro 2. Possessivos e pronomes pessoais em PB e em PE (atualizado)

Referente	Pronomes Pessoais	Possessivos Simples	Possessivos em De
1ª singular	eu	meu	-
2ª singular	tu	teu	-
2ª singular	você	seu	de você
3ª singular	ele _M /ela _F	seu	dele _M /dela _F
1ª plural	nós/a gente	nosso	da gente
2ª plural	vocês	vosso	de vocês
3ª plural	eles _M /elas _F	seu	deles _M /delas _F

Fonte: Adaptado de Castro (2006, p. 25)

Apesar de a introdução do pronome *você* ter afetado não apenas os pronomes pessoais, mas também o uso dos possessivos de terceira pessoa *seu/sua* (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014), esse não foi o fator determinante para o surgimento da forma *de*-possessiva em PB. Isto porque, como observado anteriormente, o pronome *dele* já se fazia presente no português arcaico, sobretudo em situações de redobro de possessivos (9), que aprofundarei nas próximas seções.

(9) {F50vC1⁵} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos seus servos sem **sa** vontade **deles**.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 37)

⁵ *Corpus* retirado do texto *Um Flos Sanctorum - edições, glossário e estudos linguísticos* (TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 33)

De acordo com Castro (2006, p. 275), é possível que *dele* tenha entrado no PA em coocorrência com *seu* nos casos de redobro e só depois *seu* tenha caído da construção. Todavia, não é uma hipótese confirmada. Ademais, apenas línguas que não distinguem morfológicamente a 3ª pessoa do singular da 3ª pessoa do plural dos possessivos simples, como o português, *seu/sua/seus/suas*, possuem os possessivos em *de* em seu paradigma (cf. CASTRO, 2006, p. 254).

Nesse sentido, a autora argumenta que há uma possibilidade de que, com o surgimento de *você* no português moderno (PB e PE), o uso de *seu* tenha se tornado preferencial para a segunda pessoa formal, enquanto os *de*-possessivos, que já eram usados para a terceira pessoa, continuaram a fazer referência exclusivamente a tais antecedentes. Por isso, a ambiguidade em (7) seria resolvida pela preferência do uso do pronome *seu* como segunda pessoa e implementação da forma *dele* no paradigma possessivo se referindo à terceira pessoa (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014; CALINDRO, 2019, e.o.), como em (10):

(10) Encontrei a *Maria*_i e ela estava com a irmã ***dela***_i.

No entanto, alguns trabalhos do final do século XX que tratam da dicotomia de possessivos *seu/dele*, como Cerqueira (1993) e Mattoso Câmara (1970), apontam que a forma possessiva *seu* como terceira pessoa estaria em via de desaparecimento, sendo substituída pela forma *dele*, enquanto se restringiria apenas à segunda pessoa. Segundo Müller (1997, p. 55), trabalhos de orientação funcionalista⁶ descrevem a ambiguidade do pronome *seu* como a razão dessa substituição, enquanto para trabalhos de orientação gerativista⁷ essa ambiguidade ocorreria pelo enfraquecimento geral da concordância do PB. Todavia, dados coletados pela autora demonstram que a forma *seu* como terceira pessoa está longe de se extinguir. Para ela, “as percentagens de *seu* encontradas nos estudos empíricos (...) (entre 45% e 15%, nos diferentes *corpora*⁸) não permitem concluir pelo desaparecimento próximo da forma possessiva *seu* de terceira pessoa de nossa língua oral” (MÜLLER, 1997, p. 95).

⁶ Como Perini (1985), Silva (1984, 1991) e Castilho (1992) (cf. MULLER, 1997, p. 55).

⁷ Alguns exemplos seriam os trabalhos de Cerqueira (1993) e de Roberts & Kato (1993) (cf. MÜLLER, 1997, p. 55).

⁸ Os *corpora* citados pela autora baseiam-se em gravações da década de 70 de pessoas nascidas em 5 capitais brasileiras, realizadas pelo projeto NURC, Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil, que tem a finalidade de documentar e descrever a norma objetiva do português culto falado no Brasil (cf. CASTILHO; PRETI, 1986, p. 2 apud MÜLLER, 1997, p. 55).

1.1.1 Seu vs. Dele no PB

Seguindo essas assertivas e os dados coletados por Müller (1997) e Menuzzi (1999, 2003), Torres Morais e Ribeiro (2014) formulam a hipótese de que as formas *seu* e *dele* não são equivalentes, pois não há sempre a possibilidade de substituição de uma pela outra. Isto porque o possessivo *seu* é favorecido como forma anafórica na retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa na fala formal e na variedade escrita, enquanto na fala e escritas informais ele só é aceito plenamente quando se relaciona com um antecedente de natureza quantificacional, como *todos* em (11). Logo, em contexto oral, a forma escolhida para retomar antecedentes referenciais e expressar correferência é a forma perifrástica *dele*, assim como *João* em (12).

(11) *Todos* vão para os **seus** lugares.

(12) *João* vai para o lugar **dele**.

(TORRES MORAIS & RIBEIRO, 2014, p. 21)

Nesse sentido, Müller (1997) afirma que há uma especialização das formas possessivas *seu* e *dele* dependendo do tipo de antecedente a ser retomado, pois *seu* é uma forma pronominal com comportamento de variável ligada que, segundo Menuzzi (2003, p. 124), “representa uma “posição aberta” em um predicado, que pode ser preenchida por qualquer indivíduo que esteja incluído na denotação do antecedente”; enquanto *dele* é a forma pronominal capaz de estabelecer relações de correferência, denotando o mesmo indivíduo que ele”, conforme representado por *todos* em (11) e *João* em (12), respectivamente. Assim, como afirmam Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 24), com antecedentes quantificacionais, os pronomes só podem ser interpretados como variável ligada, visto que não denotam indivíduos.

Ademais, ainda segundo Menuzzi (2003, p. 123), caso uma língua possua formas pronominais que se alternem em determinada posição sintática, a forma mais econômica morfossintaticamente é a favorecida, ou exigida, para a interpretação de variável ligada naquela posição. Neste caso, *seu* é a forma mais econômica, visto que contém apenas a informação referente à pessoa gramatical, enquanto *dele* apresenta informações sobre a pessoa gramatical, gênero e número do antecedente possuidor. Por isso, *seu* é “discursivamente “marcado” para retomar os antecedentes referenciais mais acessíveis estruturalmente e mais

ricos morfológicamente” (TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 26), como pudemos verificar em (11) e (12).

É importante ressaltar que essa qualidade de variável ligada de possessivos com tais antecedentes já se manifesta na fase arcaica do português, como *cada hu]a* (13a), *quem* (13b) e *cada hu)u* (13c) (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 35).

(13) a. {F13rC2} Vymos em Thebayda huu) moesteiro de sancto Isidro de gram nomeada, cercado de muy gram muro assi que bem cabiam hi mil celas e ante *cada hu]a* cela havia **seu** poço;

b. {F29rC2} E deziam-lhi:

– Cruével, porque diz a escritura: “cruével é *quem* ã cura de **sa** fama”.

c. {F79vC2} E o emperador mandou fazer a *cada hu)u* **sa** arca douro em que possessem o corpo de cada hu)u).

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 35)

Todavia, como demonstram Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 27), para que *seu* seja interpretado como variável ligada é necessário que cumpra restrições estruturais básicas: a) um pronome só pode ser interpretado como variável ligada de um antecedente se for c-comandado por ele (cf. 14a); b) um item c-comanda o outro se ambos forem dominados pelos mesmos constituintes máximos (S, SN, SV, SP).

(14) a. [_S *Quase todo rapaz* se preocupa com **sua** namorada].

b. ??*[_S A mãe de [_{SP} *quase todo rapaz*] se preocupa com **sua** namorada]].

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 27)

Logo, para que ocorra essa interpretação, *seu* deve ser c-comandado pelo antecedente na estrutura de superfície. Por exemplo, em (14a), a primeira projeção máxima que domina o possuidor também domina o constituinte que contém a forma possessiva, logo é possível que *quase todo rapaz* seja o antecedente de *sua*. Ao contrário, em (14b), o constituinte *quase todo rapaz* está dentro do sujeito sintático, em uma posição estrutural inferior ao possessivo, assim a projeção máxima que o domina o sujeito sintático não domina o possessivo. Por isso, *sua* não pode ser seu antecedente, sendo necessária a inserção de *dele/dela* para que a frase seja

aceitável, pois as formas perifrásticas não precisam ser c-comandadas pelo referente, como dito anteriormente (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 27). Isto gera a sentença (15).

(15) [s A mãe de [*SP quase todo rapaz*] se preocupa com a namorada **dele**]]

Desse modo, de acordo com Menuzzi (1999 apud TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 25), o sistema pronominal do PB está passando por mudanças que fazem com que *seu* se torne desfavorecido como forma anafórica para antecedentes referenciais de 3ª pessoa, visto que é uma forma mais econômica ou menos informativa do que *dele*, já que especifica apenas o traço de pessoa do possuidor e não seu gênero e número. Assim, conforme atestado pelo estudo de Silva (1996), baseado no *Corpus Censo*⁹, ele é preferido na retomada de antecedentes gerais, ou indefinidos, como os quantificadores *todos*, *todo mundo*, *cada*, etc. (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 22). Segundo Torres Morais e Ribeiro (2014), este seria um traço inovativo do PB que o diferencia de outras línguas românicas.

No entanto, as autoras apontam que, com certos antecedentes não referenciais, ou seja, quando não são denotados indivíduos, é possível a alternância entre *seu* e *dele*, já que *dele* também pode ser interpretado como variável ligada, como em (12).

(16) Todo pai acha que **seu** filho/o filho **dele** é o mais inteligente.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 24)

Outro fator que contribuiu para o avanço do genitivo *dele* no lugar de *seu* em contextos referenciais de 3ª pessoa foi a substituição dos dativos clíticos em contexto genitivo *lhe/lhes* por tal forma (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 31). No entanto, ressalta-se que esta forma genitiva ainda é produtiva em PE moderno, apesar de ter sido substituída em PB, como tratarei no capítulo 3.

Segundo as autoras, em relação aos verbos ditransitivos dinâmicos, como *beijar*, *lavar*, *levantar*, entre outros, a variante genitiva *dele*, *dela*, *deles*, *delas* é introduzida para substituir os pronomes *lhe/lhes* dativos com interpretação genitiva em PB. Por outro lado, o uso de *seu* em tal contexto é agramatical na seguinte interpretação quando atribuir posse à 'vizinha', pois

⁹ O *Corpus Censo*, do início do anos 80, reúne entrevistas com 48 falantes adultos da cidade do Rio de Janeiro, contemplando três dimensões de estratificação: (i) a faixa etária que vai de 15 a mais de 50 anos; (ii) o grau de escolaridade que vai da 1ª série do “primário” até o 2º grau, ou seja, atinge falantes que se situam socialmente a meio caminho entre os dois graus de escolarização: alfabetizando e universitários; (iii) os dois sexos: masculino e feminino. (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 20)

se refere a um possuidor que não é o antecedente que o c-comanda, o que confirma seu status de variável ligada (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 32).

(17) a. O José lavou-**lhe** o carro. (lhe = da vizinha)

b. O José lavou o carro **dela**. (dela= da vizinha)

c. * O José lavou o **seu** carro. (seu= da vizinha)

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 32)

Em (17a), portanto, o dativo de 3ª pessoa, *lhe*, atua como um argumento do verbo (OI) e é interpretado como possuidor de um argumento acusativo (o carro). Por outro lado, em (17b), *dela* é um argumento pronominal, gerado e licenciado no interior do NP complexo (o carro dela) (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 32).

Como observa Silva (1982), outra variável relevante que distingue as duas formas possessivas é o traço [+animado] vs. [-animado] do possuidor. No exemplo em (18) abaixo, o traço [+animado], referente a mecânico, favorece a forma *dela*; já o traço [-animado] de coração, no exemplo (19), não a favorece:

(18) O *mecânico* e as válvulas **dela**.

(19) O coração e **suas** válvulas.

(SILVA, 1982 apud TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 21)

Dessa forma, podemos concluir que, apesar de possuírem a mesma função de posse, retomando a terceira pessoa discursiva, as formas possessivas do português *seu* e *dela* não são equivalentes morfossintática ou semanticamente e, exceto quando o pronome *dela* também pode ser usado como variável ligada, como visto em (12), ambas as formas ocorrem em contextos específicos e distintos. Devido às mudanças no paradigma dos pronomes pessoais, assim como a substituição do dativo *lhe* por *dela* em contexto genitivo, tal forma genitiva é cada vez mais usada em contextos correferenciais, sobretudo na variedade falada, segundo a hipótese formulada por Torres Morais e Ribeiro (2014) a partir dos dados coletados por Silva (1982), Müller (1997) e Menuzzi (1999, 2003). Portanto, a frequência do uso dessa estratégia de posse diminui os contextos em que pode haver uma ambiguidade causada pelo possessivo *seu*.

Além disso, é importante ressaltar que a distinção sintática entre tais estratégias de posse, como a posição em que são gerados na sentença e seus traços- ϕ em relação ao possuidor, foi o que permitiu a coocorrência de seu uso no PA, como veremos mais adiante.

1.2 A PRESENÇA DO REDOBRO NO FRANCÊS MODERNO

Em língua portuguesa, Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) afirmam que o redobro dos possessivos se faz presente apenas até o fim do século XV, com o fim do período arcaico da língua. No entanto, como veremos no capítulo 2, seu uso se estende até o século XIX, como demonstrado pelos dados do *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* (base de dados que serviu de análise para este trabalho), desaparecendo no PB moderno. Em francês moderno (FM), por outro lado, constatou-se o uso dessa estratégia:

(20) a. Elle est **ma** chance **à moi**.

Ela é minha.POSS sorte a mim.POSS

‘Ela é minha sorte’

b. **Ma** préférence **à moi**.

minha.POSS preferência a mim.POSS

‘Minha preferência’

(CLERC, 1978)

Nos exemplos em (20), podemos perceber a coocorrência de duas formas possessivas orbitando um mesmo elemento nominal, *ma chance à moi* e *ma préférence à moi* e fazendo referência a um mesmo referente possuidor, a 1ª pessoa do singular. Esta construção é o que chamamos de redobro de possessivos em francês. E, como se pode observar, ela não ocorre apenas na terceira pessoa como no português, mas em outras pessoas também, como veremos com mais detalhes mais adiante.

Desse modo, a partir da literatura sobre o tema (LANGACKER, 1968; KAYNE, 1975; ZRIBI-HERTZ, 1999) e da coleta de dados, que também apresentarei no capítulo 2, confirma-se que esta construção faz parte da gramática do FM. Como podemos ver por meio da música *Ma préférence*, do artista francês Julien Clerc em (20), é possível afirmar que o redobro de possessivos está presente em contextos de fala, como letras de músicas e roteiros de filmes.

Tais contextos são considerados de fala devido ao continuum tipológico das práticas sociais de produção textual, definido por Marcuschi (2008, p. 38) como “a impossibilidade de

situar a oralidade e a escrita em sistemas linguísticos diversos, de modo que ambas fazem parte do mesmo sistema da língua”. De acordo com o autor, esse sistema se realiza como a língua heterogênea e variável e não como sistema único e abstrato. Logo, a diferença entre fala e escrita deve ser vista na perspectiva do uso, não do sistema, ou seja, levando-se em consideração o uso do código, não o código em si (cf. MARCUSCHI, 2008, p. 43). Assim, letras de música e roteiros de filme têm como base um texto, mas são representações da oralidade, isto é, seu uso se aproxima mais da oralidade.

Portanto, a partir dessa consideração e com a constatação da presença do redobro de possessivos em FM, é importante explicitar a natureza das formas possessivas dessa língua, a fim de traçar sua diferença com as do PA e do português moderno. São essas diferenças que nos permitirão evidenciar a razão de seu aparecimento no FM e sua extinção no PB e no PE.

1.2.1 Os possessivos em FM

A gramática tradicional francesa classifica os possessivos como determinantes adjetivos (*mon* ‘meu’, *ton* ‘teu’, *son* ‘seu’, etc) e pronomes (*le mien*, *le tien*, *le sien* etc - o meu, o teu, o seu). Ambos são usados para referenciar substantivos de acordo com a pessoa gramatical com a qual ele se relaciona: quem fala, de quem se fala e a quem se fala.

Os determinantes adjetivos, especificamente, variam em pessoa, referindo-se tanto ao interlocutor (1ª e 2ª pessoa) quanto à pessoa ou coisa de que se fala (3ª pessoa), ou seja, ao possuidor. Além disso, eles variam em gênero e número, determinando o referente possuído ao qual se ligam, como em *Où est ma robe blanche ?* (1ª p. sg. f.) “onde está meu vestido branco?”. Já os pronomes possessivos variam conforme a pessoa gramatical (1ª, 2ª, 3ª sg. ou pl.), em gênero, de acordo com o substantivo que representam, e em número, conforme as necessidades da situação comunicativa, como em *Cette robe est la mienne*. (1ª p. sg. f) “esse vestido é o meu” (cf. GREVISSE; GOOSSE, 1995, p. 186-187; 216).

No entanto, Zribi-Hertz (1999) admite que no francês moderno (FM) há, na verdade, três formas de expressões possessivas: a determinante, *mon*; a adjetival, *mien*; e a dativa, *à moi*. Esta última é apenas citada em uma nota de rodapé por Grevisse e Gosse (1995)¹⁰ como sendo um uso da língua “ordinária” quando o possessivo é epíteto ou atributo do sujeito, como se vê em: *qui furent à moi* ‘que foram minhas’, em que o dativo *à moi* se refere à primeira pessoa do singular. Portanto, ressalta-se que a forma dativa ainda não é plenamente

¹⁰ Uma das gramáticas tradicionais normativas francesas.

aceita pela GT. Apesar dessa exclusão (ou falta de atualização), as seguintes frases trazidas por Zribi-Hertz (1999, p. 7) (já presentes em trabalhos anteriores, como em Langacker, 1968) são perfeitamente gramaticais no FM, como a autora aponta em (21):

- (21) a. Pierre a retrouvé **mon** chapeau.
 Pierre tem encontrado meu.POSS chapéu
 ‘Pierre encontrou meu chapéu’
- b. Pierre a retrouvé **le mien** (de chapeau).
 Pierre tem encontrado o meu.POSS (de chapéu)
 ‘Pierre encontrou o meu’ (de chapéu)
- c. Pierre a retrouvé un chapeau **à moi**.
 Pierre tem encontrado um chapéu a mim.POSS
 ‘Pierre encontrou meu chapéu’

Dessa maneira, apesar da concorrência das três formas gramaticais, todas elas são utilizadas na língua francesa corrente e, como visto nos exemplos acima, expressam a mesma função, indicar posse. Isto é possível, pois elas se relacionam sintaticamente com seus referentes de formas diferentes, visto que são geradas em posições distintas. Por esse motivo, além de poderem ser usadas em alternância, a depender da situação comunicativa, há a possibilidade de combinação entre as formas determinante e dativa, como se pode observar a seguir (e como o corpus que utilizei demonstrará no próximo capítulo):

- (22) a. **Mon** chapeau **à moi** est rangé dans l'armoire.
 Meu.POSS chapéu a mim.POSS é guardado no armário
 ‘Meu chapéu está guardado no armário’

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 7)

Outras combinações, como a de possessivos adjetivais e dativos (23a), ou de determinantes e adjetivais precedidas de um artigo definido (23b), não ocorrem nunca, enquanto a combinação *mon mien* (23c) é mal-formada no francês corrente, mas atestada pela

autora em corpus com produções jovens francófonos da década de 90 (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 7):¹¹

(23) a. ***Le mien à moi** est rangé dans l'armoire.

O meu.POSS.ADJ a mim.POSS.DAT está arrumado em o armário.

b. *{**Mon le mien/le mon mien**} est rangé dans l'armoire.

Meu.POSS.DET o meu.POSS.ADJ/o meu.POSS.ADJ meu.POSS.DET está arrumado no armário.

c. ?***Mon mien** est rangé dans l'armoire.

Meu.POSS.DET meu.POSS.ADJ está arrumado no armário

‘O meu tá arrumado no armário’

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 7)

Tendo em vista que apenas a combinação das formas determinante e dativa é realizada em FM - já que a outra combinação com o dativo é considerada marginal - e são elas que geram o redobro que é objeto de estudo deste trabalho, nas próximas linhas demonstrarei a natureza sintática de cada uma para se compreender a possibilidade e frequente ocorrência dessa combinação. Por isso, deixarei de lado a forma adjetiva, cujo estudo não compete a este estudo.

Os possessivos determinantes fazem parte de um DP constituído de um determinante possessivo + nome (*son fils*), por isso são considerados proclíticos sintagmáticos (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999). Além disso, eles variam em pessoa, ao se referirem ao interlocutor (1ª e 2ª pessoas) ou a algo ou alguém de quem se fala (3ª pessoa), e em número e gênero, ao compartilharem os traços flexionais do substantivo ao qual se ligam, expressando, assim, uma relação entre dois referentes.

(24) Marie_i a retrouvé les clés dans **son**_i sac à main.

Marie tem encontrado as chaves em seu.POSS.DET bolsa

‘Maria encontrou as chaves em sua bolsa’

¹¹ Sem referência.

No exemplo acima, o possessivo *son* se refere a *Marie*, um antecedente de 3ª pessoa do singular, e ao substantivo ao qual ele se liga *sac*, masculino e singular. Logo, o determinante *son* representa as mesmas características de seus referentes, os traços [3PS] do possuidor e os traços [MASC, SG] do possuído.

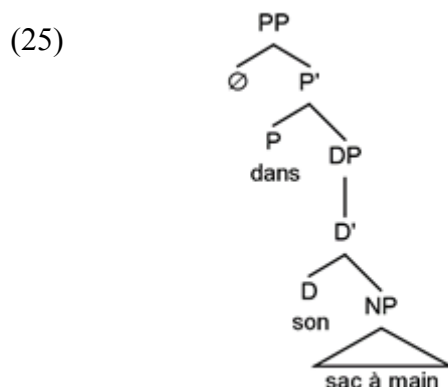
Segue, portanto, o quadro de possessivos determinantes que expressam essas relações:

Quadro 3. Possessivos determinantes do francês

	1ª pessoa do singular	2ª pessoa do singular	3ª pessoa do singular	1ª pessoa do plural	2ª pessoa do plural	3ª pessoa plural
masculino singular	<i>mon</i>	<i>ton</i>	<i>son</i>	<i>notre</i>	<i>votre</i>	<i>leur</i>
feminino singular	<i>ma</i>	<i>ta</i>	<i>sa</i>	<i>notre</i>	<i>votre</i>	<i>leur</i>
plural	<i>mes</i>	<i>tes</i>	<i>ses</i>	<i>nos</i>	<i>vos</i>	<i>leurs</i>

Fonte: Elaboração própria.

Para se compreender melhor o que é essa formação *son N*, ressalta-se que ela se equivale ao PP *le N1 du N2*. Assim, *son sac à main* possui a mesma relação semântica que *le sac à main de Marie*. Este grupo preposicional (*de Marie*) demonstra que os possessivos, combinando sua função de determinação com a de representação, garantem uma identificação definida e explícita do nome determinado (*le sac à main*) (cf. WOLDSNES, 2013, p. 5). Logo, equivalendo-se ao artigo definido, eles funcionam como um determinante definido também gerado no núcleo do DP:¹²



¹² Proponho a representação em (25) nos moldes de Longobardi (1994), que inclusive atesta que pronomes possessivos são D em espanhol, francês e inglês, para ilustrar que os possessivos funcionam como os determinantes e são projetados no núcleo do DP.

Além disso, seu emprego, segundo Woldsnes (2013, p. 6), cujo trabalho foca não somente em questões sintáticas, mas também na semântica e pragmática, tem uma certa função na estrutura textual, visto que ele pode ser uma anáfora lexical que faz referência a um antecedente já citado no texto, por meio da 3ª pessoa, ou adquirir um valor dêitico, isto é, todas as informações para identificar o possuidor e o possuído são fornecidas pela situação de enunciação através das 1ª e 2ª pessoas do singular e plural. Este fato é o que, de acordo com Zribi-Hertz (1999, p. 12, tradução minha¹³), “distingue os artigos definidos dos possessivos, [visto que] estes contêm um traço de Pessoa, cuja posição e função sintática faltam ser determinadas”. E, como veremos mais adiante, isso propiciará o uso do redobro.

Portanto, ao mesmo tempo em que determina o nome que ele acompanha, o possessivo determinante também estabelece uma relação de dependência entre seus referentes.

Já os possessivos dativos são originados a partir da combinação entre a preposição *à* e uma forma isolada de pronome pessoal (*moi, toi, lui, elle etc*), que a gramática francesa chama de tônica, por ser prosodicamente acentuada. Vale ressaltar que é a preposição *à* que vai lhes conferir o status de *dativo*, como explicarei mais adiante. Segundo Radhouane (2007, p. 94, tradução minha):

As formas tônicas da primeira e da segunda pessoa do singular e do plural são pronomes nominais (exofóricos). Trata-se de **moi, toi, nous, vous**. Esses pronomes autônomos se referem às pessoas discursivas enquanto os outros pronomes (**lui, elle, eux, elles**) remetem às pessoas [ou animais, coisas, objetos] (...) expressas no contexto linguístico (eles são endofóricos).

Desse modo, sua função é equivalente à dos possessivos determinantes que são anafóricos ou dêiticos, cujas referências partem do contexto ou da situação de enunciação, respectivamente. Assim, no exemplo (26a) abaixo, o pronome tônico de 1ª pessoa possui um referente extralinguístico, que representa a pessoa que fala, enquanto o exemplo (26b) demonstra um pronome de terceira pessoa do plural cuja referência depende do contexto linguístico para se entender de quem se fala – note que, nesses contextos, eles fazem parte de um objeto indireto complemento do VP, *pensent* e *pensons*, respectivamente, e não constituem um possessivo dativo.

- (26) a. Ils pensent à **moi**.
 Eles pensam PP.DAT
 ‘Eles pensam em mim’

¹³ Trecho traduzido por mim: “Ce qui distingue les articles définis des possessifs est le fait que ces derniers contiennent un trait de Personne, dont il reste à déterminer la position et la fonction syntaxiques.”

- b. Nous pensons à **eux**.
 Nós pensamos PP.DAT
 ‘Nós pensamos neles’

Todavia, apesar de terem funções textuais semelhantes, os dativos distinguem-se dos possessivos determinantes ao variarem em pessoa, gênero e número apenas quanto ao possuidor e não ao referente nominal do que é possuído. Outra diferença é que eles podem assumir as posições pós-nominal (27b) e predicativa (27a).

- (27) a. Cette boîte est (devenue) à **lui**.
 Essa garrafa é (tornada) a ele.POSS.DAT
 ‘Essa garrafa é (se tornou) dele’

- b. J’ ai retrouvé une boîte à **lui**.
 Eu tenho encontrado uma garrafa a ele.POSS.DAT
 ‘Eu encontrei a garrafa dele’

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 19)

No exemplo (27a), o dativo *à lui* é separado do NP pelo V cópula *est*. Isto significa que ele possui uma função predicativa e não de objeto indireto, como citado anteriormente. Quanto a (27b), o possessivo *à lui* se posiciona após o DP *une boîte*. Em ambos os casos, eles se referem a um possuidor de 3ª pessoa do singular, mas não determinam o NP possuído como o possessivo determinante. Em (27a), este NP é determinado pelo demonstrativo *cette* e, em (27b), pelo artigo indefinido *une*. Logo, ele não possui a função de determinante. O que permite, portanto, em sua estrutura, que este possessivo atribua o valor de posse ao referente possuidor é a preposição *à*, que lhe confere o Caso dativo.

Além disso, é importante ressaltar que os possessivos dativos se alternam livremente com um item lexical (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 19):

- (28) a. Cette boîte est à **lui**.
 Essa caixa é a ele.POSS.DAT
 ‘Essa caixa é dele’
 b. Cette boîte est à **Pierre**.

Essa caixa é a Pierre.DP.POSS

‘Essa caixa é do Pierre’

Apesar de poderem se combinar com um artigo indefinido, um cardinal, um possessivo determinante ou um demonstrativo (29a,b,c,d, respectivamente), ele só pode se combinar com um artigo definido na presença de uma sentença relativa (30a,b, respectivamente) (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 21):

(29) a. J'ai trouvé **une** boîte **à toi** dans l'entrée.

Eu tenho achado uma.DET.IND caixa a você.POSS.DAT em a entrada.

‘Achei uma caixa sua na entrada’

b. J'ai trouvé **deux** boîtes **à toi** dans l'entrée.

Eu tenho achado duas.DET.CARD caixas a você.POSS.DAT em a entrada.

‘Achei duas caixas suas na entrada’

c. Celle-ci est beaucoup plus belle que **ma** boîte **à moi**.

Essa aqui é muito mais bonita que minha.POSS.DET caixa a mim.POSS.DAT

‘Essa aqui é mais bonita que a minha caixa’

d. J'ai trouvé **cette** boîte **à toi** dans l'entrée.

Eu tenho achado essa.DET.DEM caixa você.POSS.DAT em a entrada.

‘Achei essa caixa sua na entrada’

(30) a. *J'ai trouvé {**la** boîte/**les** deux boîtes} **à toi** dans l'entrée.

‘Eu tenho achado a.DET.DEF caixa/as.DET.DEF duas.DET.CARD caixas a você.POSS.DAT em a entrada

‘Achei a caixa/as duas caixas sua(s) na entrada’

b. J'ai trouvé dans l'entrée {**la** boîte/**les** deux boîtes} **à toi** que tu avais perdue(s).

Eu tenho achado em a entrada a caixa/as duas caixas a você que você tinha perdido.

‘Achei na entrada a caixa/as duas caixas suas que você tinha perdido’

Portanto, uma sentença como (31) também é agramatical em FM (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 24):

31) ***La boîte à Pierre.**

a.DET.DEF caixa a Pierre.DP.POSS

‘A caixa do Pierre’

Abordadas essas considerações, nota-se que os possessivos determinante e dativo são equivalentes em sua função de representação e complementares. Este consegue identificar o gênero, número e pessoa do possuidor, mas não determina o sintagma nominal possuído, necessitando, assim, da presença de um determinante. Já aquele tem a função de determinar o possuído, mas não consegue identificar o referente possuidor em gênero, apenas em pessoa e número, e isto pode gerar uma ambiguidade, como veremos mais adiante.

1.3 OS POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS ARCAICO E DO FRANCÊS ANTIGO

Castro (2006, p. 47) demonstra que o paradigma de possessivos do PA se diferencia em alguns aspectos do paradigma do português moderno, conforme ela exemplifica na tabela abaixo:

Quadro 4. Os possessivos do Português Arcaico

PERSON	MSG	FSG	MPL	FPL
1SG	meu	ma/mha/minha	meus	mas/mnhas/minhas
2SG	teu	ta/tua	teus	tas/tuas
3SG	seu	sa/sua	seus	sas/suas
1PL	nosso	nossa	nossos	nossas
2PL	vosso	vossa	vossos	vossas
3PL	seu	sa/sua	seus	sas/suas

Fonte: Mattos e Silva (1993, p. 27 apud Castro, 2006, p. 47)

Já em relação ao francês, Einhorn (1974, p. 34-35) demonstra que, diferentemente do FM, no francês antigo (FA) havia dois tipos de possessivos: os tônicos e os átonos, que podiam ser nominativo ou oblíquo, singular ou plural (NS/NP; OS/OP), conforme expresso na tabela abaixo:

Quadro 5. Possessivos do Francês Antigo

Pessoa Caso	Formas átonas (adjetivos)	Formas átonas (adjetivos)	Formas tônicas (pronomes/ adjetivos)	Formas tônicas (pronomes/ adjetivos)
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
1ª singular NS/OS	mes/mon	ma/ma	miens/mien	moie/moie
1ª singular NP/OP	mi/mes	mes/mes	mien/miens	moies/moies
2ª singular NS/OS	tes/ton	ta/ta	tuens/tuen	toe/toe
2ª singular NP/OP	ti/tes	tes/tes	tuen/tuens	toes/toes
3ª singular NS/OS	ses/son	sa/sa	suens/suen	soe/soe
3ª singular NP/OP	si/ses	ses/ses	suen/suens	soes/soes
1ª plural NS/OS	nostre/nostre	nostre/nostre	nostre/nostre	nostre/nostre
1ª plural NP/OP	nostre/noz	noz/noz	nostre/nostres	nostres/nostres
2ª plural NS/OS	vostre/vostre	vostre/vostre	vostre/vostre	vostre/vostre
2ª plural NP/OP	vostre/voz	voz/voz	vostre/vostres	vostres/vostres
3ª plural NS/OS	lor	lor	lor	lor
3ª plural NP/OP	lor	lor	lor	lor

Fonte: Einhorn (1974, p. 35)

De acordo com Miguel (2002), à luz da teoria de Cardinaletti (1998) (que abordarei nas próximas seções), os possessivos do português arcaico e do francês antigo¹⁴ se comportam de formas similares. Ambas as línguas dispõem de possessivos fracos pré-nominais que não podem ser acompanhados de artigos (32a,b) e, em PA, ainda podem ser redobrados (33); de possessivos fracos de mesma posição, mas que podem coocorrer com artigo (34a, b) e em contextos de elipse (35a,b); e, por fim, de possessivos fortes que ocorrem em posição pós-nominal (36) e podem ter função predicativa (37) (cf. MIGUEL, 2002, p. 215-217).

(32) a. E non ouves o rogo que ti fez **teu** padre espiritual?

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 178 (1.28.23) apud MIGUEL, 2002, p. 215)

b. S'il contrepesast **vo** richece / encontre **vostre** grant proece.

Se ele comparasse vossa.2aP.PL. riqueza.FEM.PL / contra vossa.2aP.PL.
grande bravura.SG

(FOULET, 1919, 1990, p. 163 apud MIGUEL, 2002, p. 216)

(33) [...] mais morou com muitas monjas e foi **seu** abade **delas**.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 177 (1.5.56) apud MIGUEL, 2002, p. 216)

(34) a. E maravilhando-se Juiãão, mandadeiro do papa, porque **o seu** homen tanto tardara, alçou **os seus** ombros e vio viir pola carreira com hua cárrega de feo sobre seu colo.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 181 (1.8.19) apud MIGUEL 2002, p. 216)

b. **Un sien** compere en apela.

Um seu.3a.MASC.SG companheiro.MASC.SG chamou.

(FOULET 1919, 1990: 166 apud MIGUEL 2002, p. 216)

(35) a. Os meus costumes non conviinhm con **os vossos**.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 179, (2.3.179), p. 180, (2.3.26) apud MIGUEL, 2002, p. 216)

b. A lui amer estoit si buen / qu'a mon cuer prenoit

A ele amar era tão bom / que ao meu coração.MASC.SG pego

¹⁴ Período que vai do século IX ao século XIV (cf. EINHORN, 1974).

le suen.

o seu.3aP.MASC.SG

(FOULET 1919, 1990, p. 165 apud MIGUEL, 2002, p. 2017)

(36) a. non tira a calça **sua**.

(s/ referência)

b. ce fut maleoit gré **mien**.

isso foi contra vontade.MASC.SG meu.1aP.SG.MASC

(FOULET, 1919,1990, p. 166, apud MIGUEL, 2002, p. 217)

(37) a. Tan altas obras non son **nossas**.

(Mattos e Silva, 1989:179, (2.32.13) & (2.14.9) apud MIGUEL, 2002, p. 217)

b. La dame est **moie** et je sui **suens**.

A dama.FEM.SG é minha.1aP.FEM.SG e eu sou seu.3aP.MASC.SG

(RAYNAUD DE LAGE, 1975, p. 60 apud MIGUEL, 2002, p. 217)

Para Miguel (2002, p. 217), em FA, a posição pós-nominal é rara e parece arcaica e lexicalizada, e isto explicaria em parte o aparecimento dos possessivos dativos (*à moi*).

Portanto, a partir dessa explanação, a autora demonstra que mudanças ocorreram na transição do PA e do FA para o PE moderno e o FM. Segundo Miguel (2002, p. 218, tradução minha¹⁵):

O PE tem um sistema mais uniforme: (i) a posição inicial absoluta não é mais permitida, a não ser em NPs predicados; (ii) [o segundo tipo de possessivos citado] se estendeu e se tornou a única escolha possível; (iii) em termos morfológicos, há uma forma homófona ocorrendo em todos os contextos (*meu / teu / seu*) e apresentando concordância com o núcleo nominal.

Quanto ao FM: (i) possessivos fracos em posição pré-nominal do FA foram generalizados (*mon livre*); (ii) formas fracas se especializaram em elipses (*le mien*), o que significa que o padrão que generaliza em PE desapareceu em FM; (iii) por

¹⁵ Trecho traduzido por mim:

PE has a more uniform system: (i) the absolute initial position is no longer allowed, unless in NP a homophonous form occurring in all contexts (*meu / teu / seu*) and displaying agreement with the noun head.

As for MF: (i) weak possessives in pre-nominal position of OF generalized (*mon livre*); (ii) weak forms specialized for ellipsis (*le mien*), meaning that the pattern which generalizes in EP disappeared in MF; (iii) by the end of Middle French, a new pattern arises for post-nominal and predicative contexts (*à moi*), referred to as ‘dative possessive’.

volta do final do Francês Médio¹⁶, um novo padrão surge em contextos pós-nominais e predicativos (*à moi*), que passa a ser chamado como ‘possessivo dativo’.

Tais mudanças podem ser vistas nas subseções anteriores (cf. 2.1 e 2.2). Assim, nas próximas seções, a partir das considerações em relação ao PA, FA, PB, PE e FM, abordarei o tema do redobro, cuja existência foi atestada pelos diversos autores supracitados.

1.4 O REDOBRO DE POSSESSIVOS

Como apontado nas seções anteriores, um fenômeno linguístico chama a atenção por ter desaparecido do PB e PE modernos e ser produtivo no francês moderno: o redobro de possessivos. Esta é uma construção que gera muitas questões pelo fato de ser pouco estudada por linguistas e também não ser abordada no ensino de francês nas escolas, isto porque gramáticas normativas francesas não a descrevem/registram. Por outro lado, apesar de o redobro possessivo não ser mais usado no PB e no PE modernos nem em situações de fala, nem de escrita, é citado por gramáticos brasileiros, como Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008), como falarei mais adiante.

Por isso, é importante sabermos como ela é formada e qual é a sua função na sentença para entendermos a razão de seu desaparecimento em português e de seu uso na modernidade francesa. Nas próximas seções, portanto, abordarei a estratégia de redobro em cada língua.

1.4.1 O redobro em português

Vimos na seção 1.1 que em PB há duas formas possessivas de terceira pessoa que podem ser intercambiadas quando o antecedente nominal for referencial. No entanto, eles são realizados em posições diferentes em relação ao termo nominal, ou seja, *seu* pode ser tanto pós-nominal, quando for encabeçado por um artigo definido, quanto pré-nominal (38), caso ocorra com um DP indefinido. Já *dele* pode apenas vir na posição pós-nominal (39) (cf. CASTRO, 2006, p. 56). Além disso, seu uso varia no que diz respeito à natureza do referente que retomam, podendo ser quantificacional ou variável ligada, *seu*, ou correferente, *dele*, como abordado na seção 1.1.2.

(38) a. Vou emprestar-te (*o*) **meu** livro de cozinha escandinava.

¹⁶ Período que vai do século XIV ao início do XVII.

b. Levaste lá de casa *um* livro **meu** de cozinha escandinava?

(CASTRO, 2006, p. 56)

(39) Já conheces o livro **dele** de cozinha escandinava?

(CASTRO, 2006, p. 60)

No entanto, como apontam Mattos e Silva (1989, 2008), Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014), foram encontrados no português arcaico (XII-XV) usos de ambas as formas em coocorrência referindo-se ao mesmo termo nominal, o que gera um redobro dos possessivos.

(40) {F50vC1} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos seus *servos* sem **sa** vontade **deles**.

(41) {F29vC2} E porque hi havia hu)a mulher viuva que havia nome Eusebia de boo logar e muy sancta e desejava muyto a veer aquele abade porque lhi disserom que era muy sancto, mandou-o rogar *per muytos homens boos* que a visse. E porque ele nunca quis consentir a **seu** rogo **deles** que a visse, rogou ela ao prelado da eigreja de sancta Olalha...

(TORRES MORAIS & RIBEIRO, 2014, p. 37)

Nos exemplos acima, tanto *sa/sua* quanto *deles* se referem ao mesmo antecedente, *servos* (40) e *per muytos homens boos* (41), atribuindo posse aos termos *vontade* e *rogo*. Como apontado anteriormente, *sa/seu* concorda com o elemento possuído em gênero e número, mas não contém essa informação morfológica em relação ao possuidor. Já *deles* contém informações de gênero e número em relação ao possuidor e não ao possuído. Por isso, em (40) e (41), não se saberia se *sua* e *sa* se refeririam a *Deus* ou *servos* e a *aquele abade* ou *per muytos homens boos*, respectivamente, se não houvesse a forma *dele* nas sentenças. Nesse sentido, fica evidente que desde o PA há uma ambiguidade gerada pela utilização das formas *seu/sua*.

A solução para esse problema no PA, como apontam Mattos e Silva (1989, 2008) e Castro (2006), seria a construção *seu N dele* que teria a função de desambiguar sentenças com diversos referentes possíveis - já que a adição do genitivo *dele* atribuiria gênero e número ao possuidor -, e, mais raramente, de expressar ênfase, como em (42) e (43).

(42) {F46rC1} E chegando-se o tempo de parir preguntaram-na de quem era prenhe. E ela disse:

– Aquel monge que ali mora soo me houve de virgiidade e emprehou-me assy como veedes.

E entõ os parentes **seus dela** prenderom-me e tirarom-me da casa em que eu siia ascondudo trabalhando com mhas mãos e trouverom-me pera a rua pera mi fazerem escarnho.

(43) {F37vC1} Entõ mandarom dizer ao sancto homem, que estava em sa casa, que se veesse pera o adro ca hi o atendiam *eles*. E o sancto homem, temendo-se de maldade **sua deles**, mandou dizer a Claudio (...), que logo se veesse a ele.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 37)

Segundo Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 38), o redobro em (42) e (43), que ocorre em posição pós-nominal, seria mais um recurso enfático do que uma estratégia para desambiguar o possuidor.

É importante ressaltar, ainda, que essa construção em português está restrita à terceira pessoa. Para Castro (2006), é isso que faz com que ela se aproxime mais do redobro de possessivos em espanhol contemporâneo, que também se dá apenas na terceira pessoa *su* (44)¹⁷, do que com o redobro dos clíticos possessivos em francês, que, como veremos com mais detalhes na próxima seção, ocorre em todas as pessoas discursivas.

(44) a. **su** libro **de ustedes**

3.Sg libro de.2PL

‘seu livro de vocês’

b. **su** abuelo **de ellas**

3.sg avô de.3pl

‘seu avô delas’

(CASTRO, 2006, p. 271)

¹⁷ Exemplos retirados por Castro (2006) de Picallo e Rigau (1999), Bernstein (2003) e Bernstein (2005).

Conforme a autora, a diferença entre as duas línguas, português e espanhol, é apenas o redobro com a forma *usted* (44a), de segunda pessoa, que não é encontrado naquele.

De acordo com Torres Morais e Ribeiro (2014, p. 36-37), apesar de poucas ocorrências encontradas em seus dados (apenas 8), o aparecimento dessa estratégia é suficiente para constatar uma preferência do uso do redobro em situações em que havia uma relação entre o possuidor plural e o possuído singular, assim como na presença de dois ou mais referentes, como no exemplo (41) retomado aqui por (45), e também na expressão da posse inalienável, conforme visto em (43) e retomado aqui por (46).

(45) {F29vC2} E porque hi havia hu)a molher viuva que havia nome Eusebia de boo logar e muy sancta e desejava muyto a veer aquele abade porque lhi disserom que era muy sancto, mandou-o rogar *per muytos homens boos* que a visse. E porque ele nunca quis consentir a **seu** rogo **deles** que a visse, rogou ela ao prelado da eigreja de sancta Olalha...

(46) {F37vC1} Entõ mandarom dizer ao sancto homem, que estava em sa casa, que se veesse pera o adro ca hi o atendiam *eles*. E o sancto homem, temendo-se de maldade **sua** **deles**, mandou dizer a Claudio (...), que logo se veesse a ele.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 37)

Além disso, para as autoras, “o redobro constitui a fonte da entrada da forma *dele* como pronome genitivo de 3ª pessoa” (TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 36). Segundo Castro (2006, p. 274), *dele* é formado por *de*, o marcador de caso genitivo, mais um pronome forte de 3ª pessoa derivado do demonstrativo *ille/illa/illud* do latim. Como dito na seção 1.1, esta forma possessiva começa a avançar em conjunto com a expansão do pronome *você* no século XVIII e a ser usada em alternância com *seu/sua* (MÜLLER, 1997; MENUZZI, 2003; CASTRO, 2006; TORRES MORAIS E RIBEIRO, 2014).

Na contemporaneidade, nota-se uma espécie de reforço da ambiguidade gerada pelo pronome *seu*. Isto porque, além da correferência realizada por causa da ausência de morfologia de gênero e número do possessivo de terceira pessoa em relação ao antecedente possuidor, já presente no PA, há, ainda, a variação de *seu* quanto ao traço de pessoa, dado que este pronome pode se referir tanto à terceira pessoa, *ele*, quanto à segunda pessoa discursivas, *você/tu*. Em PB, portanto, com o avanço do genitivo *dele*, a ambiguidade em relação à terceira pessoa pode ser resolvida apenas pelo uso deste pronome, sem a necessidade de se fazer uso da construção de redobro. Assim, o pronome *seu* ficaria relegado à segunda pessoa em

paralelo ao *teu* ainda presente mesmo em dialetos que fazem uso majoritário de *você* (cf. CALINDRO, 2019; CALINDRO; RODRIGUES, 2022).

Todavia, curiosamente, apesar de não ser um fenômeno reconhecido no português moderno, Cunha e Cintra (2008) e Bechara (2009) citam o recurso *seu* N *dele* em suas gramáticas, exemplificando com sentenças retiradas de uma das obras do autor brasileiro Machado de Assis (47) e do autor português Camilo Castelo Branco (48) e (49), ambos autores nascidos no século XIX. Os primeiros citam essa estratégia como uma forma de enfatizar a ideia de posse quando o valor possessivo não é suficientemente forte; enquanto o último afirma ser uma maneira de resolver as dúvidas geradas pelo uso de *seu*, ou seja, pode ser usada uma estratégia de desambiguação.

(47) Montaigne explica pelo **seu** modo **dele** a variedade desse livro.

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 336)

(48) Domingos Botelho, avisado da rejeição do filho, respondeu que fizesse ele a sua vontade; mas que a **sua** vitória **dele**, sobre os protetores e os corrompidos pelo ouro do fidalgo de Viseu, estava plenamente obtida.

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 336)

(49) Se Adelaide o amava como e quanto Calisto já podia duvidar, **sua** honra **dele** era pôr peito à defesa do opressa...

(BECHARA, 2009, p. 182)

Portanto, como vimos, a ambiguidade da forma *seu/sua* não apenas ocorria em PA, como foi reforçada no português moderno com a possibilidade de seu uso como segunda ou terceira pessoa (cf. CASTRO, 2006; TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014). Por isso, a questão que se levanta no que tange a essa problemática é: por que essa estratégia de desambiguação não persistiu em PB e em PE, se há até mesmo indícios de seu uso ainda no século XIX, como exemplificado por Bechara (47) e Cunha e Cintra em (48) e (49), quando já era suposto por Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) seu desaparecimento?

Foi observado que o avanço da forma *dele* a partir do século XVIII indicava que o uso da estratégia de redobro já não era mais necessário. Se for este o caso, qual seria a razão sintática para esta mudança? Para responder a essa questão e desenvolver minha própria análise, apresentarei no capítulo 2 dados retirados do Tycho Brahe (UNICAMP) que atestam o uso da construção de redobro no PA, além de abordar a teoria sintática de Cardinaletti (1998)

e Cardinaletti e Starke (1994, 1999) sobre o status forte/deficiente dos pronomes e possessivos.

Todavia, antes de tratarmos desses assuntos, é necessário demonstrar que, diferentemente do português, essa estratégia se faz cada vez mais presente no francês moderno.

1.4.2 O redobro em francês

Assim como atestam Langacker (1968), Kayne (1975, 2000), Zribi-Hertz (1999) e Woldsnes (2013), na língua francesa moderna está cada vez mais frequente o uso do redobro das formas possessivas, como em *J'ai trouvé sa boîte à lui* (“Encontrei a garrafa dele”). Diferentemente do português moderno, em que esta construção não é mais produtiva, em francês ela parece ser bem utilizada desde o século XX, conforme atesto na análise dos dados de diversas transcrições de áudios de conversas espontâneas encontradas na plataforma *CLAPI*, da qual falarei no capítulo 2.

Dessa maneira, levanto a questão que deu origem a este trabalho: por que em PB e PE modernos a estratégia do redobro já não é mais utilizada, apesar de estar prescrita pela GT, enquanto sua ocorrência é bem produtiva no FM? Para se responder essa pergunta, portanto, é primeiro necessário se entender como o redobro se dá nessa língua e qual é sua função semântica.

Como visto anteriormente, os possessivos dativos em francês são combinados com alguns DPs que possuem o traço [±definido]. Por isso, já que os possessivos determinantes possuem o mesmo traço de definitude, podemos supor que a combinação de ambas as formas possessivas também seja possível. Esta hipótese é confirmada por Zribi-Hertz (1999, p. 21, tradução minha¹⁸) ao afirmar que “o possessivo dativo pós-nominal pode se combinar com um indefinido ou um cardinal, um possessivo determinativo ou um demonstrativo”, como demonstrado também na seção 1.2. Isto fica evidente nos seguintes exemplos:

- (50) a. J' ai trouvé une boîte à toi dans l'entrée.
 Eu tenho encontrado uma.PR IND caixa a ti.POSS na entrada
 ‘Encontrei uma caixa sua na entrada’

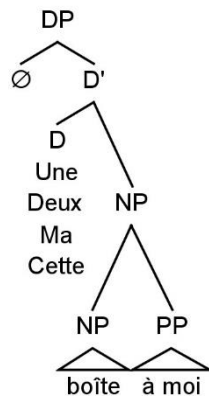
¹⁸ Trecho da tradução feita por mim: “Le possessif datif postnominal peut se combiner avec un indéfini ou un cardinal, un possessif déterminatif, ou un démonstratif.”

- b. J' ai trouvé *deux* boîtes **à toi** dans l'entrée.
 Eu tenho encontrado duas.DET.CARD caixas a ti.POSS na entrada
 'Encontrei duas caixas suas na entrada'
- c. Celle-ci est beaucoup plus belle que **ma** boîte **à moi**.
 Esta aqui é muito mais bonita que minha.POSS caixa a mim.POSS
 'Esta é muito mais bonita que a minha caixa'
- d. J' ai trouvé *cette* boîte **à toi** dans l'entrée.
 Eu tenho encontrado esta.PR DEM caixa a ti.POSS na entrada
 'Encontrei esta caixa sua na entrada'

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 21)

Assim, esta estrutura fica representada da seguinte maneira:

(51)



Na estrutura em (51) acima, o possessivo dativo *à moi* se encontra em um aDP adjunto ao DP *boîte*, ao qual ele atribui posse por meio da preposição *à*. Ao mesmo tempo ele coocorre com um determinante D° modificador do mesmo DP *boîte*, formando uma estrutura totalmente gramatical em FM. No entanto, é importante lembrar que, mesmo que este dativo contenha o traço [±definido] podendo coocorrer com um artigo indefinido, um demonstrativo, um numeral ou um possessivo determinante, ele não pode se combinar com um artigo definido, como em (52), retomado de (30).

(52) a. *J'ai trouvé {**la** boîte/**les** deux boîtes}.

‘Eu tenho achado a.DET.DEF caixa/as.DET.DEF duas.DET.CARD caixas

à toi dans l'entrée

a você.POSS.DAT em a entrada

‘Achei a caixa/as duas caixas sua(s) na entrada’

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 21)

Apesar de todas essas combinações serem possíveis, a que nos interessa analisar aqui é aquela em (50c): dos possessivos determinante *ma* e dativo *à moi*, que vão resultar no redobro de possessivos. Mas, então, o que motivaria esse fenômeno?

Dado que os possessivos determinantes de 3ª pessoa dependem do contexto linguístico para identificar o referente possuidor e não lhe atribuem traço de gênero, uma ambiguidade é gerada quando houver um referente sujeito e um objeto na mesma frase que compartilhem a mesma pessoa discursiva, como ocorre em:

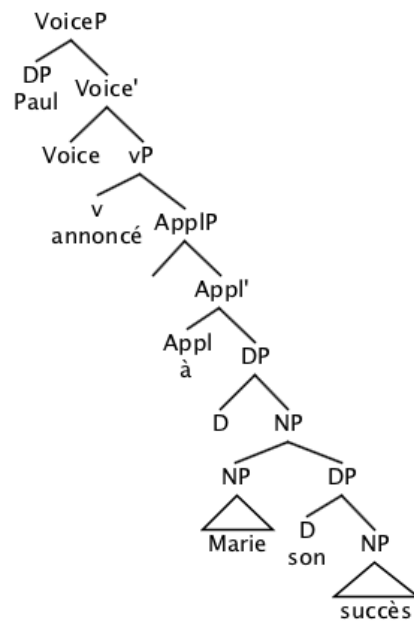
(53) Paul a annoncé à Marie **son** succès.

‘Paul contou à Maria sobre seu sucesso’.

Neste exemplo, não se sabe se o possessivo *son* se refere a Paul ou a Marie, visto que ele não atribui traço de gênero ao possuidor. Observa-se, portanto, duas possibilidades de interpretação. Para ajudar na visualização dessas interpretações, elaboro as árvores em (54)¹⁹ a fim de ilustrar que em (54a) o DP *son succès* seria gerado adjungido ao a-DP *Marie*, ou seja eles estão relacionados, logo *succès* é o possuído, enquanto *Marie*, o possuidor. Portanto, Marie vai c-comandar *seu*, o que confere ao pronome o estatuto de variável ligada de Marie (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014).

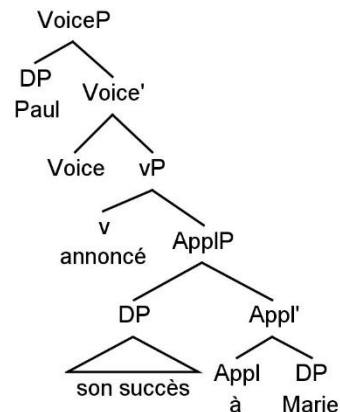
¹⁹ Como proposto por Cuervo (2003) e Torres Morais (2007), com base em Pylkkänen (2008), o núcleo aplicativo introduz uma preposição atribuidora de Caso na estrutura argumental.

(54) a.



Já na segunda representação (54b), nota-se que o DP *son succès* é gerado no Spec do ApplP e não é c-comandado por Marie. Logo, Paul c-comanda *son succès*, também garantindo uma interpretação de variável ligada com o pronome. Assim, (54a) é equivalente a *Le succès de Marie* e (54b) a *Le succès de Paul*.

b.



Com isso, Woldsnes (2013) apresenta uma resolução para esse impasse referencial: o uso do redobro. Segundo a linguista, “quando as circunstâncias não bastam para retirar essa ambiguidade, é preciso adicionar um grupo preposicional que indique a identidade do possuidor (*à lui, à elle* etc.)” (WOLDSNES, 2013, p. 13, tradução minha²⁰). Como vimos, o

²⁰ Trecho traduzido por mim: “Lorsque les circonstances ne suffisent pas à lever cette ambiguïté, il faut ajouter un groupe prépositionnel indiquant l’identité du possesseur (*à lui, à elle* etc.)”.

pronome tônico remete apenas ao possuidor, atribuindo-lhe os traços de Pessoa, Gênero e Número, assim, caso o interlocutor quisesse demonstrar a *Marie* como possuidora, a frase gerada seria *Paul a annoncé à Marie son succès à elle*. Caso contrário, em lugar de *à elle*, *à lui* deveria ser acrescentado para se referir a *Paul*.

No entanto, nas sentenças (55) e (56) abaixo, retiradas de uma música e de uma contação de história por uma criança de mais ou menos 4 anos, respectivamente, não há dois referentes que justifiquem o uso do redobro com a finalidade de retirar a ambiguidade.

(55) C'est ton âme qui chante **ta** mélodie **à toi**.
 É tua alma que canta tua.POSS.DET melodia a ti.POSS.DAT
 ‘É tua alma que canta tua melodia’

(ZAZ, 2013)

(56) Parce que c'étaient **ses** fraises **à elle**.
 Porque eram seus.POSS.DET morangos a ela.POSS.DAT
 ‘Porque eram os morangos dela’

(LES ANIMAUX PAUVRES, 2011)

Na sentença (55), tanto o determinante *ta* quanto o dativo *à toi* remetem ao interlocutor extralinguístico de 2ª pessoa, enquanto em (56) *ses* e *à elle* possuem um referente discursivo de 3ª pessoa já citado anteriormente. Qual a razão, portanto, do uso do redobro nesse caso?

De acordo com Woldnes (2013, p. 12, tradução minha²¹), “nos casos em que for necessário ressaltar a relação de posse em francês, é preciso adicionar ao NP possessivo um grupo preposicional introduzido por *à*, seguido de uma forma dissociada do pronome pessoal (*à lui*, *à elle* etc.)”. Este método pode reforçar o significado do possessivo ou especificar a identidade do possuído.

Sendo assim, semanticamente, é possível que o redobro dos possessivos ocorra tanto para retirar uma ambiguidade, como para reforçar ou identificar os referentes nominais. Isso vai ao encontro da teoria de Langacker (1968) que postula que a coocorrência do possessivo

²¹ Trecho traduzido por mim: “Dans les cas où il faut souligner la relation d'appartenance en français, il faut ajouter au GN possessif un groupe prépositionnel introduit par *à*, suivi d'une forme disjointe du pronom personnel (*à lui*, *à elle* etc.)”.

determinante com o dativo seria uma reduplicação. E, segundo o autor, a reduplicação é um aparato linguístico comum para indicar ênfase (LANGACKER, 1968, p. 59).

Portanto, a hipótese que levanto para seu uso na modernidade é que, contrário ao que ocorre em PB e PE, conforme aponta Cardinaletti (1998), os possessivos do FM possuem um status de clítico que não apenas possibilita o uso do redobro, como também o permite ocorrer em todas as pessoas discursivas. Além disso, o possessivo determinante de terceira pessoa não atribui gênero ao possuidor, o que provoca uma ambiguidade, por isso o redobro é feito em alguns casos para resolvê-la. Portanto, a seguir apresentarei a teoria de Cardinaletti (1998) sobre a força dos possessivos.

1.5 A NATUREZA FORTE/DEFICIENTE DOS POSSESSIVOS

De acordo com Cardinaletti & Starke (1994, 1999), os pronomes se dividem em diferentes classes, por exemplo, aqueles que podem ser coordenados, mas são limitados a referentes humanos (57a), e, de outro lado, os pronomes que não podem ser coordenados, mas se referem tanto a antecedentes humanos quanto não humanos (57b), como os autores demonstram para o italiano:

(57) a. **Loro** (e quelle accanto) sono troppo alte. [+humano]/*[-humano]

b. **Esse** (*e quelle accanto) sono troppo alte. [+humano]/[-humano]

3.pl.fm.nom (e aqueles ao lado) são muito altos.

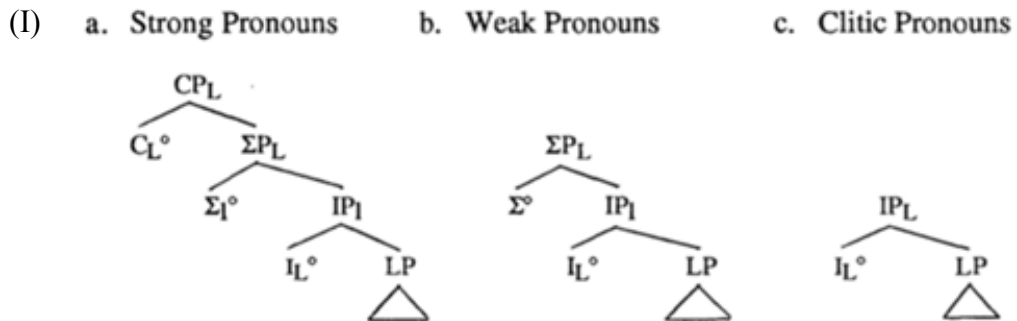
(CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 41)

Essas classes, os autores vão chamar de “fortes” e “deficientes”, respectivamente. No entanto, elas não se dividem em apenas duas, mas três, já que os pronomes deficientes vão se dividir entre “fracos” e “clíticos” (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999).

Em resumo, para os autores: (i) *pronomes fortes* ocorrem em posições de base e periféricas e podem ser coordenados e modificados por alguns advérbios (como *only*); (ii) *pronomes fracos* são projeções máximas que ocorrem nas mesmas posições onde projeções máximas nominais ocorrem; (iii) *clíticos* são núcleos que ocorrem em posições nucleares, por exemplo, adjungidos ao núcleo verbal.

As distinções sintáticas, semânticas e prosódicas entre os três tipos de pronomes derivam das diferenças em sua estrutura sintática, por esta razão Cardinaletti e Starke propõem que a estrutura de um clítico está contida na estrutura do seu pronome fraco, bem

como a estrutura do pronome fraco está contida em seu pronome forte correspondente. Essas relações são representadas pelas seguintes representações em (I):



Fonte: Cardinaletti e Starke (1999, p. 104)

Além disso, para eles, estas classificações não se limitam apenas aos pronomes pessoais e, por isso, Cardinaletti (1998) vai mostrar que, assim como os sistemas pronominais, os possessivos também são caracterizados por uma oposição entre elementos fortes e deficientes. Eles podem aparecer em posição pré-nominal e pós-nominal, conforme ela exemplifica com o italiano:

- (58) a. la **sua** casa
 b. la casa **sua**
 a dele/dela casa dele/dela

(CARDINALETTI, 1998, p. 66)

A posição pré-nominal seria a única capaz de abrigar possessivos deficientes, visto que, como qualquer elemento deficiente, tais possessivos precisam ser licenciados em uma posição de especificador. Quanto aos possessivos fortes, estes ocupariam a posição pós-nominal.

Ademais, na posição pré-nominal, eles antecedem qualquer modificador (59), enquanto na posição pós-nominal eles precedem os complementos nominais e são precedidos por demonstrativos (60).

- (59) a. la **sua** bella casa.
 A dele/dela bonita casa.
 b. le **sue** due altre probabli goffe reazioni immediate alla
 A dele/dela dois outra provavelmente desajeitadas reações imediatas para

tua lettera.

a sua carta.

(60) a. Questo libro qui **suo** di sintassi non mi convince.

Esse livro aqui dele/dela de sintaxe não me convence.

b. *Questo libro **suo** qui di sintassi non mi convince.

c. *Questo libro (qui) di sintassi **suo** non mi convince.

(CARDINALETTI, 1998, p. 67)

Possessivos pós-nominais, ou fortes, podem ser coordenados e modificados (61). Já os pré-nominais, ou deficientes, não podem ser contrastados, coordenados nem modificados (62) (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 68).

(61) a. la casa **sua**, non **tua**.

A casa dele/dela, não sua.

b. la casa **sua** e **tua/ sua** e **di Maria**

A casa dele/dela e sua/ dele/dela e da Maria

c. la casa solo/ proprio **sua**

A casa só/ realmente dele/dela

(62) *a. la **sua** casa/ non **tua**

b. *la **sua** e **tua/ sua** e **di Maria** casa

c. *la solo/ proprio **sua** casa

É importante ressaltar, ainda, que de acordo com a autora, as propriedades referenciais de possessivos forte/deficiente também são as mesmas dos pronomes pessoais. Isto quer dizer que os possessivos em posição pós-nominal, i.e. fortes, restringem-se a referentes humanos (63b) e podem introduzir um novo referente discursivo (64b), enquanto os deficientes não (63a, 64a).

(63) a. Il **suo**_i coperchio è molto pratico.

a sua tampa é muito prática

b. Il coperchio **SUO**_i è molto pratico.

a tampa sua é muito prática

(CARDINALETTI, 1998, p. 70)

Quando *suo* tiver um referente [+humano] como “João”, por exemplo, ambas as sentenças (63a) e (63b) são gramaticais. Por outro lado, quando o pronome representar um objeto inanimado, como uma “frigideira”, apenas a sentença (63a) será gramatical. Isto demonstra que apenas na posição pré-nominal, os possessivos podem ter tanto referentes objetos quanto humanos.

(64) Falante A: La macchina di chi ti ha investio?

‘O carro de quem te atropelou?’

a. *Falante B: La **sua** macchina.

b. Falante B: La macchina **sua**.

‘o seu carro/o carro seu’

(CARDINALETTI, 1998, p. 71)

Baseando-se nos exemplos em (64) acima, Cardinaletti (1998, p. 71) vai apontar, ainda, que os possessivos deficientes não podem introduzir um referente discursivo novo, enquanto essa restrição não é encontrada nos possessivos fortes, pós-nominais.

Além disso, a autora afirma que, assim como ocorre com os pronomes, os possessivos deficientes também serão divididos entre “clíticos” e “fracos”. Esta separação se dá devido à diferença no comportamento das duas classes. As formas fracas dos pronomes podem ocorrer tanto em posição inicial, como em alemão, quanto em posições não adjacentes ao verbo, como em italiano, além de serem tônicas. Já os clíticos não podem ocorrer em posição inicial, ocorrem adjacentes ao verbo e são formas átonas (cf. CASTRO, 2006, p. 215).

Além disso, segundo Cardinaletti (1998), enquanto o clítico é anexado ao D^o, o possessivo fraco se dá em uma posição específica mais baixa, que ela chama de SpecAgrS_{NP}, tendo em vista que os deficientes são licenciados para a posição de sujeito, ocupando uma posição alta no DP e antecedendo os adjetivos, o que corresponde ao SpecAgrS no domínio clausal. Isto quer dizer que eles são XPs que projetam uma estrutura mais reduzida do que projeções máximas completas, como demonstrado nas projeções de Cardinaletti e Starke (1999) em (I) (cf. CASTRO, 2006, p. 215).

Como afirma Picallo (1994, p. 269), quanto ao licenciamento, os possessivos pré-nominais “podem ser comparados à atribuição de Caso estrutural a um argumento” (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 69). Vale ressaltar que, segundo Castro (2006, p. 215-217), assim como os fracos, os possessivos fortes são XPs e ambas as classes podem ser morfologicamente idênticas, como podemos verificar nos exemplo (63) do italiano.

Outra distinção se baseia no fato de que clíticos podem ser redobrados e as outras classes não. Para a autora, “redobro é redobro de clítico” (CARDINALETTI, 1998, p. 74, tradução minha²²). O que torna esta estratégia possível é o fato de o elemento clítico primeiro se mover para specAgrS_{NP} como uma projeção máxima (deficiente), para então o núcleo da projeção se anexar a D° (65a). Ao contrário, o redobro é agramatical quando envolve um elemento fraco que projeta o XP (65b) (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 74).

(65) a. Gliel’ha dato ai bambini.

[ele] a-ele-foi dado às crianças

b. *L’ha dato loro ai bambini.

[ele] foi dado a-eles às crianças

Cardinaletti demonstra, também, um caso em que um possessivo em posição pós-nominal e predicativa pode coocorrer com um sintagma “de” (66):

(66) Il libro **suo di lui**.

‘O livro seu dele’

(CARDINALETTI, 1998, p. 75)

Todavia, a autora não considera que este seja um caso de redobro, porque esta estrutura envolve possessivos fortes, dada a sua posição pós-nominal, e também porque o possessivo e o sintagma “de” formam um constituinte. Além disso, essa construção em italiano só ocorre na terceira pessoa, assim como em português, e, segundo Cardinaletti, essa restrição nunca fora encontrada em uma estrutura de redobro. Para a autora, “essa construção deveria ser analisada como um tipo de estrutura predicativa reduzida” (CARDINALETTI, 1998, p. 76).

Outro fator de distinção entre clíticos e possessivos fracos é o fato de aqueles não coocorrerem com determinantes, como no caso do francês:

(67) (*le) **son** livre.

(*o) seu livro.

(CARDINALETTI, 1998, p. 79)

²² Tradução minha do trecho: “Doubling is *clitic* doubling”.

Este fato é facilmente identificável no italiano, cujos possessivos são classificados como fracos por poderem coocorrer com determinantes. Além disso, “os possessivos [fracos] não bloqueiam o movimento-N nem cliticizam o nome como um clítico faria”²³ (CARDINALETTI, 1998, p. 75, tradução minha²⁴), como pode-se ver nos exemplos em (68):

(68) a. Gianni_i **mio** t_i

Gianni meu

b. casa_i **mia** t_i

casa minha

A título de sistematização, apresento uma tabela das formas possessivas masculinas do latim e de três das línguas citadas até esta seção:

Quadro 6. Possessivos em latim e em línguas românicas

		Latin	French		Spanish		Italian
			clitic	strong	clitic	strong	
SG	1	meus	mon	mien	mi	mio	mio
	2	tuus	ton	tien	tu	tuyo	tuo
	3	eius ² / suus	son	sien	su	suyo	suo
PL	1	noster	notre	nôtre	nuestro		nostro
	2	voster	votre	vôtre	vuestro		vostro
	3	eorum / sui	leur		su	suyo	loro

Fonte: adaptada de Van Peteghem (2012 . p.3)

Ademais, um resumo das características dos possessivos fica representado na tabela abaixo:

Quadro 7. As propriedades dos possessivos fortes, fracos e clíticos

Propriedades	Forte	Fraco	Clítico
a. posição pós-nominal	+	-	-

²³ Esta análise foi realizada com base no estudo N-to-D-raising feito por Longobardi (1994/1995).

²⁴ Trecho traduzido pode mim: “In these contexts, possessives do not block N-movement nor do they cliticize on the noun as a clitic would”.

b. contextos de isolamento	+	–	–
c. contextos predicativos	+	–	–
d. focalização	+	–	–
e. modificação	+	–	–
f. coordenação	+	–	–
g. contextos de elipse	– (mas + se a forma fraca não tiver nenhuma tonicidade)	+	–
h. artigo	+	+	–

Fonte: Adaptado de Miguel (2002, p. 219)

Dadas essas diferenças, é importante averiguar se os possessivos do francês e do português se distinguem ou se comportam-se de forma similar no que tange ao seu status de forte, fraco ou clítico. Estas classificações serão providenciais para se responder à pergunta central deste trabalho: por que houve o fim do redobro em português, se em francês ele começa a surgir na modernidade? Se seus possessivos tiverem a mesma classificação, por que um ocorreria e o outro não? Caso contrário, o status de deficiente/forte dos possessivos de ambas as línguas influenciam seus usos em determinada época?

1.5.1 A diferença no status de deficiente/forte das formas possessivas no francês e no português

Em relação ao francês, Cardinaletti (1998) afirma que todas as formas possessivas da língua são essencialmente deficientes, não havendo formas fortes. Isto porque em todas as posições que demandam tais possessivos, ou seja, pós-nominal, predicativa e em contextos de isolamento, um sintagma preposicional aparece (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 79):

(69) un/ cet ami *mon/ *mien/ à moi

um/ este amigo meu.POSS.DET/ meu.POSS.ADJ/ a mim.POSS.DAT

(CARDINALETTI, 1998, p. 79)

Além disso, seus possessivos determinantes são formas reduzidas em relação à forma adjetiva, usada na ausência de um núcleo nominativo, como *mes livres* ‘meus livros’ vs. *les miens* ‘os meus’ (livros). Ademais, eles ficam restritos à posição pré-nominal (70), não poderem ser coordenados (71) e podem ter um referente não-humano (72) (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 76). Tais evidências, portanto, indicam seu status de deficiente.

(70) a. **ses** livres

‘seus livros’

b. *(les) livres **ses**

‘(os) livros seus’

(71) ***Ta** et **sa** recette est très bonne/ sont très bonnes.

‘Tua e sua receita é muito boa/ são muito boas’

(72) **Ses** constituants sont courts. (=de cette phrase)

‘Seus constituintes são curtos. (= dessa frase)’

Todavia, Cardinaletti argumenta, ainda, que os possessivos determinantes não apenas são deficientes, como possuem o status de clítico. A primeira evidência é o fato de eles permitirem redobro em todas as pessoas discursivas:

(73) a. **mon** livre à **moi**

Meu.POSS.DET livro a mim.POSS.DAT

b. **ta** maison à **toi**

Tua.POSS.DET casa a ti.POSS.DAT

c. **ses** enfants à **lui**

Seus.POSS.DET filhos a ele.POSS.DAT

(KAYNE, 1977, p. 188 apud CARDINALETTI, 1998, p. 77)

E o elemento redobrado só pode ser um pronome, nunca uma expressão lexical, visto que, de acordo com Kayne (1977, p. 191 apud CARDINALETTI, 1998, p. 77), DPs plenos precisam ser deslocados à direita (75):

(74) ***son** livre à Jean

‘seu livro do Jean’

(75) Nous avons vu **son** livre, à ce garçon.

Nós temos visto seu.POSS.DET livro, a esse menino

‘Nós vimos o livro desse menino’

(CARDINALETTI, 1998, p. 77-78)

A segunda seria que os possessivos franceses licenciam quantificadores flutuantes (76), um dos fatores que também distinguem elementos fracos de clíticos, o que se pode notar por meio dos possessivos fracos do italiano em contraste em (77).

(76) Elle a tué **notre** chef à tous.

‘Ela matou nosso chefe a todos’

(77) a. Gliel’ho detto a tutti.

‘[Eu] para ele isso tenho dito a todos

b. *L’ho detto loro a tutti.

[Eu] isso tenho dito para eles a todos

(KAYNE, 1977, p. 189 apud CARDINALETTI, 1998, p. 78-79)

Os determinantes também não possuem distinção de gênero no plural, *mon, ma, mes*, o que, de acordo com Cardinaletti (1998) é um fator comum aos elementos clíticos. E, por fim, como já citado anteriormente, eles não coocorrem com artigos definidos, pois cliticizam em D°, assim como o exemplo em (78) que retomo de (67) (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 79).

(78) (*le) **son** livre

(*o) seu livro

Dessa forma, fica constatado que os possessivos do francês são todos deficientes, não havendo nenhuma forma forte entre eles, e que os possessivos determinantes são clíticos e, por esse motivo, permitem o uso do redobro.

Por outro lado, quanto ao português, Castro (2006) argumenta que os possessivos não se comportam conforme as propriedades que Cardinaletti (1998) define para o italiano, em relação às posições pré e pós-nominal. Segundo a autora, possessivos pré-nominais em

português²⁵ se comportam como fortes, visto que podem ser coordenados, focalizados, contrastados, podem ocorrer com quantificadores flutuantes e introduzir um novo referente no discurso, e nesses contextos eles não podem ocorrer na posição pós-nominal (79-82).

- (79) a. O **meu** problema é que não percebo nada disto.
 b. *O problema **meu** é que não percebo nada disto.
- (80) a. Esse é o **meu** problema, não o **teu**.
 b. *Esse é o problema **meu**, não o **teu**.
- (81) a. O meu e **vosso** problema é que vocês não estudam.
 b. ?? O problema meu e **vosso** é que vocês não estudam.
- (82) (A: O carro de quem é que está mal estacionado?)
 a. B: O teu / **teu** carro.
 b. B: *O carro **teu**.

(CASTRO, 2006, p. 218-219)

Todavia, eles também podem se comportar como fracos em posição pré-nominal (cf. CASTRO, 2001; CASTRO; COSTA 2002, 2003 apud CASTRO, 2006, p. 219). Isto porque tais possessivos não podem ser modificados por advérbios de exclusão (83a); podem se referir a entidades [-humana] (84a); e podem ser foneticamente reduzidos em alguns dialetos do PE (85a), como as variedades de Alentejo e Algarve. O que não acontece com os possessivos pós-nominais, como exemplificado por (b) nos seguintes exemplos (83-85):

- (83) a. * O só **meu** problema é que não percebo nada disto.
 b. O problema só **meu** é que não percebo nada disto.
- (84) a. A **sua**_i tampa é muito prática.
 b. Encontrei uma tampa **sua**_i.
- (85) a. o [**me**] livro
 b. um livro *[**me**]/[**mew**]

(CASTRO, 2006, p. 220)

Além disso, Castro (2006, p. 220-221) demonstra que, já que o possessivo pré-nominal não pode ser modificado por grande parte dos advérbios e pode ser reduzido foneticamente,

²⁵ Conforme Castro (2006, p. 218) não há diferença entre o PE e o PB nesse caso.

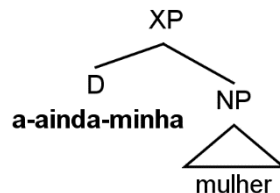
ele é considerado um núcleo que ocupa a posição D, em uma adjunção de núcleo com o artigo definido, e não um XP que ocupa a posição de especificador, o que o diferencia do italiano. Assim, através de dados do português, a autora confirma que formas fracas podem, em alguns casos, ser núcleos e não XPs (cf. CASTRO, 2006, p. 218). Isto demonstra que, quando focalizados, os possessivos não podem ser pós-nominais em DPs definidos, pelo contrário, se eles forem interpretados como definidos, eles devem ocupar a posição pré-nominal (cf. CASTRO, 2006, p. 222-223).

Assim, essa configuração dá conta da estrutura em que o possessivo pode ser modificado por advérbios como *ainda* e *já* (86) e mostra que um advérbio fraco como *ainda* também fica na adjunção de núcleo com o determinante e o possessivo pré-nominal (87):

- (86) a. a **ainda** minha mulher
 b. o **ainda** meu andar
 c. a **já** sua noiva

(CASTRO, 2006, p. 221)

- (87) possessivos pré-nominais em D



(CASTRO, 2006, p. 222)

Outra questão importante é que os possessivos do português, assim como o italiano, podem ou não ser acompanhados de um determinante, como se pode ver nos exemplos anteriores, e isso os impede de serem considerados clíticos.

No entanto, apesar dessas diferenças entre os possessivos de ambas as línguas, como vimos anteriormente, o redobro é um fenômeno comum a elas, porém em épocas distintas. Para saber se esta estratégia se comporta sintaticamente da mesma forma tanto em FM quanto em PA, é necessário se perguntar sobre a natureza forte, fraca ou clítica da própria estrutura de redobro.

1.5.2 O status forte/deficiente da construção de redobro em PA e em FM

Como visto na seção 1.3, Miguel (2002, p. 215) afirma que há uma categoria de possessivos em PA em que estes não se combinam com artigos e podem ser redobrados, assim como podemos ver no exemplo (88).

(88) [...] mais morou con muitas monjas foi **seu** abade **delas**.

(MATTOS; SILVA, 1989 p. 178 apud MIGUEL, 2002, p. 216)

Todavia, a autora aponta que há uma segunda categoria destes elementos em que o possessivo pré-nominal coocorre com determinantes em PA (89). Por isso, de acordo com a teoria de Cardinaletti (1998) de que o redobro é um redobro de clíticos, uma sentença como (90) não pode ser considerada redobro, porque ela é combinada com um determinante.

(89) E maravilhando-se Juiãão, mandadeiro do papa, porque **o seu** homen tanto tardara, alçou **os seus** ombros e vio viir pola carreira com hua cárrega de feo sobre seu colo.

(MATTOS E SILVA, 1989, p. 181 (1.8.19) apud MIGUEL 2002, p. 216)

(90) E *hua sa* ama **delas** que as criara vira-as cada dia sair dos seus moimentos.

(CASTRO, 2006, p. 260)

Além disso, vale lembrar que, para Cardinaletti (1998), *seu N dele*, que se restringe à terceira pessoa, é uma estrutura predicativa reduzida e não de redobro, já que, segundo ela, uma restrição dessa natureza nunca fora vista na construção de redobro de clíticos.

Logo, tendo em vista esta perspectiva, resta-nos saber se o que ocorre nesta língua é de fato uma estrutura predicativa reduzida e não um redobro, já que os possessivos do PA, assim como ocorre em PB e PE, não são clíticos.

De acordo com Castro (2006, p. 262), pode-se dizer que os possessivos em PA possuem um status de forma fraca. Todavia, vale ressaltar que, para a autora, assim como os clíticos, os possessivos pré-nominais em português se comportam como núcleos e se posicionam em D. Nesse sentido, a autora conclui que não há uma diferença significativa entre clíticos e fracos, o que implica dizer que os possessivos deficientes, em geral, podem ser redobrados. Por isso, *seu N dele* configura, sim, uma construção de redobro, mesmo que esta não implique o envolvimento de um clítico.

Todavia, diferentemente do que ocorre em português, Cardinaletti (1998) demonstra que esta construção em FM é um caso de redobro de clíticos possessivos, dado que, segundo Castro (2006, p. 263, tradução minha²⁶), “um possessivo simples pode ser dobrado por um pronome forte cujo núcleo é *à*” e nunca é acompanhado por um determinante:

(91) J'ai vu **son** livre **à lui**.

Eu tenho visto seu.POSS.DET livro a ele.POSS.DAT

'Eu vi o livro dele'

(CASTRO, 2006, p. 263)

Logo, se a estrutura de redobro em português pode ser introduzida por determinantes (cf. 90), tal como os possessivos pré-nominais que estão presentes na construção *seu N dele* (cf. 89), ela vai se diferenciar da construção de redobro de clítico possessivo presente no francês que não admite ser introduzida por tal elemento.

Outra diferença está no fato de que o redobro de clíticos em FM também ocorre em construções de foco contrastivo (92), enquanto em PA isso não se passa, sendo mais utilizado para um propósito de desambiguação (93) (cf. CASTRO, 2006, p. 269):

(92) J'ai vu **son** livre **à lui**, pas le tien.

Eu tenho visto seu.POSS.DET livro a ele.POSS.DAT, não o teu

'Eu vi o livro dele, não o seu'

(93) o qual casal de mj ten Ffernã Nunez d'Aldáán [...] & donna Mayor Perez, sua moller, i sua vida d'anbos & de hu fillo barõ se o ouuere de consúú & a **sua** morte **delles** que ficasse hu eu mandasse & eu Johan Martinz ia dito.

(CASTRO, 2006, p. 269)

Além disso, enquanto os possessivos do PA podem coocorrer com uma expressão lexical nominal (94), em francês isso é agramatical (95):

(94) este foi Isaac, **seu** filho **d'Abrão**.

(95) *J'ai vu **son** livre **à Pierre**, pas le tien.

'Eu vi o livro do Pierre, não o seu'

²⁶ Tradução por mim do trecho: “a simple possessive may be doubled by a strong pronoun headed by *à*.”

(CASTRO, 2006, p. 268)

Castro (2006, p. 270) aponta, portanto, que o redobro da terceira pessoa do PA possui um propósito de desambiguação do referente, o que pode ser realizado por um pronome forte ou por uma expressão lexical nominal. Já em relação ao francês, o redobro parece ser uma forma de reforçar o referente de forma contrastiva e não de desambiguá-lo. Por isso, sendo diferente do francês, este fenômeno se aproxima, na verdade, da construção *su N de usted/de él* do espanhol contemporâneo (96).

(96) a. **su libro de ustedes**

3.Sg livro DE USTEDES.2PI

‘O livro de vocês’

b. **su abuelo de ellas**

3.Sg avô DE.3FPI

‘O avô delas’

(CASTRO, 2006, p. 271)

Esta construção em espanhol possui a mesma restrição de pessoa do português, ou seja, apenas os possessivos de 3ª pessoa podem ser redobrados. A diferença é que eles podem ser combinados com a forma forte *usted*, não encontrada em PA²⁷. Além disso, a autora afirma que no espanhol Sul-Americano, o possessivo *su* também pode ser dobrado por uma expressão lexical (97) (cf. CASTRO, 2006, p. 271).

(97) a. **su novio de Juana**

3.Sg namorado DE Juana

‘O namorado da Juana’

Segundo Castro (2006, p. 272), esta estrutura também parece ser usada para desambiguar referentes e não para contrastá-los. Isto explicaria o fato de serem restritos aos possessivos de terceira pessoa. Ademais, assim como em PA, esta construção é apenas usada para fazer referência ao possuidor.

²⁷ Isto porque a forma *você* começa a emergir no português moderno apenas a partir do século XVIII (cf. SILVA, 1981).

No entanto, uma distinção fundamental entre as estruturas *seu N dele* e *su N de usted/de él* é que estes não coocorrem com determinantes, o que lhes confere o status de clítico, como apresentado por Cardinaletti (cf. CASTRO, 2006, p. 272).

Portanto, o fato de, em FM, em espanhol e em italiano modernos, os possessivos possuírem um status de clítico, contrastado com o status de pronome fraco dos possessivos do PA, é de grande importância para se chegar à conclusão de que, apesar de ambas as línguas em foco neste trabalho apresentarem uma estrutura gramatical e válida de redobro (dado que ambas as construções são consideradas redobros, independente do status de clítico), estas se comportam de forma sintaticamente diferente.

Por isso, levanto a hipótese de que o uso do redobro no francês moderno pode estar diretamente ligado ao fato de que é abundante a utilização de pronomes e possessivos clíticos nesta língua. Logo, suponho que línguas cujos pronomes e possessivos possuam o status de clíticos recorrem à estrutura do redobro na modernidade tanto como uma forma de enfatizar referentes quanto para desambiguar sentenças. Isto não ocorreria em PB e em PE, tendo em vista que seus possessivos não possuem status de clítico, mas de fraco e forte. Além disso, no caso do PB seus dativos clíticos estão se reduzindo drasticamente (cf. CARVALHO; CALINDRO, 2018, e.o.), visto que o português vem perdendo clíticos desde o século XVIII (cf. KATO et al., 2009. e.o.). Esta hipótese será abordada, portanto, com detalhes no capítulo 3.

1.6 CONCLUSÃO PARCIAL

Como foi visto, tanto o PB e o PE quanto o FM possuem mais de uma forma de realizar a posse de seus elementos nominais, e estas formas se diferenciam por seus traços morfológicos e pela posição que ocupam na sentença, podendo ser pré-nominais ou pós-nominais. Nesse sentido, *meu/teu/seu* e *mon/ton/son* são pré-nominais no português e no FM, respectivamente, e expressam morfologia flexional de pessoa, número e gênero quanto ao elemento possuído, mas não contêm tais traços semânticos em relação ao elemento possuidor, o que pode gerar uma ambiguidade em caso de correferência na terceira pessoa discursiva.

Para solucionar este problema de correferência que gera ambiguidade, havia no PA e há no FM alternativas pós-nominais para lidar com tal falta de informação morfológica referente ao possuidor de terceira pessoa, a forma perifrástica genitiva *dele/dela*, em PA, e a forma dativa *à lui/à elle*, em FM. Estas atribuem exclusivamente os traços de Pes., Num. e Gen. ao elemento possuidor. E, contrário ao que alguns autores pensam em relação ao PB,

como Cerqueira (1993) e Mattoso Câmara (1970), as formas perifrásticas não estão substituindo o possessivo pré-nominal, dado que *seu* é considerado uma variável ligada enquanto *dele* estabelece relações de correferência, ou seja, seus usos podem se dar em contextos específicos distintos. No entanto, estes podem também se alternar quando *dele* for interpretado como variável ligada, sendo o uso de *seu* favorecido como forma anafórica na retomada do antecedente referencial de terceira pessoa na fala e escrita escolarizadas, enquanto na variedade não escolarizada ele se restringe à retomada de um antecedente quantificacional (cf. MÜLLER, 1997; MENUZZI, 1999, 2003; TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014).

Ademais, uma das razões para haver o avanço desta forma genitiva no quadro de possessivos do PB seria a substituição dos pronomes dativos *lhe/lhes* por *dele/deles* nos casos em que os dativos exprimem posse, ou seja, em contexto genitivo (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014).

Quanto ao francês, a forma possessiva dativa é apenas citada em algumas das gramáticas tradicionais da língua. Todavia, diferente do que ocorre em português, as formas determinante (*mon/ton/son*) e dativa (*à moi/à toi/à lui*) são equivalentes em sua função de representação, já que ambas são anafóricas ou dêiticas.

Ademais, em francês há, ainda, uma terceira estratégia de posse plenamente aceita pela norma, assim como a determinante: a adjetiva, *mienne/tinne/sienne*. Porém, esta não foi tratada com detalhes por sua irrelevância para este trabalho.

Viu-se, ainda, que possessivos pré-nominais e pós-nominais (com exceção da forma adjetiva em francês) podem coocorrer na mesma sentença referindo-se a um mesmo antecedente [+definido, +animado] e que esta combinação teria a função semântica de resolver o problema da ambiguidade ou de dar ênfase e reafirmar a posse. Esta estratégia é o que chamamos de redobro de possessivos e, segundo Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) ocorria em português em seu período arcaico (séc. XII ao XV) e começou a ser produtiva no francês moderno (confirmado em dados que datam século XX em diante, como veremos no capítulo 2), já que foi observado que em FA esta construção não era produtiva (cf. MIGUEL, 2002). Todavia, esta é uma estratégia que desapareceu no PE e PB modernos, apesar de ser descrita por gramáticos brasileiros, como Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008), e de terem sido encontrados dados de seu uso até o século XIX, conforme os autores exemplificam e segundo os dados que apresentarei no capítulo 2.

Chegou-se à conclusão, ainda, de que, diferentemente do que ocorre no campo semântico, sintaticamente este fenômeno não é equivalente em ambas as línguas. Isto porque

em FM, por exemplo, o redobro tem as seguintes características: (i) se dá em todas as pessoas discursivas; (ii) nunca é acompanhado por determinantes; (iii) ocorre em contextos de foco contrastivo; (iv) e não pode se combinar com uma expressão lexical nominal - o que, segundo a teoria da força deficiente/forte de pronomes de Cardinaletti (1998), define-o como um redobro de clíticos.

Já no PA, esta construção: (i) se dá apenas na terceira pessoa; (ii) pode ou não ser acompanhada de determinante; (iii) não ocorre em contexto de foco contrastivo; (iv) e pode coocorrer com uma expressão lexical. E, por isso, para Castro (2006), os possessivos envolvidos nesta construção seriam fracos e fortes e não clíticos.

Portanto, tais fatores diferenciam sintaticamente ambas as estratégias de redobro. Ademais, o que ocorre em PA estaria mais próximo do que se passa em espanhol moderno, que, apesar de também ser um redobro de clíticos, ocorre apenas em terceira pessoa e também pode envolver itens lexicais.

Logo, a constatação do uso da construção de redobro de possessivos tanto no PA quanto no FM me fez levantar a questão central deste trabalho: por que em PB e PE este fenômeno não ocorre mais, apesar de a GT, baseada em textos do século XIX, descrever o redobro como uma possibilidade para desambiguar referentes? Por outro lado, por que em FM ela começa a ser utilizada, embora ainda pareça restrita a contextos de fala? Portanto, a hipótese que levantei para responder a essa pergunta é a de que em línguas modernas que possuem possessivos clíticos, como o francês, o espanhol e o italiano, o fenômeno do redobro ocorre livremente em contextos de desambiguação e de reforço de posse e identificação de possuidor. No entanto, em línguas como o português, PE e PB, o redobro não ocorreria por causa de seu status de fraco e não de clítico.

Isto, de certa forma, confirma a afirmação de Cardinaletti (1998) de que o redobro é um redobro de clíticos, já que o redobro de possessivos que ocorre na modernidade (francês, espanhol) envolve elementos clíticos. No entanto, como aponta Castro (2006), isso não quer dizer que o que ocorria em PA não era um redobro, mas, de alguma forma, os status de clítico dos pronomes das línguas modernas têm um peso que favorece o uso desta estratégia.

Assim, no capítulo 2 farei um levantamento de dados que constate a utilização do redobro no PA e no FM e analisarei se eles de fato ocorrem nos contextos sintáticos apontados pelos autores citados neste capítulo, assim como confirmarei sua razão semântica de desambiguação ou reforço. E no capítulo 3, introduzirei os pronomes clíticos do PE, do PB e do FM, a fim de embasar a minha hipótese sobre a influência do status de clítico dos

pronomes no uso do redobro. Para, no capítulo 4, finalmente apresentar a minha análise e minha conclusão.

CAPÍTULO 2

Evidências de redobro

No capítulo 1 desta dissertação, foi demonstrada a existência de um fenômeno que envolve o português arcaico (PA) e o francês moderno (FM) e é pouco explorado pela literatura de ambas as línguas: o redobro de possessivos. Alguns dados do PA e do FM e outros estudos foram citados, como os de Castro (2006), Torres Morais e Ribeiro (2014), Langacker (1968), Cardinaletti (1998), Zribi-Hertz (1999, 2003), Miguel (2002) entre outros, a fim de comprovar a existência dessa construção nas duas línguas, mas poucas teorias foram encontradas a respeito das razões sintáticas para seu uso (FM e PA) e também para o motivo de seu desuso no PB e no PE. Ademais, quanto ao FM, não foram encontrados nos textos abordados dados que comprovem sua existência, já que os autores citados apenas exemplificam o fenômeno com seu conhecimento geral sobre a língua.

Devido a essas ausências e a fim de contribuir com o acervo de dados sobre o fenômeno de redobro de possessivos do PA, recorri ao *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*²⁸, um *corpus* eletrônico anotado, composto de textos em português escritos por autores portugueses e brasileiros nascidos entre 1380 e 1978 e organizado a princípio seguindo os objetivos de Galves (1998) (para mais detalhes do projeto cf. GALVES et al., 2007, PAIXÃO de SOUSA, 2014). Este *corpus* foi utilizado para ampliar a discussão sobre o redobro de possessivos na história do português. Além disso, é importante salientar que, apesar de os possessivos arcaicos serem alvo de grande interesse na pesquisa atual (cf. MIGUEL, 2002, TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 33), foi observado que o redobro de possessivos só é tratado dentro do contexto geral dos possessivos, como mais uma possibilidade de se realizar a posse, sendo raro um estudo cujo enfoque seja especificamente na construção e nas razões e motivações sintáticas para seu uso.

Já para confirmar e contribuir com os dados do FM em relação a este fenômeno, utilizei o *corpus* francês Clapi FLE – *corpus de langue parlée en interaction*. Esta é uma base de dados multimídia de registros de situações reais de comunicação em contextos variados: interação profissional, institucional ou privada, comerciais, didáticas, médicas, entre outras. São 194 transcrições de áudios e 50h de arquivos multimídia a serem baixados²⁹.

²⁸ <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>

²⁹ <http://clapi.ish-lyon.cnrs.fr/>

Esta base de dados foi escolhida, pois era necessário buscar um corpus que tratasse da língua francesa falada, já que não foram encontrados trabalhos que atestem a utilização da estratégia do redobro de possessivos na modalidade escrita/formal do francês, assim como constantes buscas em jornais, como o *Le Monde*, *France Inter*, entre outros, não registram o aparecimento de tal construção. Além disso, é bom reforçar que este redobro não é tratado pela gramática tradicional francesa e nem ensinada em cursos de língua francesa. Por isso, as únicas ocorrências escritas encontradas deste fenômeno foram de textos que retratavam a língua falada, como letras de músicas, exemplificado pela música da artista Zaz e do cantor Julien Clerc, citados no capítulo 1, e roteiros de filmes.

Com isso, nas próximas seções apresentarei os dados encontrados em ambas as línguas e farei minha própria análise em comparação com aquelas já existentes e abordadas no capítulo 1 deste trabalho, a fim de confirmar o que já foi falado e contribuir com mais informações sobre o fenômeno.

2.1 CORPUS DO PORTUGUÊS

Vimos que a estratégia de redobro dos possessivos é encontrada em textos do português arcaico (PA), período que vai do século XII ao XV³⁰, e tem o objetivo de não apenas enfatizar a relação de posse com o referente por meio da estrutura N *seu dele* (cf. 1), como também de desambiguar contextos em que o pronome *seu* pode se referir a mais de um antecedente, visto que não há em sua morfologia nenhum morfema que indique o gênero e o número do possuidor, apenas do possuído (2).

(1) {F37vC1} Entõ mandarom dizer ao sancto homem, que estava em sa casa, que se veesse pera o adro ca hi o atendiam *eles*. E o sancto homem, temendo-se de maldade **sua deles**, mandou dizer a Claudio (...), que logo se veesse a ele.

(2) {F50vC1} Per este exemplo que se segue aparece que muytas cousas faz Deus polos seus *servos* sem **sa** voontade **deles**.

(TORRES MORAIS & RIBEIRO, 2014, p. 37)

³⁰ Para uma discussão aprofundada sobre a datação precisa da documentação arcaica, consultar Martins (1999) e Galves (2007) (cf. TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 17).

A existência do redobro, portanto, foi atestada por Mattos e Silva (1989, 1993), Miguel (2002), Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) que realizaram um levantamento de dados em *corpus* variados a fim de analisar o quadro de possessivos tanto do PA quanto do PB e do PE³¹. Dessa forma, as bases de dados utilizadas pelos autores foram: o texto (*Quatro Livros dos*) *Diálogos de São Gregório*, séc. XIV (PA), estudado por Mattos e Silva (1989); o CIPM, *Corpus Informatizado do Português Medieval* (PA), em que Castro (2006) se baseou para escrever sua tese sobre possessivos; e um pergaminho paleograficamente datável do século XIV, analisado por Machado Filho (2003) em sua tese de doutorado *Um Flos Sanctorum – edições, glossário e estudos linguísticos* (PA), cujos exemplos de possessivos foram estudados por Torres Morais e Ribeiro (2014) e Torres Morais (2019).

No entanto, há registros de estruturas com redobro de possessivos em gramáticas normativas como a de Bechara (2009) e de Cunha e Cintra (2008) que exemplificam o fenômeno com exemplos de obras de escritores nascidos no século XIX, Machado de Assis (Brasil) (cf. 4) e Camilo Castelo Branco (Portugal) (cf. 3), respectivamente. Segundo esses gramáticos, esta seria uma estratégia para desambiguar contextos em que houvesse a possibilidade de uma correferência para o possessivo *seu*. Vale ressaltar, no entanto, que esta é uma estratégia encontrada na gramática do PE e do PB de séculos atrás e não se trata das variedades modernas.

(3) Montaigne explica pelo **seu** modo **dele** a variedade desse livro.

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 336)

(4) Se Adelaide o amava como e quanto Calisto já podia duvidar, **sua** honra **dele** era pôr peito à defesa do opressa...

(BECHARA, 2009, p. 182)

Assim, com o intuito de não apenas corroborar os levantamentos dos autores sobre a existência da estratégia de redobro no PE e no PB literários do século XIX, mas também contribuir com dados para a análise deste fenômeno, como disse anteriormente, recorri ao

³¹ Castro (2006) trata da variação nas construções possessivas de ambas as variedades PB e PE, recuperando também construções do PA; enquanto Torres Morais e Ribeiro (2014) aborda os possessivos de 3ª pessoa no PB e no PA; já Mattos e Silva (1989) estuda especificamente as estruturas do PA; por fim, Miguel (2002) se baseia nos dados de Mattos e Silva (1989).

Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (cf. seção 2). Dos autores analisados, a maioria deles é portuguesa, porém a maior parte dos textos do século XIX são de brasileiros³².

Sendo assim, dos 88 textos (3.544.628 palavras) que estão disponíveis para pesquisa livre no *corpus* Tycho Brahe, foram analisados 33 textos, que totalizam 1.381.328 palavras e que datam do século XIV até o XIX, períodos em que se confirmou ainda haver ocorrência de redobro (XIV, XV), período em que foi suposto seu desaparecimento (XVI, XVII, XVIII) e período em que foram encontrados exemplos deste fenômeno após seu suposto desuso (XIX)³³. As informações relevantes sobre os textos estudados estão na tabela abaixo:

Tabela 1. *Corpus* do PA

Século	Código do Texto	Autor	Data de Nascimento	Título do Texto	Número de palavras	Nº de casos
XIV	l_002	Fernão Lopes	(1380)	Crônica del-Rei Dom João I	93781	7
XV	p_002	Ruy de Pina	(1440)	Crônica del-Rei D. Diniz	80188	4
XV	v_005	Gil Vicente	(1465)	Teatro, Gil Vicente	32897	X
XV	m_007	Francisco Sá de Miranda	(1481)	Teatro, Francisco Sá de Miranda	37578	2
XV	b_002	João de Barros	(1496)	Gramática, João de Barros	29207	X
XV	g_009	Duarte Galvão	(1435)	Crônica del-Rei D. Afonso Henriques	53500	X

³² Autores brasileiros do século XIX: Various (va_008), cartas avulsas para vários destinatários; Martins Penna (p_004); Gastão Tojeiro (t_001); Fonseca Galvão (g_010).

³³ A busca foi realizada levando apenas em consideração os casos de redobro, já que esta é a estrutura relevante para esse trabalho. No entanto, ao longo do caminho, notei que seria importante fazer uma análise em relação a cada possessivo individualmente para comparar seus usos, principalmente para ver a progressão do genitivo *dele* ao longo dos séculos (cf. SILVA, 1982, 1996 ; TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014. Isso talvez ajudasse a resolver a questão do desaparecimento do redobro e seu súbito aparecimento no século XIX. No entanto, esta pesquisa se tornaria muito extensa, considerando que faço uma comparação também com o francês, o que não caberia para fazer no período de tempo do mestrado. Por isso, fica uma sugestão para trabalhos futuros.

XVI	h_001	Francisco de Holanda	(1517)	Da pintura antiga	56338	1
XVI	p_001	Fernão Mendes Pinto	(1510)	Perigração	47580	4
XVI	g_008	Pero Magalhães de Gandavo	(1540)	História da Província de Santa Cruz	22944	X
XVI	f_002	Ferreira, Antônio	(1528)	Teatro, Antônio Ferreira	50737	X
XVI	d_001	D. João III	(1502)	Cartas, D. João III	57738	X
XVI	c_010	Antônio Ribeiro Chiado	(1520)	Teatro, Antônio Ribeiro Chiado	22814	X
XVI	c_007	Diogo do Couto	(1542)	Décadas	47605	X
XVII	b_008	José da Cunha Brochado	(1651)	Cartas, J.C. Brochado	35058	X
XVII	b_003	Manuel Bernardes	(1644)	Nova Floresta	52374	X
XVII	c_003	Antonio das Chagas	(1631)	Cartas Espirituais	54477	X
XVII	c_006	Manuel da Costa	(1601)	A arte de furtar	52867	X
XVIII	c_001	Cavaleiro de Oliveira (Fco Xavier)	(1702)	Cartas, Cavaleiro de Oliveira	51234	X

XVIII	a_001	Matias Aires	(1705)	Reflexões sobre a Vaidade dos Homens	56479	X
XVIII	c_004	Antonio da Costa	(1714)	Cartas, Antonio da Costa	27096	X
XVIII	g_002	Correia Garção	(1724)	Obras Completas, Correia Garção	24932	X
XVIII	b_011	Domingos Caldas Barbosa	(1740)	Viola de Lereno	18445	X
XVIII	a_004	Marquesa de Alorna	(1750)	Cartas, Marquesa de Alorna	49900	5
XVIII	c_005	Jose Daniel Rodrigues da Costa	(1757)	Entremezes de Cordel	24252	X
XVIII	g_003	J. B. da Silva L. de Almeida Garrett	(1799)	Cartas, Almeida Garret	42947	X
XVIII	g_004	J. B. da Silva L. de Almeida Garrett	(1799)	Teatro, Almeida Garret	44252	X
XIX	g_010	Cândido da Fonseca Galvão	(1845)	Carbonário: Artigos de D. Obá II	16040	X
XIX	j_001	França Junior	(1838)	Cahio o miniterio! Comedia original de costumes em tres actos	14629	X
XIX	m_005	Marcelino Mesquita	(1856)	O Regente	22776	3

XIX	t_001	Gastão Tojeiro	(1880)	Onde canta o sabiá	27495	X
XIX	p_004	Luis Carlos Martins Penna	(1815)	O noviço: comedia em 3 actos	17563	X
XIX	va_008	Various	(~1800-1899)	Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (1880-1903)	83164	X
XIX	o_001	Ramalho Ortigão	(1836)	Cartas a Emília, Ramalho Ortigão	32441	X

Como se pode ver na tabela acima, nos séculos XIV e XV - em textos que vão de 1380 a 1496 e juntos somam 327.151 palavras -, em que ainda se supunha haver o redobro de possessivos, de fato foram encontrados 13 registros de seu uso, como exemplificado em (cf. 5) e (cf. 6), sendo 7 dessas ocorrências (mais da metade) referentes apenas ao texto de 1380. Assim, a partir do século XVI, observa-se uma baixa significativa no uso da estratégia, pois, dos textos analisados que datam do século XVI ao XIX, foram encontrados apenas 13 casos, a mesma quantidade das ocorrências encontradas em apenas dois séculos do PA. No entanto, esses resultados ainda são impressionantes, visto que imaginou-se que o redobro não ocorresse mais a partir do século XVI e, na verdade, até o séc. XIX, apenas no século XVII não foram encontradas entradas dessa construção nos dados buscados.

Assim, em dois textos do início do século XVI, de 1510 e 1517, que totalizam 103.918 palavras, há 5 ocorrências de redobro (cf. 7). Porém, após essas ocorrências, até 1750 (séc. XVIII) não foram encontrados casos. Nesta data, apenas um texto, de 49.900 palavras, apresentou 5 ocorrências. Depois disso, só no século XIX foram encontrados mais 3 casos, também em apenas um texto de 22.776 palavras. Portanto, das 1.054.177 palavras buscadas do séc. XVI ao XIX, em apenas 176.594 palavras foram encontrados casos de redobro. Isto significa que, no período de 4 séculos e em 3 vezes mais palavras do que os dois séculos anteriores, referentes ao PA, a mesma quantidade de ocorrências foi encontrada, e isto confirma a diminuição significativa de casos. Os resultados podem ser visualizados nos gráficos (1) e (2) mais adiante.

Esses dados confirmam que a construção de redobro não se limitou ao período do português arcaico, mas que, naturalmente, começou a sofrer uma diminuição a partir do século XVI, já havendo uma sutil baixa no século XV. Esta é uma ocorrência natural, visto que uma estrutura não desaparece de repente de uma língua, mas progressivamente. Além disso, os dados encontrados no século XIX (3 dados), confirmam que de fato a estrutura estava presente nesta época (cf. 8), assim como exemplificado em Bechara (2009) e Cunha e Cintra (2008). Embora tenham sido encontrados poucos casos no decorrer de quatro séculos, é importante ressaltar que esta construção ainda se fazia presente na língua e não desapareceu como foi suposto, mas era bem pouco utilizada.

O resultado geral da pesquisa fica representado no gráfico abaixo:

Gráfico 1. Ocorrência de redobro por períodos

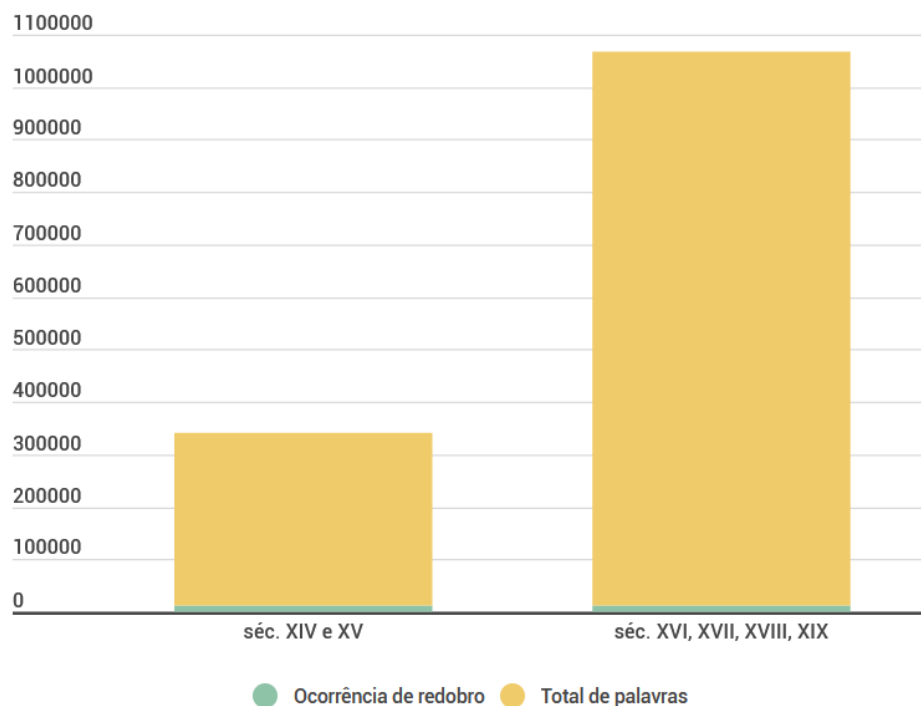
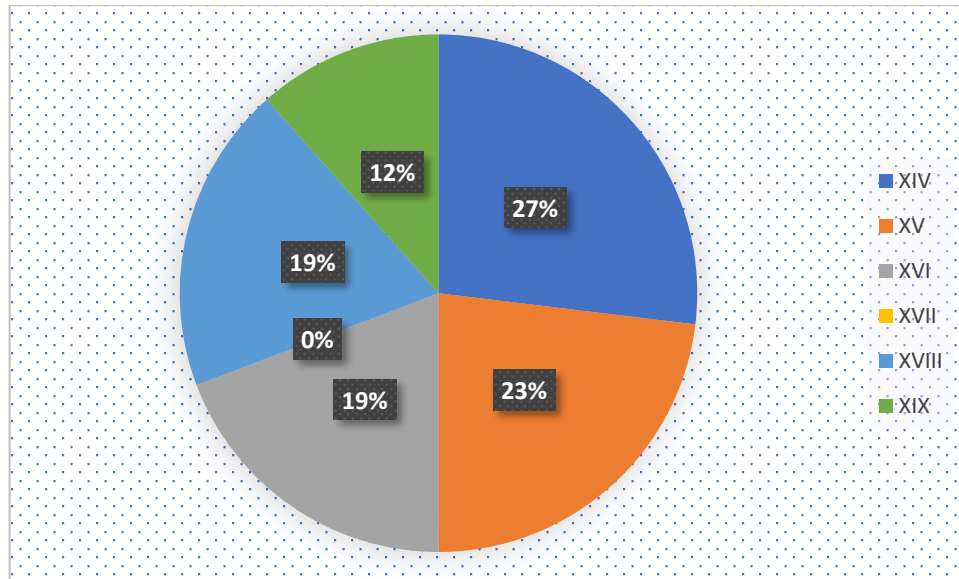


Gráfico 2. Divisão de ocorrência por séculos no português



Nos gráficos, portanto, fica claro que, mesmo havendo poucas ocorrências de redobro para se fazer uma comparação expressiva, a proporção ocorrência/número de palavras é consideravelmente maior nos séculos que correspondem ao período arcaico da língua, sendo o século XIV o mais expressivo, mesmo contendo o menor número de palavras. No entanto, com tão poucos dados encontrados, é difícil saber se há algum século entre os quatro analisados do XVI ao XIX em que a construção tenha sido mais frequente. Porém, em relação ao séc. XVII, é possível levantar a questão se em outros dados de um corpus diferente deste seriam encontradas ocorrências de redobro ou se houve alguma mudança linguística nesse século que não permitisse o seu uso. Fica, portanto, uma proposta de análise para trabalhos futuros.

Assim, os exemplos abaixo são alguns dos dados encontrados:

(5) (...) chegou por Coimbra, que tinha o Conde Dom Gonçalo irmão da Rainha & estaua ahy Gonçalo Mendes de Vascogoncellos **feu** tio **della**,

(p_002, XV)

(6) Nom fãbes, que Felipo dos Emperadores ho primeyro Chriftao, pofto que defê ho regimento do Imperio ha **feu** filho **delle** em fua vida, lhe nom era menos obediente.

(p_002, XV)

(7) (...) mas que quanto a cometer os turcos , por nenhum caso deixaria de fazer porque não era costume de portugueses deixarem de pelejar por medo dos inimigos serem muitos nem poucos , porque quantos mais fossem , tanto maior seria a **sua** perda **deles**.

(p_001, XVI)

(8) – A primeira qualidade de um rei , meu senhor , é sê-lo , é reinar !

– E quem duvida de que eu o seja ?

–Os **seus** amigos , **dele** .

(m_005, XIX)

Nos exemplos (5), (6), (7) e (8), ficam evidentes os usos da construção *seu N dele*, expressos por *sua vida della*, *seu filho delle*, *sua perda deles* e *seus amigos dele*. Como se sabe, tanto *sua* quanto *seu* são pronomes que fazem referência a um antecedente de 3ª pessoa, que pode ser tanto singular, plural, masculino ou feminino. E isto, como vimos, pode gerar uma ambiguidade em relação ao antecedente, que é resolvida, no PA, pelo acréscimo do genitivo *dele/dela*, que atribui gênero e número ao possuidor.

Em (5), por exemplo, *sua* poderia tanto se referir a delRey quanto à Condea de Bolonha. Assim, a adição do possessivo *della* pode ser uma forma de desambiguar o possuidor do N, *vida*, restringindo-se à Condea de Bolonha, ou seja, expressando morfologicamente seu gênero.

No exemplo (6), *seu* pode tanto se referir a um antecedente citado anteriormente e que não aparece neste trecho quanto a Felipo. Neste caso, além do genitivo *delle*, o contexto mostra-se essencial para apontar qual seria o possuidor, embora saibamos que é alguém no masculino e singular.

Já em (7), *sua* pode se referir tanto a turcos, quanto a portugueses. Porém, neste caso, *deles* não ajuda a determinar nem o gênero nem o número do possuidor, visto que são os mesmos para ambos os referentes. Assim, pode-se concluir que este pronome foi utilizado como uma forma de dar ênfase a *inimigos*, isto é, os turcos. Todavia, mais uma vez, deve-se salientar a importância do contexto para se identificar o antecedente, visto que nesse exemplo a ambiguidade continua presente apesar da estrutura de redobro.

Por fim, no exemplo em (8), observamos um interlocutor a conversar com o Rei e a tratá-lo na terceira pessoa do singular, tendo em vista que ele cita *um rei* e logo depois usa os possessivos de terceira pessoa *seus* e *dele* para retomá-lo. Neste caso, fica evidente uma ambiguidade em relação a quem o locutor está se referindo, se é a um referente anteriormente

ou se é ao próprio rei sobre quem se fala. Por isso, há a adição do genitivo *dele*. É importante ressaltar que no PB contemporâneo essa ambiguidade não ocorreria, visto que o *seu* seria interpretado como segunda pessoa e estaria claro que o interlocutor estaria falando diretamente com o rei. Todavia, até o século XIX, o possessivo de terceira pessoa ainda não era interpretado como segunda pessoa (cf. capítulo 1).

Além disso, curiosamente, em todas as ocorrências do século XIX, assim como o exemplo em (8), o genitivo *dele* foi encontrado entre vírgulas. Neste contexto, ele pode ter sido utilizado como um elemento que enfatiza o referente e não como um desambiguador.

Foram encontradas, ainda, estruturas N *seu dele* que, conforme Torres Morais e Ribeiro (2014), são utilizadas apenas com o intuito de dar ênfase:

(9) e por isso cometeu Pero de Faria com esta nova amizade que atrás disse , a qual lhe ele aceitou de muito boa vontade , porque entendia quão importante ela era ao serviço de El-rei , e à segurança daquela fortaleza , e quanto com ela crescia o rendimento da alfândega , e o proveito **seu dele**.

(p_001, XVI)

(10) A tanto são chegados , que gracejam , e dizem que já se não costumamaios , como se fossem trajos curtos , ou longos , e dos velhos dizem que cantam por ãa corda , e por fabordão. Oh pois que música a **sua deles** , e que contraponto : muitos escárnios , muitas mentiras , pouca verdade , menos vergonha.

(m_007, XV)

Em (9), a estrutura *seu dele* refere-se ao possuído *proveito*, com o qual *seu* compartilha o gênero e número. No entanto, há duas possibilidades de referente que nem *seu* nem *dele* são capazes de resolver. *Seu* não identifica o gênero, nem o número do possuidor, apenas a pessoa gramatical, e, apesar de *dele* distinguir o gênero, o número e a pessoa, nesse caso, há dois referentes de mesmo gênero, *Pero de Faria* e *El-rei*. Portanto, a interpretação da sentença depende do contexto discursivo.

No exemplo em (10), *sua* compartilha os traços com o possuído *música* enquanto *deles* faz referência ao possuidor *velhos*. Porque não há nenhuma possibilidade de correferência, de fato a estrutura parece ser uma forma de reforçar o referente possuidor.

Já em (11) a seguir, *seu* pode se referir tanto a “amigos” quanto a “mãe”, ou a um antecedente que fora citado anteriormente, sendo necessária a adição de *dele* para identificar e

atribuir gênero e número ao possuidor, logo é utilizado para desfazer a ambiguidade referencial.

(11) Contava mais que dera em Roma a peste em casa daquele mercador florentino , onde a menina estava , e que um dom abade **seu** irmão **dele** , homem religioso , e bom , a trouxera pera esta terra , onde ele tinha renda ; agora com estes sinais não se pode errar .

(m_007, XV)

Portanto, os antecedentes de *seu* N *dele* e N *seu dele* encontrados são sempre referenciais, [+definidos] e [+animados], ou seja, denotam sempre indivíduos, como em (11) e (12). Por isso, esta estrutura de redobro não poderia ser considerada como variável ligada, como o pronome *seu*, mas referencial, como o genitivo *dele* (cf. seção 1.1.2).

(12) E STE Priol Dom Al uoro Gonçaluez Pereira, segundo contão algûs em feus liuros, como era fezu do,& entendido,affi dizem que era Estroligo, & fabedor, & quando lhe. filhos nacião , trabalhauafe de ver a **fua** nac~eça **delles**,

(l_002, XIV)

Considerando todos os exemplos coletados no *corpus* do Tycho Brahe, quanto à posição do redobro na estrutura sintática, esta é bem variável, podendo estar em contexto de isolamento (13) (cf. 8), em posição de argumento interno (14) (cf. 12) e externo (15) (cf. 11), ser predicativa (16) (cf. 7), ou até mesmo estar em posição de adjunto (17).

(13) – A primeira qualidade de um rei , meu senhor , é sê-lo , é reinar !

– E quem duvida de que eu o seja ?

– Os **seus** amigos , **dele** . (isolamento)

(m_005, XIX)

(14) ESTE Priol Dom Al uoro Gonçaluez Pereira, segundo contão algûs em feus liuros, como era fezu do,& entendido,affi dizem que era Estroligo, & fabedor, & quando lhe. filhos nacião , trabalhauafe de ver a **fua** nac~eça **delles**, (argumento interno)

(l_002, XIV)

(15) Contava mais que dera em Roma a peste em casa daquele mercador florentino, onde a menina estava , e que um dom abade **seu** irmão **dele**, homem religioso, e bom ,a trouxera pera esta terra, onde ele tinha renda; agora com estes sinais não se pode errar .
(argumento externo)

(m_007, XV)

(16) (...) mas que quanto a cometer os turcos , por nenhum caso deixaria de fazer porque não era costume de portugueses deixarem de pelejar por medo dos inimigos serem muitos nem poucos , porque quantos mais fossem , tanto maior seria a **sua** perda **deles**.
(predicativo)

(p_001, XVI)

(17) porque nacera lidimo depois da morte da Condea de Bolonha primeyra molher delRey feu padre, e que ElRey D. Diniz ainda nacera em **fua** vida **della**, (adjunto)

(p_002, XV)

Também foi encontrado um caso em que o redobro não foi feito com genitivo *dele*, mas com uma expressão lexical nominal *del* + N:

(18) afi como logo fez aho Conde D. Pedro feu irmao, que era ho mayor dos filhos bastardos, ho quaal por couzas craras, que lhe fez entender, ho tirou da obediencia, e **feu** fervio **delRey** em que antes andava.

(p_002, XV)

Isso demonstra que o redobro de posse também podia ser feito com a construção *del* + N e não apenas com o possessivo genitivo *dele*, confirmando o que Castro (2006) declara sobre a possibilidade de o possessivo ser realizado em combinação com uma expressão lexical nominal. Já em FM, diferente do PA, a coocorrência de um possessivo com uma expressão lexical é considerada agramatical (19), visto que, de acordo com Zribi-Hertz (1999, p. 19), o possessivo pós-nominal não se alterna com o sintagma lexical no francês corrente. Logo, isto atesta as afirmações das autoras e ratifica a diferença do redobro que ocorre em PA do que ocorre em FM.

(19) a. J'ai trouvé **sa** boîte **à lui**.

‘Eu achei sua caixa dele.’

b. *J' ai trouvé **sa** boîte à **Pierre**.

'Eu achei sua caixa do Pierre'.

Assim como afirma Castro (2006), há casos em que o redobro em PA ocorre introduzido por um determinante, como em (7) e (10), tanto na construção *seu N dele* quanto na *N seu dele*. Além disso, não há nenhum caso em que esta estrutura esteja dentro de uma construção de foco contrastivo, sendo usada exclusivamente para desambiguação ou para ênfase. Esses dados confirmam que não se trata de um redobro de clíticos, mas de possessivos fracos e fortes.

Portanto, apesar de não ser tão frequente quanto o uso do possessivo *seu* em PA, foram encontradas, no total, 26 ocorrências da estrutura *seu N dele/N seu dele* e uma estrutura *seu + DP* pleno em diferentes textos não apenas do PA, mas também nos séculos XVI, XVIII e XIX, porém não há nenhum dado no século XVII.³⁴ Conclui-se, assim, que nem sempre essa estrutura é necessária para a realização da posse, apenas em contextos de ênfase e de desambiguação, mas seu uso é um fato constatado e se prolonga mesmo após o fim do período arcaico.

Logo, tais levantamentos corroboram as análises de Mattos e Silva (1989, 1993), Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) a respeito da existência da estratégia do redobro no PA. Ademais, os dados evidenciam seu uso até o século XIX, mesmo que sua frequência tenha diminuído significativamente.

Todavia, há questões que ainda não foram respondidas e outras que surgiram a partir deste novo levantamento de dados: o que fez com que o redobro deixasse de ser utilizado na modernidade? Apesar de haver uma motivação semântica para seu uso, esta é incapaz de responder a tal pergunta, já que a ambiguidade de *seu* se faz presente até hoje e ainda com mais força, devido à sua utilização tanto de 2ª quanto de 3ª pessoa, e já que, ao contrário do que alguns autores pensam, conforme foi levantado do capítulo um, o genitivo *dele* não está tomando seu lugar. Nesse sentido, sua classificação de fraco e não de clítico influenciam em seu desaparecimento?

Além disso, como já questionei anteriormente, por que escritores do século XIX sentiram a necessidade de usar essa estratégia se o genitivo *dele* já estava avançando no quadro de possessivos desde o século XVIII e pode resolver sozinho a ambiguidade gerada

³⁴ Como dito anteriormente, seria importante, em trabalhos futuros, ver se há realmente alguma mudança sintática no que tange ao século XVII ou se apenas nos *corpora* buscados não há presença da construção de redobro.

por *seu*? Apenas a ênfase não dá conta de responder sozinha essa questão. Por isso, tentarei analisar o fenômeno sintaticamente, a fim de responder essas perguntas no capítulo 4.

2.2 CORPUS DO FRANCÊS

Diferentemente do português, em que foram encontrados casos de redobro em sua fase arcaica e até mesmo no século XIX, mas que não há mais caso de seu uso na modernidade nem no PB nem no PE (CASTRO, 2006), como reconhece Langacker (1968), Kayne (1975, 2000) e Zribi-Hertz (1999), esta é uma construção utilizada no francês moderno (FM). Porém, como vimos, é uma estratégia distinta da usada em português, visto que, em francês, é considerada uma construção de redobro de clíticos possessivos que pode ocorrer em todas as pessoas gramaticais, 1ª, 2ª e 3ª, tanto do singular como do plural, e que jamais é introduzida por um determinante. Além disso, ela é mais utilizada como foco contrastivo, do que em contextos de desambiguação³⁵, dado que estes ocorrem apenas na terceira pessoa. Vale ressaltar, ainda, que é uma construção que não existia no francês antigo (cf. MIGUEL, 2002).

Já em português, o redobro só se dá na 3ª pessoa, pode ou não coocorrer com um determinante, não pode ser usado contrastivamente e possui função de desambiguação na maior parte das vezes. Ademais, ele se aproxima mais do redobro do espanhol moderno, a única diferença sendo que no espanhol é um redobro de clíticos, pois a estrutura nunca pode ser combinada com determinantes, conforme visto em (1.5.2).

Dessa forma, levantou-se a seguinte questão: por que a estrutura de redobro, abordada inclusive por gramáticos normativos brasileiros, deixou de ser usada em PB moderno e começou a ser usada em FM?

Para responder a essa pergunta e realizar minha análise, assim como confirmar a presença dessa estratégia em FM e contribuir com dados desta língua, utilizei o *corpus* francês Clapi FLE – *corpus de langue parlée en interaction*. Para o levantamento de dados, baseei-me em 20 transcrições³⁶ de áudios dos 69 vídeos disponíveis no *corpus*³⁷, e que muitas vezes eram adaptadas. Estas 20 transcrições totalizam 212.886 palavras e correspondem a gravações

³⁵ Para uma proposta de análise em relação a esta questão, consultar Miguel (2002).

³⁶ De acordo com o site do *corpus*, são 194 transcrições de áudios e 50h de arquivos multimídia a serem baixados, no entanto, a lista em que busquei apresentava apenas 69 textos e desses textos nem todas as transcrições estavam disponíveis para serem baixadas, por isso limitei-me às 20 que encontrei para baixar e cujos falantes eram de língua materna francesa.

³⁷ http://clapi.ish-lyon.cnrs.fr/V3_Corpus_Liste.php?interface_langue=FR

que variam de 30 minutos a 15 horas e são datadas de 1980 a 2012. Estas gravações consistem em 27 pessoas do sexo masculino e 31 do sexo feminino, englobando adultos e jovens estudantes, cujas idades variam entre 15 e 70 anos. Muitos registros foram feitos pelo próprio conselho de gestão Clapi, outros por pessoas variadas. O local de residência das pessoas registradas nos áudios é a França.

Os detalhes sobre os dados estão esquematizados na tabela abaixo:

Tabela 2. *Corpus do Francês Moderno*

Ano de coleta	Código do texto	Idade, sexo e qtd. de falantes	Título do vídeo	Duração do vídeo	Qtd. de palavras	Coletor	Nº de casos
2009	CL_02	20-30 (F) 20-30 (F)	Apéritif entre ami(e)s - glasgow	1:21:23	20724	G. Icor J. Gay	X
1984-1992	CL_06	23 (F) 60-65 (F) 64-65 (M)	Bielefeld - situations de contact - conversations privées	10:49:00	6714	Siebrecht	X
1985-1991	CL_08	23 (F) 70 (F)	Bielefeld - situations de contact - rédactions conversationnelles	02:52:26	4467	C. Ferret	X
2003	CL_12	43-53 (M) 53-63 (F) 43-53 (F) 33-38 (F)	Consultations chez les dentistes	02:10:00	3843	J. Gauthey	X

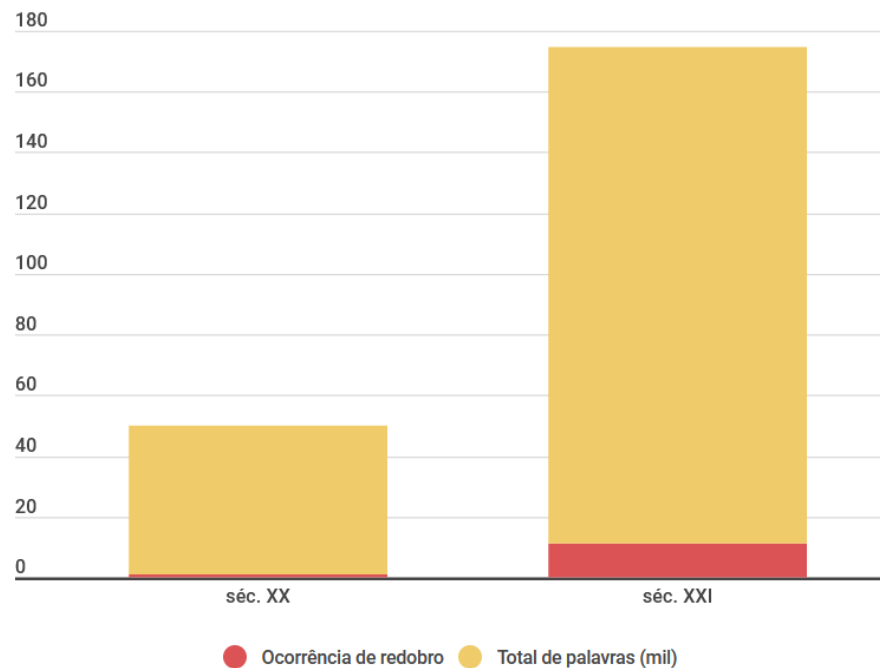
1985-1990	CL_18	25-35 (F) 25-35 (M) 60-65 (M) 60-65 (F)	Conversations familiaires	1:15:00	3365	V. Traverso	X
2004	CL_24	25-35 (M) 25-35 (F)	Conversations téléphoniques entre amis	00:30:00	8844	Linguistic Data Consortium	1
1990	CL_29	31 (M) 25-30 (F)	Enquête de sociologie urbaine - lausanne genève	10:00:00	4113	Enqueteurs	X
1989-1990	CL_30	38-43 (M) 57 (F) 20-60 (M) 20-60 (F)	Enquête de sociologie urbaine - paris marais	15:00:00	16588	Enqueteurs	X
1986	CL_34	35-46 (F) 35-45 (M) 13-18 (M)	Interactions commerciales - bureau de tabac presse	2:00:00	13742	J. Cosnier	1
2001	CL_35	30-40 (M) 48 (F)	Interactions commerciales - magasin de retouches (papotages)	2:00:00	7518	L. Vosghanian	2

2013	CL_36	20-50 (F) 20-60 (M) 5-15 (M)	Interactions commerciales - petits commerces - boulangerie rurale	1:42:07	9750	V. Piccoli, L. Smykowski, I. Ben Sekrane	X
2014	CL_37	20-50 (M) 20-50 (M) 20-50 (F)	Interactions commerciales - petits commerces – fromagerie	03:02:22	24367	O. Daumeries, E. Comoret	X
2014	CL_38	25-45 (M) 35-60 (M) 25-45 (M)	Interactions commerciales - salon des vins	00:11:36	2320	V. Piccoli	X
2014	CL_39	30-50 (F) 30-50 (F)	Interactions commerciales - salon du livre jeunesse	00:35:12	2623	V. Piccoli	X
2006	CL_50	20-25 (F) 20-25 (F)	Montage meuble	00:33:51	7086	F. Viaud	X
2008	CL_58	62 (M) 52 (F) 22 (F) 20 (F)	Repas en famille – épinards	00:28:44	4931	A. Gatti	3

2008	CL_60	20-25 (F) 20-25 (F) 20-25 (M)	Repas entre ami(e)s – olives	02:23:52	8196	A. Chossat	1
2002	CL_64	40-50 (M) 30-40 (M) 30-40 (F)	Réunion de conception en architecture – mosaic	01:20:00	22267	F. Detienne, W. Visser	2
2007	CL_67	17 (M) 17 (M) 16 (M) 16 (M)	Session de jeux video entre jeunes	3:00:00	25449	J. Lascar, Etudiant, I. Colon De Carvajal	2
2011	CL_68	Desc. (F) Desc. (F) Desc. (M)	Visites guidées – manoir	02:32:28	15979	I. Colon De Carvajal, W. Chen	X

Foram encontradas 12 ocorrências da estrutura *mon N à moi*, e suas variações (1ª, 2ª, 3ª pessoas), tanto no século XX quanto no XXI. No entanto, no século atual foram encontrados 11 casos contra 1 caso do século passado. Vale ressaltar, porém, que as transcrições do século XX somam apenas 48.989 palavras das 212.886 analisadas (vide gráfico abaixo), correspondendo a apenas 25% dos dados. Apesar dessa diferença, ainda fica evidente que o fenômeno do redobro está cada vez mais frequente na língua, apesar de o total de ocorrências e a quantidade de dados não serem muito expressivos, assim como não era tão expressivo no PA. O resultado, portanto, fica ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 3. O redobro de possessivos do FM nos séculos XX e XXI



Estes resultados confirmam o que foi apontado no capítulo 1 sobre a existência do redobro em língua francesa moderna em situações de comunicação oral a partir do século XX, como demonstrado em (20) e (21).

(20) Elle était un peu dehors. Mais là j’voulais pas dégager pa’ce que: j’avais des

Ela estava um pouco fora. Mas ali eu queria não sair porque eu tinha chances d’la dégager dans **ses** pieds à **lui**.

chances de a tirar de dentro dos seus.POSS.DET pés a ele.POSS.DAT

‘Ela estava um pouco fora. Mas eu não queria sair porque eu tinha chances de tirá-la dos seus pés dele’

(CL_67, 2007³⁸)

(21) J’sais pas j’ai pensé à- on pourrait mettre l’armoire de lison aussi

Eu sei não eu tenho pensado em- a gente poderia colocar o armário de lison também

dans la chambre pour faire une harmonie le lit et l’armoire rustique rester

³⁸ Os dados foram organizados de acordo com as letras iniciais do *corpus* “CL” (Clapi), à ordem em que estão na lista de gravações, que segue o alfabeto, e o ano em que o vídeo foi coletado.

em o quarto para fazer uma harmonia a cama e o armário rústico ficar dans l'harmonie et puis **mon** armoire **à moi** la glisser dans la na harmonia e depois meu.POSS.DET armário a mim.POSS.DAT o arrastar em a pièce là-bas.
 espaço lá.

‘Não sei, pensei que a gente também podia colocar o armário de lison no quarto para fazer uma harmonia, a cama e o armário rústico ficam em harmonia, e depois arrastar meu armário para aquele quarto lá.’

(CL_58, 2008)

Em (20), dois rapazes estão comentando um jogo de vídeo game, um jogo de futebol, e estão se referindo a tirar a bola dos pés do jogador, representado por “*la dégager dans ses pieds à lui*”. Neste exemplo, observamos a utilização do determinante possessivo *ses* em conjunto com o dativo *à lui*, ambos se referindo a um antecedente de terceira pessoa, e cuja coocorrência forma a estratégia do redobro de possessivos. Neste caso, o determinante *ses* poderia estar se referindo a qualquer jogador da partida, mas a adição do dativo *à lui* pode estar reforçando a ideia de que eles se referem especificamente aos pés do jogador que está com a bola.

Já em (21), em um jantar em família, dois irmãos comentam sobre a disposição dos móveis no quarto de um deles. Neste trecho do diálogo, são citados dois armários “*armoire rustique*” e “*mon armoire à moi*”, neste observa-se a presença do redobro dos determinantes possessivos *mon* e do dativo *à moi*, referindo-se ao locutor, ou seja, a primeira pessoa discursiva. Assim como no exemplo anterior, como o elemento possuído o armário não é o único que aparece no discurso, dado que há mais de uma opção deste objeto, o redobro pode ter sido utilizado de forma contrastiva, a fim de reforçar a ideia de que o armário que será arrastado é o do locutor e não o rústico, como em (22):

(22) C'est **mon** armoire **à moi**, pas le rustique.

Isso é meu.POSS.DET armário a mim.POSS.DAT, não o rústico

‘É o meu armário, não o rústico’

Além disso, como já foi levantado no capítulo 1 (cf. seção 1.2.1), assim como em português, o possessivo determinante *son*, de terceira pessoa, não possui morfologia que indique o gênero do possuidor, apenas do possuído. Isto pode gerar uma ambiguidade caso

haja dois referentes possíveis para o possessivo determinativo, um de sexo masculino e outro de sexo feminino, como em (23), exemplo retomado do capítulo 1 (cf. seção 1.4.2).

(23) Paul a annoncé à Marie **son** succès.

Paul tem contado à Maria seu.POSS.DET sucesso.

‘Paul contou à Maria sobre seu sucesso’.

Neste exemplo, não se sabe se o sucesso é de Marie ou de Paul, portanto, como afirma Woldnes (2013), uma forma de resolver essa ambiguidade seria a adição do dativo *à lui* para Paul ou *à elle* para Marie, atribuindo gênero ao possuidor, conforme demonstrado com mais detalhes na seção (1.4.2) do capítulo 1.

No entanto, o exemplo (20) supracitado, que contempla a terceira pessoa discursiva, não apresenta conflito de gênero, visto que todos os jogadores são do sexo masculino. Logo, não há ambiguidade a ser resolvida em tal contexto. Portanto, a construção de redobro neste caso pode ser interpretada semântica e pragmaticamente como uma forma de enfatizar a posse e, na terceira pessoa, como uma estratégia para distinguir os referentes possuidores dentre as diversas possibilidades de antecedentes de mesmo gênero, ou seja, ele especifica a identidade do possuidor. Não houve, portanto, nenhum caso de redobro nos dados encontrados que fosse realizado para desambiguar o possuidor, como assumiu Woldnes (2013).

Também foi visto que tanto o possessivo determinante quanto o dativo são considerados dêiticos por identificarem o possuidor e o possuído através da situação de enunciação que apontam as 1ª e 2ª pessoas discursivas, e também anáforas lexicais, já que a 3ª pessoa faz referência a um antecedente já citado no texto (cf. seção 1.2.1). Logo, isso não seria diferente no caso do redobro, como podemos ver em (24) e (25).

(24) Avec **ma** recette à **moi**.

Com minha.POSS.DET receita a mim.POSS.DAT

‘Com a minha receita’.

(CL_60, 2008)

(25) alors là j` vais y aller j`y vais parc` que il a plus d` pain ((parle de son ami)).

Então aqui eu vou lá ir eu lá vou porque ele tem mais de pão.

C`est pas c`est pas **son** pain à **lui** déjà c`est d`jà pas mal.

Isso é não isso é não seu.POSS.DET pão a ele.POSS.DAT já isso é já não mal.

‘Então eu vou lá, porque não tem mais pão. Não é o pão dele, isso já é alguma coisa’ (fala-se de um amigo).

(CL_35, 2001)

Em (24), por exemplo, *ma* e *à moi* indicam um referente de 1ª pessoa do singular, logo só pode se referir ao próprio locutor, o que constata a função de dêitico do redobro. Já em (25), *son* e *à lui* se referem a uma 3ª pessoa do singular de sexo masculino já citada no texto, um amigo, que, neste caso, foi indicado pela própria pessoa que transcreveu o diálogo, confirmando o status de anáfora lexical desta estrutura possessiva.

Outra questão importante a ressaltar é que, assim como os possessivos determinantes e dativos, o redobro pode estar em um DP que possui tanto função predicativa (26), como de objeto (27) e, assim como em PA, ele também pode ocorrer como um adjunto (28).

(26) Ça c’est **ta** version **à TOI**.

Isso é tua.POSS.DET versão a ti.POSS.DAT

‘É a sua versão’.

(CL_58, 2008)

(27) Ceci dit alors attendez si on fait **sa** solution **à lui**.

Isso dito então espere se a gente faz sua.POSS.DET solução a ele.POSS.DAT

‘Dito isso, então espere se a gente faz a solução dele’.

(CL_64, 2002)

(28) comme une imbécile j’ai posé ça sur **son** verre

como uma imbecil eu tenho colocado isso sobre o seu.POSS.DET copo

à lui

a ele.POSS.DAT

‘Como uma imbecil eu coloquei isso em cima do copo dele’

(CL_35, 2001)

Nos exemplos acima, *ta version à toi* em (26) é separado do DP sujeito pelo cópula *est*, que indica a função predicativa do possessivo dativo. Dessa forma, ele não poderia ser considerado um objeto, mas um predicativo do sujeito. Em (27), *sa solution à lui* acompanha o verbo *fait*, um verbo transitivo direto que demanda dois argumentos, um interno e um

externo, logo, neste contexto, é conferida a função de argumento interno à estrutura *sa N à lui*. E, por fim, em (28), *son verre à lui* é um DP c-comandado por um PP cujo núcleo é *sur*, formando com ele um adjunto adverbial.

Por último, resta atestar o status de clítico do redobro em francês seguindo a classificação de Cardinaletti (1998), Cardinaletti e Starke (1999) e conforme analisado por Castro (2006).

Como citado anteriormente, um redobro de clítico em FM ocorre em todas as pessoas discursivas, 1ª, 2ª e 3ª, tanto do singular quanto do plural, diferentemente do PA e do espanhol moderno, o que ocorre nos exemplos de dados supracitados (cf. (24), (25) e (26)). Ademais, esta construção, para ser clítico, nunca poderia ser introduzida por um determinante, como os dados em (29) e (30), e assim como ocorre em PA (cf. 13).

(29) *c'est qui jésus pareil ils savent que c'est le- la personne de **notre***

isso é quem Jesus parece eles sabem que isso é o-a pessoa da nossa.POSS.DET
religion **à nous** autres.

religião a nós.POSS.DAT outros.

‘é como Jesus eles sabem que é a pessoa da nossa religião’

(CL_24, 2004)

(30) *mais parce que là c'est pas **votre** nom **à vous**.*

mas porque ali esse é não seu.POSS.DET nome a você.POSS.DAT

‘mas é porque ali não é seu nome’

(CL_34, 1986)

Nos exemplos acima, portanto, nenhuma das duas construções *notre religion à nous* e a *votre nom à vous* coocorrem com um determinante, o que também não se dá com nenhum dos 11 dados encontrados no corpus do FM em que o redobro se faz presente.

É importante ressaltar, ainda, que os referentes possuidores dos dados encontrados são sempre [+animados] e [+definidos], denotando sempre indivíduos, assim como ocorre em PA.

Ademais, se no português construções de foco contrastivo não podem ser realizadas com o redobro, em francês isso é considerado possível para Zribi-Hertz (1999) e Castro (2006). Apesar de não encontrar nenhum dado explicitamente realizando esta construção no corpus analisado, ela poderia ocorrer com qualquer um dos exemplos, como em (31) e (32) (cf. ex. (26) e (24)).

(31) Ça c'est **ta** version **à toi**, pas la mienne.

Essa isso é tua.POSS.DET versão a ti.POSS.DAT, não a minha.POSS.ADJ

'Essa é a sua versão, não a minha'

(32) Avec **ma** recette **à moi**, pas avec la vôtre.

Com minha.POSS.DET receita a mim.POSS.DAT, não com a sua.POSS.ADJ

'Com a minha receita, não com a sua'

Segundo Cardinaletti (1998) e Zribi-Hertz (1999), o elemento redobrado nunca pode ser realizado por uma expressão lexical, apenas por um pronome. De fato, não foram encontrados dados em que isso ocorresse.

Curiosamente, em uma pesquisa apenas com os possessivos dativos, fora da estrutura de redobro, foram encontrados, nos mesmos dados, apenas 7 casos desta variedade, como exemplificado abaixo:

(33) 'fin j'avais une famille en fait c'était des amis à une copine

Enfim eu tinha uma família na verdade isso era uns amigos a uma amiga

à moi.

a mim.POSS.DAT

'Enfim, tinha uma família, na verdade, eram os amigos de uma amiga minha'

(CL_02, 2009)

(34) C'est à *qui ça*/ c'est **à toi**.

Isso é a quem isso/ isso é a ti.POSS.DAT

'De quem é isso? É seu'

(CL_34, 1986)

Assim como nos exemplos em (33) e (34), nos dados encontrados, a realização dos possessivos dativos se restringe a uma posição predicativa. No entanto, como apontado por Zribi-Hertz (1999), ele ainda poderia vir no DP do argumento interno, como em (35) (cf. ex. 22b do capítulo 1). Todavia, não foi encontrada nenhuma ocorrência desta estrutura.

(35) J' ai retrouvé une boîte à lui.

Eu tenho encontrado uma garrafa a ele.POSS.DAT

‘Eu encontrei a garrafa dele’

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 19)

Diferentemente do caso do redobro de possessivos, o possessivo dativo sozinho pode ou não coocorrer com um determinante, assim como o exemplo (33), *une copine à moi*. Isso porque o determinante que coocorre com ele na estrutura de redobro é o possessivo determinante (*mon, ton* etc). Segundo Cardinaletti (1998) (cf. capítulo 1), a ocorrência de um determinante com o redobro de possessivos é impossível por ele ser um redobro de clíticos, o que no PA é possível por ser um redobro de elementos fortes e fracos.

Como podemos ver nos dados em (34) e (35), ainda, eles são sempre referenciais e [+animados], assim como ocorre com a construção de redobro. Porém, a diferença é que ele não precisa ser [+definido], visto que em (33), por exemplo, ele coocorre com um artigo indefinido, *une*. Além disso, tanto em (33) quanto em (34) há construções em que a função de posse não é atribuída pelo possessivo dativo, mas por um item lexical, *copine*, e por o pronome interrogativo *qui*, o que é impossível no caso de redobro, segundo Cardinaletti (1998) (cf. seção 1.5.1).

É importante ressaltar que, assim como apontado por Zribi-Hertz (1999) na seção 1.2.1, o possessivo dativo se diferencia do possessivo determinante por não atribuir os traços de gênero e número ao possuído, mas apenas ao possuidor. Essa “falta” é resolvida no redobro de possessivos em que o possessivo determinante (*mon, ton, son*) atribui os traços de gênero e número ao possuído enquanto o dativo, como falado, atribui tais traços ao possuidor.

(36) Ceci dit alors attendez si on fait **sa** solution à lui.

Isso dito então espera se a gente faz sua.POSS.DET solução a ele.POSS.DAT

‘Dito isso, [vamos] esperar [pra ver] então se a gente faz a solução dele’

(CL_64, 2002)

No exemplo acima, portanto, ao possuído *solution* é atribuído os traços [+feminino] [+singular] através do determinante *sa* que possui esses mesmos traços e o traço de 3ª pessoa discursiva. Já o dativo *à lui* também faz referência à 3ª pessoa discursiva, mas apenas atribui os traços [+masculino] [+singular] ao possuidor, não compartilhando traços com o possuído.

Logo, há a junção de dois elementos para resolver uma deficiência de traços. Por isso, fica evidente que, mesmo quando usado fora do redobro, o possessivo dativo é sempre dependente de um determinante que complete a informação que ele deixa de atribuir.

Logo, assim como apontado por Cardinaletti (1998) e Castro (2006), constata-se que o redobro de possessivos do FM é um redobro de clíticos, já que todos os dados encontrados seguem as restrições apresentadas pela primeira. Tendo em vista que ambos os elementos envolvidos no redobro são deficientes de traços, forma-se a hipótese de que, quando os possessivos dativos e determinantes são usados sozinhos, essa deficiência deixa de passar alguma informação relevante para o falante e isso faz com que seja necessário recorrer a esta estratégia. Por outro lado, se no PA o redobro não era entre elementos clíticos, mas fortes e fracos, seria por isso que ele caiu em desuso no português moderno (PB e PE)? Essas questões pretendo responder, portanto, no capítulo 4, onde farei minha análise baseando-me nos traços- ϕ de cada elemento envolvido no redobro de ambas as línguas.

2.3 CONCLUSÃO PARCIAL

O levantamento de dados, portanto, serviu para confirmar o uso de redobro no PA, embora pouco recorrente (26 casos) em relação ao número de palavras buscadas (1.381.328), e também constatou-se seu uso em PB e PE até o séc. XIX, com exceção do séc. XVII. Foi, ainda, possível confirmar a existência dessa estratégia na variedade falada de língua francesa moderna e atestar seu crescimento na passagem do século XX ao século XXI, já que ele apresenta dez vezes mais ocorrências neste último.

Além disso, a análise do corpus do francês permitiu corroborar a classificação de Cardinaletti (1998) e a análise comparativa feita por Castro (2006) em relação ao PA e ao FM. Como visto no capítulo 1, as autoras demonstram que há diversas similaridades e diferenças entre os possessivos do francês e do português e isso se estende à construção de redobro utilizada por ambas as línguas.

Quanto às similaridades semânticas, constatou-se que na terceira pessoa discursiva pode haver uma ambiguidade referencial gerada pelos pronomes *seu* e *son* que não possuem morfologia de gênero, em FM, e gênero e número, em PA, em relação ao possuidor, apenas ao possuído, mas essa pode ser retirada pela adição do pronome genitivo *dele* (PA) ou do dativo *à lui* (FM). Observa-se também que, em ambas as línguas, o redobro é referencial na terceira pessoa e seus referentes são sempre [+humano], dado que esta construção consiste na coocorrência com um pronome pós-nominal, que demanda tais propriedades semânticas.

Posto que no francês há redobro em todas as pessoas discursivas, as primeiras e segundas pessoas envolvem possessivos dêiticos que identificam o possuidor e o possuído através da situação de enunciação.

Além disso, ambas as línguas se distinguem no que diz respeito à possibilidade de, em FM, o redobro permitir a construção de foco contrastivo, enquanto em PA isso seria agramatical, pois esta estratégia é apenas usada para desambiguação ou ênfase.

Confirmou-se, ainda, que, sintaticamente, as únicas semelhanças dessa construção em ambas as línguas são o fato de que ela pode ter qualquer função na sentença, seja de argumento interno, externo, predicativo ou de adjunto, e pode até mesmo ocorrer em contextos de isolamento, ou seja, a função sintática não parece ser um fator determinante para seu surgimento. Além disso, segundo Castro (2006) os possessivos pré-nominais que compõem o redobro, embora sejam considerados clíticos em francês e fracos em português, são realizados na posição D^o, enquanto os possessivos pós-nominais que os dobram são XPs.

Todavia, muitas diferenças surgem em relação à sua sintaxe. Enquanto em FM trata-se de um redobro de clíticos possessivos, em PA é um redobro entre possessivos fracos e fortes, visto que naquela língua esta construção nunca pode ser introduzida por um determinante, enquanto nesta isso pode ocorrer. Ademais, se o FM permite redobro em todas as pessoas discursivas, em PA isso é impossível, já que seu uso se restringe à terceira pessoa. Por fim, viu-se que não há, de fato, nenhum dado que demonstre que a construção de redobro francesa possa ser feita por meio de uma expressão lexical nominal. Já no PA foi encontrada uma ocorrência desta alternativa que não se limita apenas aos pronomes.

Logo, conclui-se que o redobro no PA e no FM possui, de fato, um comportamento diferente. A partir desses dados e constatações, pretendo, portanto, responder à pergunta que deu origem a este trabalho sobre o surgimento do redobro em FM e seu desaparecimento em PB e PE e verificar se, de fato, o status de clítico presente no francês e ausente no português, ou seja, sua deficiência de traços, influenciam seu uso (ou falta dele) na contemporaneidade. Para isso, farei uma análise baseada nos traços- ϕ de cada elemento possessivo envolvido no redobro de ambas as línguas no capítulo 4.

No próximo capítulo, vou fundamentar a minha argumentação e a minha hipótese de que o status de clítico influencia o uso de redobro na modernidade ao demonstrar se há redobro de pronomes (não possessivos) clíticos no PB, no PE e no FM modernos.

CAPÍTULO 3

Os pronomes clíticos do francês e do português

Vimos no capítulo 1 que, sincronicamente, línguas como o francês, o espanhol e o italiano produzem uma estrutura de redobro de clíticos possessivos (1a, b, c, respectivamente), e tal construção fez com que Cardinaletti (1998) afirmasse que o redobro é, necessariamente, um redobro de clíticos. No entanto, autores como Silva (1982) e Castro (2006), a partir de dados diacrônicos, atestaram a existência em PA de uma construção de redobro - *seu N dele* (cf. 1) - envolvendo elementos possessivos fracos e fortes, e não clíticos. Para Cardinaletti, isso não configuraria redobro por não se tratar de uma construção que envolva clíticos e por se restringir à terceira pessoa discursiva.

(1) Outros lhe enadião ainda, q'por tal coufa seria ElRey muyto mais infamado, & **feu** linagem **della** em mayor delhpna que erão os Condes, & outros Grandes do Reyno.

(l_002, séc. XIV)

Castro (2006), no entanto, contra-argumenta, afirmando que o que ocorre em PA é sim um redobro, visto que este se assemelha à estrutura *su N de él/de usted* do espanhol moderno (cf. 2a,b), como detalharemos mais adiante neste capítulo.

(2) a. J'ai vu **son** livre à **lui**.

Eu vi seu livro a ele.

(CASTRO, 2006, p. 263)

b. **Su** libro **de** **ustedes**.

Seu livro de vocês.

(CASTRO, 2006, p. 271)

Todavia, a autora demonstra, ainda, que a construção *seu N dele* não é mais produtiva em português moderno, diferente do que ocorre em FM, em espanhol moderno e diversas outras línguas, como em italiano (cf. 3), por exemplo. Para Cardinaletti, só há redobro de clíticos, por esta razão, o redobro do clítico *gli* em (3a) é possível, mas o redobro de um elemento fraco como *loro* é agramatical (cf.3 b)

- (3) a. **Gl'iel**'ha dato ai bambini.
 [ele] a-ele-foi dado a-as crianças
 b. ***L**'ha dato **loro** ai bambini.
 [ele] isso foi dado a-eles a-as crianças

(CARDINALETTI, 1998, p. 74)

Apesar de não haver redobro de possessivos em PE moderno, é importante ressaltar que nesta língua elementos clíticos podem ser redobrados, como os pronomes acusativos (cf. 4) e dativos (cf. 4b). No entanto, isto ocorre em construções marcadas, cuja leitura semântica difere de construções paralelas sem redobro. Nos exemplos em (4) abaixo, há uma interpretação contrastiva, ou seja, “eu vi-o a ele, não a ela”, e “eu dei-lhe o livro a ele, não a ela”, respectivamente. Ademais, ressalta-se que essa construção só ocorre com OIs pronominais e nunca com DPs plenos, como detalharei mais adiante.

- (4) a. Eu vi-**o** a **ele**.
 b. Eu dei-**lhe** o livro a **ele**.

(CASTRO, 2006, p. 263)

Este fato confirmaria que o português moderno não é totalmente isento de qualquer estrutura de redobro. Porém, isso demonstra que apenas os clíticos são redobrados nas línguas modernas, pelo menos nas que foram analisadas pelos diversos autores apontados nesse trabalho. Segundo Cardinaletti e Starke (1999), uma razão para isso poderia o fato de que os clíticos têm menos estrutura que os pronomes fortes e fracos, portanto esse pode ser um fator que possibilite o redobro.

Além disso, Kayne (2000) demonstra que o redobro de clíticos acusativos e dativos também são construções aceitáveis em FM (5), assim como em diversas línguas românicas, como o espanhol (6).

- (5) a. Jean **la** connâit **elle**. (acusativo)
 Jean CL.ACC conhece ela.
 ‘Jean conhece ela.’
 b. Jean **me** parle à **moi**. (dativo)
 Jean CL.DAT fala a mim
 ‘Jean fala comigo.’

(KAYNE, 2000, p. 165)

(6) a. Juan **lo** leyó **el libro**. (acusativo)

Juan CL.ACC leu o livro

‘Juan leu o livro’

(BELLORO, 2007, p. 6 apud CHAPMAN, 2012, p. 5)

b. **Le** entregué las llaves **al conserje**. (dativo)

CL.DAT entreguei as chaves ao porteiro

‘Entreguei as chaves ao porteiro’

(DEMONTE, 1995, p. 6 apud MAGRO, 2019, p. 30)

Tais exemplos confirmam, portanto, parcialmente a afirmação de Cardinaletti sobre a relação entre redobro e clítico. No entanto, levando em consideração o fato de que esta construção ocorria em PA e de que Castro (2006) considera-a um caso de redobro, acrescento à tal assertiva que a construção de redobro que ocorre nos dados sincrônicos é um redobro de clíticos, já que em diversas línguas modernas, como as dos exemplos de (2) a (6), são os pronomes e os possessivos clíticos que são redobrados, e não os pronomes fortes e fracos, como ocorria no PA

Desse modo, neste capítulo, abordarei detalhadamente os clíticos e o seu redobro no português e no francês; além de demonstrar que esta estrutura não é tão produtiva em PB quanto em PE modernos e, por isso, sua existência não influencia a existência do redobro de possessivos, já que em nenhuma das variedades do português ela se faz presente no séc. XXI.

3.1 OS PRONOMES CLÍTICOS DO PORTUGUÊS

Embora os possessivos do português não sejam considerados clíticos (cf. CASTRO, 2006), como abordei na seção 1.5, o quadro de pronomes do português moderno (PB e PE) apresenta uma variedade de formas clíticas, de 1^a, 2^a e 3^a pessoa do singular e do plural.

Segundo Martins (2013, p. 2231-2232 apud OLIVEIRA, 2022, p. 99), o clítico é um elemento lexical sem acento prosódico que depende de uma palavra acentuada adjacente, chamada de “palavra hospedeira”, ou “hospedeiro” do clítico. O processo de cliticização é, portanto, a ligação do clítico ao seu hospedeiro.

Em português, os pronomes clíticos podem ser acusativos e dativos, como ilustrado na tabela abaixo.

Quadro 8. Clíticos do PE e do PB (norma culta)

	Acusativo	Dativo ³⁹
	Compl. Direto	Comp. Indireto
1ª sg.	me	me
2ª sg.	te	te
3ª sg.	o, a, se	lhe
1ª pl.	nos	nos
2ª pl.	vos	vos
3ª pl.	os, as, se	lhes

Fonte: Elaboração própria

A tabela ilustra os clíticos do PB e do PE até o século XVIII, pois, a partir de então, começa a haver modificações no paradigma dos pronomes do PB que o distanciam do PE no que tange aos clíticos de segunda e terceira pessoa. Uma das hipóteses levantadas por Galves et al (2016, p. 2) para esta reorganização seria “a inserção da nova forma gramaticalizada *você* no quadro da segunda pessoa do singular (2 SG), na posição de sujeito (nominativo), acarreta uma série de reorganizações no que se refere às formas acusativas, dativas, oblíquas e genitivas”. Como apontado pelos autores e tratado no capítulo 1 deste trabalho, esta nova forma passa a coexistir e disputar espaço com o pronome *tu* de segunda pessoa e suas variantes, que sofre um desuso gradativo principalmente na posição de sujeito em algumas variedades da língua.

Como demonstram Galves et al (2016) em seus estudos em relação à frequência do uso dos clíticos em PB, tendo como base a análise de cartas escritas no Rio de Janeiro, no período de 1870 a 1950 aproximadamente, o clítico *te*, original de *tu* de 2ª pessoa, é a variante acusativa mais produtiva dentre todas as variantes, compreendendo 90% dos clíticos encontrados. Enquanto nas cartas em que *você* aparece como sujeito, os clíticos *o/a* de terceira pessoa, originais de *você* (e não de *ele/ela*), corresponderiam a apenas 1% dos casos. Essa superioridade se manteve tanto em contextos em que o sujeito era *tu* quanto quando era *você*.

³⁹ É importante ressaltar que os dativos do PE também podem ter caso genitivo, como ocorre nos exemplos: O João roubou o relógio ao Pedro / roubou-lhe o relógio.

(8) “Eu **te** abençoo, e **te** acompanho em teus trabalhos pela salvação das almas n’est Valle de lagrimas N’este mundo feio e maó.” [23-06-1909]

(9) “Termino querida Irmã abraçando-**a** ternamente e enviando muitos carinhos e sou nos Santíssimos Corações de Jesus e Maria sua irmã affetuosa” [16-02-1919]

(GALVES et al, 2016, p. 5)

Todavia, segundo eles, quando o sujeito das sentenças utilizadas nas cartas é unicamente *você*, sem se alternar com *tu*, o dativo *te* não é o que ocorre com mais frequência (27%), sendo o clítico dativo *lhe*, original de *você*, um pouco mais produtivo (29%) (GALVES et al, 2016, p. 8). Isto porque “o dativo *te* passa a concorrer, a partir dos anos 1910-20, com as outras estratégias dativas” (GALVES et al, 2016, p. 6), como o *lhe*, a preposição + *você*, a preposição + *ti* e, principalmente, pelo nulo, que detém o maior número de casos (cf. 10, 11, 12, 13, 14 respectivamente).

(10) “O Tito vai bem, hoje vai **te** escrever, ele gostou muito do Rio, papai levou eles até Botafogo para ver a avenida beira-mar.” [18-08-1907]

(11) “Eu não apressei-me em escrever **lhe** falando no seu novo despacho porque a falar a verdade não fiquei contente com o lugar que **lhe** deram (...).” [14-11-1874]

(12) “Você querendo me favorecer, compra para você e só será meu quando eu **te** pagar.” [12-02-1909]

(13) “(...) diz-se que Você é quem influe para que a revolução continue, enfim atribuem **a ti** tudo, nunca vi maior injustiça...” [25-04-1894]

(14) Quer que **o** mande seu sobretudo argentino ou o outro? [8-06-1917]

(GALVES et al, 2016, p. 6-7)

Além disso, os autores demonstram que há uma diminuição do uso do *lhe* de terceira pessoa nas primeiras décadas do século XX no PB. Portanto, o uso do clítico *lhe* começa a se diferenciar no PB e do PE em relação à sua função sintática, podendo ser: OI de terceira pessoa do singular e do plural (12a) em PE; dativo de segunda pessoa do singular com função

de OI (12b) em PB; ou então, acusativo de segunda pessoa do singular com função de OD em PB (cf. BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 17), como podemos ver em (12c).

- (12) a. Como o cão estava com fome, dei-**lhe** comida.
 b. Estou-**lhe** escrevendo para dizer que não estou nada contente.
 c. Estarei em Penedo este final de semana, **lhe** espero.

(NASCIMENTO, 2010 apud BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 17)

Em Portugal, portanto, ele é exclusivamente utilizado como dativo de terceira pessoa referindo-se às variedades de *ele* (cf. 13). Quanto ao PB, embora Galves (2001) e Bazenga e Rodrigues (2020) afirmem que seu uso na terceira pessoa fica restrito à modalidade escrita, Calindro (2015, 2016, 2020 et seq.) argumenta que mesmo nessa modalidade isso não ocorre, pois mesmos em dados escritos há uma queda substancial no uso *lhe* na terceira pessoa durante o século XX. Além disso, em algumas regiões do Brasil, ele passa a se referir ao caso oblíquo do pronome *você* de segunda pessoa (14), com tendência a se tornar a forma única dos casos dativo e acusativo (para mais detalhes, cf. CALINDRO; RODRIGUES, 2022 e as referências ali citadas).

- (13) E, na última aula, eu perguntei-**lhes**.

- (14) Eu não posso no momento **lhe** dar uma resposta afirmativa (REC – Did⁴⁰)

(GALVES, 2001, p. 128)

Segundo Galves (2001, p. 129):

Em PB, ele [lhe] não faz mais parte da gramática “nuclear”, resultado da fixação da gramática pela criança em situação natural de aprendizado, mas da “periferia” adquirida em situação formal. Em PE, ao contrário, podemos atribuir à situação oral a escolha de outras formas de anaforização do objeto direto.

Bazenga e Rodrigues (2020) confirmam tais assertivas ao demonstrarem, ainda, que no nordeste brasileiro, mais especificamente em Salvador, Bahia, os usos de *lhe* com referente de segunda pessoa já superam os usos da forma padrão *te*, sendo mais frequentes no caso

⁴⁰ Projeto Nurc, a partir dos trabalhos de Monteiro (1991), Abaurre e Galves (1996), Galves (2001).

acusativo, seguido do caso dativo. Os exemplos de Almeida (2016, p. 125) abaixo resumem os usos desse clítico:

- (15) a. Se o encontrarem, não **lhe** digam nada ainda. (OI/Dativo – 3.^a pessoa)
 b. Meu filho, vou **lhe** contar uma história. (OI/Dativo – 2.^a pessoa)

- (16) a. O falante opta por uma forma que não **lhe** comprometa. (OD/Acusativo – 3.^a pessoa)
 b. Eu **lhe** vi no cinema ontem. (OD/Acusativo – 2.^a pessoa)

Ramos (1992, p. 80 apud BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 27) afirma que a mudança na transitividade verbal, com perda da preposição *a*, ocorrida desde o século XIV ao século XX, foi o que contribuiu para o uso *lhe* de 2PSG no PB. Esta mudança também foi observada por Lessa (1976, p. 145 apud BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 27) ao analisar textos de autores brasileiros modernistas que utilizavam verbos como *agradar*, *avisar*, *convencer*, *informar* sem o uso da preposição *a*, como recomendado pela norma.

Nesse sentido, Calindro (submetido) e Torres Morais e Salles (2010) demonstram que, no PB, a preposição *a* foi substituída por outras preposições como *para* e *de* em diversos contextos, como no exemplo em (17) que trata de um verbo de transferência dinâmica.

- (17) A Maria enviou uma carta **ao / para o João/ ele**.

O PB se apresenta, ainda, como uma variante inovadora em relação ao PE ao se considerar que o dativo é também expresso pelo uso de sintagmas preposicionais encabeçados por preposições lexicais *para/a/de* em contextos em que em PE usa-se a preposição funcional *a*, como em (18) (cf. TORRES MORAIS, 2007; BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 25):

- (18) a. O José deu o livro **a** ela. (PB/PE)
 b. José deu o livro **para** ela. (PB/*PE)

Todavia, segundo Gonçalves & Raposo (2013, pp. 1171-1180), em (18b), a construção com *para* introduzindo um pronome não existe no subsistema pronominal do PE padrão, embora seja possível a realização de *para* + DP pleno nesta variedade.

Além disso, o complemento dativo pode ser expresso, ainda, com o objeto nulo (19). Segundo Cyrino (1994), o objeto nulo é uma categoria vazia que surge como resultado de uma elipse de DP. Bazenga e Rodrigues (2020, p. 21) apontam que esta categoria vazia é “dominante na gramática das crianças até aos cinco anos” que estão adquirindo a língua, devido à “complexidade do sistema linguístico, [quanto à] posição variável dos pronomes clíticos – ênclise e próclise”:

(19) Quer que \emptyset mande seu sobretudo argentino ou o outro? [8-06-1917]

(GALVES et al, 2016, p. 7)

Outra diferença expressiva entre estas duas variantes do português consiste na grande redução, e quase desaparecimento, do clítico acusativo *o/a* em vista do crescente uso do pronome tônico *ele* como objeto direto, o que gera uma disputa entre ambas as formas pronominais em PB (20).

(20) A gente manda **ele** deitar a cabeça e ele deita (REC – Did⁴¹).

(MONTEIRO, p. 116 apud GALVES, 2001, p. 130)

Bazenga e Rodrigues (2020, p. 20) apontam, também, que crianças portuguesas preferem usar o pronome dativo *lhe* e a reduplicação do clítico (como veremos na próxima seção) no lugar do pronome acusativo de 3^a pessoa, conforme o exemplo em (21). Logo, Galves (2001, p. 129) afirma que, em PE, a forma acusativa é pouco expressa na forma de clítico, o que, em PB, ocorre com toda a terceira pessoa, que cada vez mais deixa de ser representada por um clítico (tanto acusativo como dativo), como dito acima.

(20) a. depois atirou-**lhe** # ele # para o rio (L.M., 5 years)

b. não **te** engasgas-**te** nada!

(BAZENGA; RODRIGUES, 2020, p. 20)

Em relação ao PB, há ainda uma outra alternativa para a anaforização do objeto direto: o objeto nulo, mesma estratégia utilizada como alternativa para o dativo (cf. MONTEIRO, p. 71 apud GALVES, 2001, p. 130):

⁴¹ Projeto Nurc, a partir dos trabalhos de Monteiro (1991) e Abaurre e Galves (1996) (GALVES, 2001).

(21) O fundo da piscina deu defeito e tiveram que esvaziar *o*. (RJ – Did)

No entanto, se no PB este objeto nulo pode ocorrer nos mesmos contextos do pronome lexical de terceira pessoa, isto não ocorre no PE, já que nesta variante sua natureza se distingue da do pronome. Portanto, diferentemente do que parece acontecer com o PB, esta categoria vazia não pode ocupar o mesmo lugar do clítico no paradigma do PE, ainda que seja capaz de assumir seu papel anaforizante em alguns contextos (cf. GALVES, 2001, p. 132).

(21) Que a IBM venda *o* a particulares surpreende-me.

O crescente uso dessas duas novas anáforas pronominais de objeto direto constata a quase extinção dos clíticos *o/a* de terceira pessoa no PB. Por isso, Galves (2001, p. 129) afirma que, em PB, embora o clítico acusativo seja o único que expressa a terceira pessoa, ele não faz mais parte da gramática nuclear da criança brasileira, visto que ele “não pertence mais à competência dos falantes desenvolvida na fase de aquisição natural da língua”, pois “trata-se de uma aquisição tardia, associada a um nível de língua elaborado e formal” (GALVES, 2001, p. 141).

Para Nunes (1993), essa perda se dá porque o PB se torna uma língua proclítica, diferente do PE enclítico, e o clítico acusativo não se adapta à próclise, pois não pode ser fonologicamente legitimado nessa posição. Porém, isto não ocorre com os outros clíticos que se adaptam facilmente à nova posição (cf. GALVES, 2001, p. 142). Por isso, “o que parece estar desaparecendo do PB, à primeira vista, é o clítico puramente acusativo” (GALVES, 2001, p. 139). Já para Pagotto (2018 [1993], p. 147 apud OLIVEIRA, 2022, p. 126), esta perda relaciona-se ao fato de que os clíticos de terceira pessoa são os únicos que apresentam concordância, enquanto todos os outros clíticos não ocupam mais posições de concordância no PB.

Outra importante diferença entre o PB e o PE está nos usos do clítico *se* de terceira pessoa que se contrastam completamente nas duas variedades. Nesse sentido, Galves (2001) constata que, tanto no *corpus* português europeu⁴² quanto no brasileiro, este é o clítico mais frequente, sendo essa a única semelhança entre eles. No *corpus* brasileiro, o *se* ocorre com mais frequência com verbos pronominais, numa lexicalização do pronome, por exemplo em *calar-se*, *referir-se* etc, enquanto é usado com 1/3 da frequência como elemento

⁴² 15 entrevistas do projeto português Português Fundamental, contendo 179 clíticos (cf. GALVES, 2001).

indeterminador do sujeito. Já no PE, dá-se o contrário, ele aparece mais com função de indeterminação do sujeito do que com verbos pronominais.

Nesse sentido, Carvalho (2016, p. 3) demonstra, a partir dos estudos históricos de Nunes (1990) e Cavalcante (2006), que há um grande decréscimo do uso do *se* em sentenças finitas no PB, enquanto se observa um grande aumento de seu uso em sentenças infinitivas, como observado na análise de Galves acima. Portanto, Monteiro (p. 130 apud GALVES, 2001, p. 127) observa que há uma alternância entre o uso lexical do *se* e seu apagamento, seja no mesmo discurso de um falante seja em duas frases adjacentes, como o exemplo (22) a seguir ilustra:

(22) O Rio \emptyset modificou em muitos aspectos; e como tem *se* modificado!

(GALVES, 2001, p. 127)

Outros usos do *se* que divergem em ambas as variedades do português são o médio (23), o pronominal (24), o reflexivo (25), o indeterminado (26) e estruturas “difíceis” (27) (cf. GALVES, 2001, p. 46):

(23) a. Esta camisa lava facilmente⁴³. (PB)

b. Esta camisa lava-*se* facilmente. (PE)

(24) a. Joana não matriculou ainda. (PB)

b. Joana não *se* matriculou ainda. (PE)

(25) a. Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de incluir *ela*. (PB)

b. Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de *se* incluir. (PE)

(26) a. Nos nossos dias, não usa mais saia (NURC). (PB)

b. Não *se* usa mais saia. (PE)

(27) a. O João é difícil de *se* convencer. (PB)

b. O João é difícil de convencer. (PE)

⁴³ Segundo Carvalho (2016), o mais comum em PB seria “Esta camisa lava fácil”.

Ressalta-se que, em contexto reflexivo, mais uma vez, o pronome *ele* pode se encontrar em posição de objeto substituindo o *se*, o que é uma grande inovação do PB em relação ao PE (cf. GALVES, 2001, p. 46).

Finalmente, Galves (2001, p. 129) explicita que, em PB, o uso da forma *a gente*, que ocorre tanto como complemento interno quanto externo, vai reduzir o uso do *nós*, plural de primeira pessoa. Porém, o mesmo não se dá em PE, em que, segundo a autora, o contraste entre o uso dos clíticos de primeira pessoa do singular, *me*, e do plural, *nós*, é bem mais reduzido.

(28) A luz chega à **gente** com mais velocidade que o som (SSA – Did).

(GALVES, 2001, p. 129)

Assim, o paradigma dos clíticos do PB fica reduzido a *me/te/lhe/se⁴⁴/nos*, pronomes que têm dupla função de objeto e de caso, podendo ser diretos e acusativos ou indiretos e dativos (cf. GALVES, 2001, p. 139). Vale ressaltar que, neste paradigma, também observamos a ausência do clítico *vos*, cujo uso foi extinto nesta variedade da língua.

Logo, a autora resume que os clíticos referenciais, ou pronominais, de primeira, segunda e terceira pessoas estão menos presentes no *corpus* brasileiro do que no *corpus* português (cf. GALVES, 2001, p. 128).

Galves (2001, p. 142), portanto, conclui que

o desaparecimento do clítico acusativo e a reorganização do sistema dos pronomes, assim como as outras inovações sintáticas do PB, resultam do enfraquecimento do elemento de concordância do INFL, que, por sua vez, resulta da perda da distinção entre as desinências de segunda e terceira pessoas.

Assim, o sistema de pronomes e clíticos do PB fica representado da seguinte maneira:

⁴⁴ Nos contextos específicos supracitados a respeito dos clíticos *lhe* e *se*.

Quadro 9. Pronomes do PB atualizado

		Sujeito (nominativo)	Objeto Direto (acusativo)	Objeto Indireto (dativo)	Complemento oblíquo
1ª pessoa	singular	eu	me / eu	me	preposição + mim preposição + eu
	plural	nós / a gente	nos / nós / a gente	nos	preposição + nós preposição + a gente
2ª pessoa	singular	você ⁴⁵	você / te / lhe ⁴⁶	te / lhe	preposição + você preposição + ti
		tu	te / tu / você		preposição + você / tu preposição + ti
	plural	vocês	vocês		preposição + vocês
3ª pessoa	singular	ele/ela	ele/ela o/a	se ⁴⁷	preposição + ele/ela
	plural	eles/elas	eles/elas ⁴⁸ os/as		preposição + eles/ela

Fonte: Adaptado de Calindro e Rodrigues (2022, p.91)

3.1.1 A posição dos clíticos

Explicitados os usos dos clíticos em ambas as variedades do português, PE e PB, resta-nos observar onde eles se localizam na sentença. Nesse sentido, assim como se constatou que os pronomes clíticos são usados de forma diferente em ambas as variedades, o mesmo se passa em relação à posição que eles ocupam na sentença.

Portanto, de acordo com a GT, o pronome átono pode estar em três posições distintas:

⁴⁵ Além do *você*, constata-se as formas inovadoras *ocê* e *cê* em diversas regiões (cf. SCHERRE et al., 2015), como discutiremos mais adiante neste texto.

⁴⁶ Uma vez que o clítico *se* possui diversas funções gramaticais e seu uso é muito diversificado nas diferentes regiões do país, optamos por não o incluir neste trabalho e abordá-lo em pesquisas futuras.

⁴⁷ O *se* foi adicionado na tabela, tendo em vista que é citado neste trabalho, no entanto as autoras não o analisam.

⁴⁸ Gostaríamos de lembrar que, como discutido nesta seção, em todas as pessoas do discurso, tanto no acusativo como no dativo, há, ainda, a possibilidade da utilização do objeto nulo.

- (I) Enclítica
Calei-**me**.
- (II) Proclítica
Eu **me** calei.
- (III) Mesoclítica
Calar-**me**-ei.

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 323)

No entanto, Cunha e Cintra (2008, p. 324) afirmam que a posição “lógica, normal” dos pronomes átonos objetos direto ou indireto seria a ênclise e que há algumas regras gerais para o uso da próclise, entre elas as orações que contêm palavras negativas (29), ou então orações iniciadas com pronomes e advérbios interrogativos (30), ou ainda com o gerúndio regido da preposição *em* (31), entre outras:

(29) *Não* **lhes** dizia eu?

(30) *Quem* **me** busca a esta hora tardia?

(31) *Em se* ela anuviando, *em a* não vendo,
Já se me a luz de tudo anuviava.

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 324)

Todavia, os próprios autores constatam que “a colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 330), ou seja, a próclise é usada em contextos em que a ênclise é prescrita, como em início de frase (32), ou então nas locuções verbais (33):

(32) **Me** desculpe se falei demais.

(33) Será que o pai não ia **se** dar ao respeito?

(CUNHA; CINTRA, 2008, p. 331)

Logo, Galves (2001, p. 132) demonstra, a partir dos dados do projeto NURC, que a próclise é a regra geral nas sentenças simples do PB nos contextos em que o PE exige a ênclise:

(34) Aí você **me** pegou (SP – Did)

(35) Eu **o** levo (SP – D2)

(36) **Me** chocou tremendamente. (SP – Did)

(GALVES, 2001, p. 132)

Em relação às sentenças com locução verbal, o PB também irá se diferenciar do PE quando um auxiliar for seguido de um particípio ou de um gerúndio, ou, ainda, quando um verbo modal for seguido de um infinitivo. Nestes casos, o pronome se liga ao verbo principal (temático) em próclise (37). Ademais, isto ocorre mesmo na presença de uma negação, de um complementizador ou de um advérbio como *já*, que são considerados elementos “atratores” de clíticos, como (38) e (39) abaixo (cf. GALVES, 2001, p. 133-134):

(37) Está **se** referindo ao padrão de vida (RJ – D2).

(38) Agora não tinha **me** lembrado (POA – Did)

(39) Alguém já poderia **me** dizer (RJ – EF)

Em se tratando do infinitivo, Galves (2001, p. 134) constata que independentemente da classe do verbo principal ou da presença de uma preposição introduzindo a sentença, “a próclise é regra geral”.

(40) Eu preciso **me** defender (SP – EF)

(41) Para que ele viesse a **se** manifestar nas urnas (RED – D2)

No entanto, a autora aponta que o clítico acusativo vai contrariar essa regra geral, pois ele vai frequentemente aparecer enclítico ao verbo no infinitivo devido à sua pouca saliência fônica (42). Além disso, de acordo com Figueiredo Silva (1990 apud GALVES, 2001, p. 134-135), em PB, “nas locuções verbais compostas com um particípio passado ou um gerúndio, a maior parte dos falantes prefere que ele “suba” até o verbo flexionado”, como exemplificado em (42):

(42) Vou jogá-**lo** pela janela!

(43) a. Não **o** estava vendo.

b. *Não estava **o** vendo.

(GALVES, 2001, p. 135)

Nos exemplos (43) acima, portanto, (43a) é a forma utilizada e não (43b), como normalmente ocorreria com os outros clíticos do PB.

Logo, Galves (2001, p. 135) resume que, no PB, além de o elemento clítico, em geral, ser proclítico, ele é fortemente atraído pelo verbo que lhe atribui função temática; porém o clítico acusativo “mostra uma tendência à ênclise e é mais atraído pelas formas verbais flexionadas”.

Assim, Oliveira (2022, p. 125) vai concluir que:

Como menciona Nunes (2018 [1993], p. 163-166), no PE o processo de cliticização fonológica ocorre da direita para a esquerda, ou seja, a palavra hospedeira deve localizar-se à esquerda, para que o clítico se “encaixe” da direita para a esquerda, o que se traduz em ênclise. Isso explica a agramaticalidade, no PE, de sentenças iniciando por pronomes clíticos. Já no PB, a cliticização ocorre da esquerda para a direita, o que justifica a próclise generalizada.

Todavia, apesar de todas essas mudanças do PB em relação ao PE, esta é a variedade considerada inovadora em relação às outras línguas românicas quanto à colocação pronominal, visto que nestas a próclise é a regra geral, como veremos no francês. A ênclise, pelo contrário, é determinada pela finitude do verbo em PE (cf. DUARTE; MATOS, 2000, p. 121 apud OLIVEIRA, 2022, p. 124).

Dessa forma, algumas mudanças no paradigma dos clíticos do PB, isto é, o quase desaparecimento dos clíticos acusativos de terceira pessoa na língua-I dos brasileiros e sua retomada via escolarização, assim como a especialização do *lhe* como pronome de segunda pessoa, além do surgimento da preposição *para* no lugar de *a* combinada a pronomes plenos, fazem com que no PB padrão não haja nenhuma forma de redobro pronominal de terceira pessoa, ainda que seja gramaticalmente possível. Enquanto em PE, o redobro de clíticos é uma construção possível. E é disso que trataremos mais na seção 3.3.

3.2 OS PRONOMES CLÍTICOS DO FRANCÊS

Embora saibamos que a língua francesa se utiliza da construção do redobro de clíticos possessivos e está de acordo com a afirmação de Cardinaletti (1998) de que a estrutura

de redobro supõe clíticos, faz-se necessário, ainda, averiguar se os pronomes desta língua são semelhantes aos de outras línguas românicas, como o espanhol moderno e o PE, em que a construção de redobro de clíticos é possível e gramatical, e se também são redobrados assim como os possessivos.

Esta comparação é relevante, pois, tendo em vista que são duas línguas românicas, é importante atestar se o PB, o PE e o FM estão evoluindo da mesma forma ou se estão se diferenciando cada vez mais sintaticamente, apesar de seu denominador comum, o latim. Nesse sentido, dada a divergência no status de clítico dos possessivos do FM e de fraco dos possessivos em PB e PE, a forma como os pronomes clíticos do português e do francês se portam é sintaticamente diferente, assim como seus possessivos, ou semelhante?

A conclusão dessa questão nos ajudará, igualmente, a descobrir a resposta para a pergunta central desse trabalho: por que em PB e em PE não se faz mais redobro de possessivos se em FM sim?

Portanto, segundo a norma, os clíticos do francês são os pronomes átonos que têm função de sujeito: *je, tu, il, elle, nous, vous, ils, elles, on* (e *ce* quando for sujeito do verbo *être* ‘ser’, como em *c’était* ‘era’); ou de complemento: *me, te, se, nous, vous, le, la, les, lui, leur, y, en, ça*, (e *que* quando interrogativo). Ressaltam-se, portanto, algumas considerações sobre seus usos: eles sempre devem vir adjacentes aos verbos que os governam; suas posições são sempre fixas e seguem uma hierarquia na sentença (44); eles podem coocorrer, com algumas exceções, e não podem passar de três na mesma sentença (45); eles não se coordenam entre eles (46a) e devem ser repetidos quando há a coordenação verbal (46b); eles não aparecem isoladamente (46c); e, por fim, eles não podem ser acompanhados por um modificador direto (46d)⁴⁹.

(44) Posição e hierarquia dos clíticos do francês

je, tu, il, elle, nous, vous, ils, elles, ce, ça, on	me, te, se, nous, vous	le, la, les	lui, leur	y	en
---	---------------------------	-------------	-----------	---	----

(45) a. Elle **me le** donne.

Ela CL.DAT o.CLP.ACC dá

‘Ela me dá isso’

b. Je ne **lui en** prête pas.

⁴⁹ <https://www.studocu.com/fr/document/universite-lumiere-lyon-ii/sciences-du-langage/fiche-grammaire-1-clitiques/1846379>

Eu NEG. CL.DAT CL.PART⁵⁰ empresto NEG.

‘Eu não lhe empresto isso’

c. Nous **les leur** donnons.⁵¹

Nós CL.ACC CL.DAT damos.

‘Nós damos isso a eles’

d. Jean **me le lui** fera porter.

Jean CL.ACC CL.ACC CL.DAT fará levar

‘O Jean vai me fazer levar isso para ele.’⁵²

(46) a. ***Il** et **tu** iront.

3PS.NOM e 2PS.NOM irão

‘Ele e você irão’

b. Jean **le** prend et **le** jette.

Jean CL.ACC pega e CL.ACC joga

‘Jean o pega e o joga (fora)’

c. - Qui a mangé le fromage?

Quem tem comido o queijo?

‘Quem comeu o queijo?’

- ***Je**.

1PS.NOM

‘Eu’

d. ***Il** même est venu/ lui-même est venu.

3PS.NOM mesmo é vindo/ PR.OBL mesmo é vindo.

‘Ele mesmo veio’

Assim, os clíticos do FM ficam representados no quadro abaixo:

⁵⁰ Partitivo.

⁵¹ <https://www.podcastfrancaisfacile.com/grammaire/ordre-des-pronoms-personnels.html>

⁵² MANZINI; SAVOIA, 2018, p. 26 apud OLIVEIRA, 2022, p. 120

Quadro 10. Os clíticos do francês

		ACUSATIVOS			LOCATIVO	PARTITIVO / GENITIVO
		<i>le</i>	<i>la</i>	<i>les</i>	<i>y</i>	<i>en</i>
DATIVOS OU REFLEXIVOS	<i>me</i>	<i>me le (me l')</i>	<i>me la (me l')</i>	<i>me les</i>	<i>m'y</i>	<i>m'en</i>
	<i>te</i>	<i>te le (te l')</i>	<i>te la (te l')</i>	<i>te les</i>	<i>t'y</i>	<i>t'en</i>
	<i>lui</i>	<i>le lui</i>	<i>la lui</i>	<i>les lui</i>		<i>lui en</i>
	<i>se</i>	<i>se le (se l')</i>	<i>se la (se l')</i>	<i>se les</i>	<i>s'y</i>	<i>s'en</i>
	<i>nous</i>	<i>nous le (nous l')</i>	<i>nous la (nous l')</i>	<i>nous les</i>	<i>nous y</i>	<i>nous en</i>
	<i>vous</i>	<i>vous le (vous l')</i>	<i>vous la (vous l')</i>	<i>vous les</i>	<i>vous y</i>	<i>vous en</i>
	<i>leur</i>	<i>le leur</i>	<i>la leur</i>	<i>les leur</i>	<i>leur y</i>	<i>leur en</i>
LOCATIVO	<i>y</i>	<i>l'y</i>	<i>l'y</i>	<i>les y</i>		<i>y en</i>
PARTITIVO / GENITIVO	<i>en</i>	<i>l'en</i>	<i>l'en</i>	<i>les en</i>	<i>y en</i>	

Fonte: Oliveira (2022, p. 120)

É importante observar que, embora eles devam sempre vir juntos dos verbos que os governam, eles podem se separar de sua base verbal se, entre eles, houver outro clítico (cf. OLIVEIRA, 2022, p. 105), ou seja, quando há coocorrência de clíticos, como visto nos exemplos em (45) acima.

Prévost (2009, p. 116 apud OLIVEIRA, 2022, p. 117) aponta, ainda, que os clíticos pronominais com função locativa e partitiva/genitiva, *y* e *en*, do francês são uma grande diferença deste em relação ao PB - resalta-se, portanto, que essa é a primeira grande diferença entre os clíticos pronominais das duas línguas. Eles podem ter função adverbial (47a, b), quando corresponderem a um lugar no contexto comunicativo, ou de complemento verbal (48a, b). Em ambos os casos eles substituem referentes de verbos que demandem as preposições *à* e *de*, respectivamente. Por isso, “eles são conhecidos tradicionalmente como “clíticos adverbiais” (*clitiques adverbiaux*), ainda que, em muitas situações, eles correspondam a sintagmas não adverbiais” (MILLER; MONACHESI, 2003 apud OLIVEIRA, 2022, p. 117).

(47) a. Je passe les vacances toujours [en Argentine]_i,

eu passo.V.PRS as.ART.DEF férias sempre em Argentina

mais cette année je ne pourrai pas *y* aller.

mas esta ano.NM.F eu NEG poderei NEG CL.LOC ir

“Eu passo as férias sempre na Argentina, mas esse ano eu não vou poder ir lá.”

b. A: Quand est-ce qu'ils sont revenus [de la campagne]_j ?

quando Q eles são voltados de a.ART.DEF campo.NM.F

“Quando eles voltaram do campo?”

B: Ils **en**_j sont revenus hier.

eles CL.LOC são voltados ontem

“Eles voltaram (de lá) ontem.”

(48) a. C’est [ce que tu dis]_i, mais je n’y_i crois pas. (croire à)

EXPL é o.que que tu dizes mas eu NEG

y crois pas.

nisso.CL.OBL acredito NEG

“É o que você está dizendo, mas eu não acredito nisso.”

b. J’adore [les statistiques]_j, alors je m’**en**_j occupe. (s’occuper de)

eu adoro as.ART.DEF estatísticas então eu CL.REFL

disso.CL.OBL ocupo

“Eu adoro estatísticas, então deixe(m) que eu faço.”

(OLIVEIRA, 2022, p. 118-119)

Oliveira (2022, p. 119) ressalta que “esses clíticos não podem se referir a antecedentes com traço [+animado], como em **Amène tes enfants, je m’en occupe !*, ‘Traz os teus filhos, eu tomo conta deles!’, sendo necessário o uso “[d]a preposição seguida do pronome tônico correspondente, *Je m’occupe d’eux*”. Todavia, o autor demonstra que, na língua coloquial, o pronome *en* é encontrado referindo-se a pessoas (cf. GRÉGOIRE; KOSTUCKI, 2012, p. 98 apud OLIVEIRA, 2022, p. 119).

3.2.1 (Extra) Contextos que permitem a cliticização dos pronomes

É importante enfatizar que há certos contextos específicos em que a cliticização dos pronomes é possível e outros em que é proibida em FM. De acordo com Kayne (1969 apud MORIN, 1979, p. 175), há verbos que bloqueiam e outros que permitem a cliticização dativa (49a), o que nos permite pensar que esta cliticização é arbitrária. No entanto, Morin (1979) demonstra que isso é um equívoco, como veremos ao longo desta seção. Assim como é incorreto postular que a cliticização acusativa (49b) é aplicada sistematicamente para todos os verbos (cf. KAYNE, 1969 apud MORIN, 1979, p. 175), visto que há casos em que o objeto direto definido não permite essa cliticização. Por outro lado, tanto a cliticização em *de* (49c)

quanto a em *à* (49d)⁵³ parecem ser sistemáticas com todos os verbos (cf. MORIN, 1979, p. 175).

- (49) a. Je **lui** réponds.
 Eu CL.DAT respondo.
 ‘Eu respondo a ele’
- b. Je **les** ai vus.
 Eu CL.ACC tenho visto
 ‘Eu os vi’
- c. J’**en** ai vu.
 Eu CL.GEN tenho visto
 ‘Eu tenho visto disto’
- d. J’**y** réponds.
 Eu CL.OBL respondo
 ‘Eu respondo a isto’

Morin (1979) especifica, portanto, os contextos em que há essa possibilidade e impossibilidade de cliticização. De acordo com o autor (p. 175-176), o atributo (predicativo) do sujeito não é cliticizável quando é referencial (50), tendo em vista que o sintagma nominal que segue um verbo (de ligação) atributivo ([predicativo] atributo do sujeito) é cliticizável quando é não-referencial (50a).

- (50) a. Pierre n'est pas encore *mon ami* (aguerri),
 Pierre NEG.é NEG. ainda meu amigo (veterano),
 et je ne sais pas quand il **le** sera.
 e eu NEG. sei NEG. quando ele CL.ACC será.
 ‘Pierre ainda não é meu amigo (veterano), e não sei quando o será’
- b. Pierre est *mon ami* (aguerri), et il **le** restera longtemps.
 Pierre é meu amigo (veterano) e ele CL.ACC ficará por muito tempo
 ‘Pierre é meu amigo (veterano) e o será por muito tempo’

- (51) a. Si j'étais **toi**,

⁵³ Em francês, *en* e *y* são pronomes que retomam referenciais acompanhados por *de* e por *à*, respectivamente.

- Se eu fosse PR.OBL
- b. *Si je t'étais, ...
Se eu CL.ACC fosse
'Se eu te fosse'
- c. Il restera toujours **lui-même**, ce vieil obstiné.
Ele ficará sempre PR.OBL mesmo esse velho obstinado.
'Ele sempre será ele mesmo, esse velho obstinado'
- d. *Il se restera toujours, ce vieil obstiné.
Ele CL.REF⁵⁴ ficará sempre esse velho obstinado.
'Ele se será sempre, esse velho obstinado'

(MORIN, 1979, p. 176)

Ademais, os sintagmas preposicionais que seguem esses verbos atributivos (de ligação) são cliticizáveis segundo os moldes dos verbos não-atributivos (de ligação) (cf. MORIN, 1979, p. 176):

- (52) a. Il **en** est capable.
Ele disso.CL.GEN é capaz
'Ele é capaz disso.'
- b. Tu crois donc qu'il y est.
'Você acha então que ele CL.LOC está.
'Então você acha que ele está lá.'
- c. Je **lui** serai toujours fidèle.
Eu CL.DAT serei sempre fiel.
'Sempre serei fiel a ele/a.'

Em casos de construção dupla acusativa, ou de atributo (predicativo) de objeto, o OD (o primeiro sintagma nominal) pode ser cliticizado, mas o atributo (predicativo) não. Isto quer dizer que o segundo complemento não está sujeito à cliticização acusativa (cf. MORIN, 1979, p. 176):

- (53) Je **le** trouve très intéressant.
Eu CL.ACC acho muito interessante

⁵⁴ Reflexivo.

‘Eu o acho muito interessante’

(54) a. Pierre est fou, et Marie **l'**est peut-être aussi.

Pierre é doído, e Marie CL.ACC é talvez também

‘O Pierre é doído, e a Marie talvez também o seja’

b. *Pierre est certainement fou, mais je ne **le** considère pas Marie.

Pierre é certamente doído, mas eu NEG CL.ACC considero NEG Marie

‘O Pierre com certeza é doído, mas a Maria não o considero’

c. Pierre est certainement fou, mais je ne considère pas Marie *comme tel(le)*.

Pierre é certamente doído, mas eu NEG considero NEG Marie como tal

‘O Pierre com certeza é doído, mas não considero a Marie como tal’

Dado que em francês há uma restrição geral de que os clíticos acusativos *me, te, se, nous* ou *vous* em posição pré-verbal não podem coocorrer com um clítico dativo, é a cliticização acusativa que é realizada enquanto o OI fica em posição pós-verbal (MORIN, 1979, p. 179):

(55) a. Je présenterai Pierre à Marie.

‘Eu vou apresentar o Pierre pra Marie’

b. Je **la lui** présenterai.

Eu CL.ACC.3P CL.DAT.3P apresentarei

c. Je **te la** présenterai.

Eu CL.DAT.2P CL.ACC.3P apresentarei

d. *Je **te lui** présenterai.

Eu CL.ACC.2P CL.DAT.3P apresentarei

e. Je **te** présenterai **à elle**.

Eu CL.ACC.2P apresentarei PP.DAT.3P

Logo, nos exemplos (55b, c) acima, vemos que os acusativos *la* podem coocorrer normalmente com o dativo *lui*, que o segue, e com o acusativo *te*, que o precede. Todavia, uma estrutura em que *te* e *lui* se combinem é agramatical, não havendo a cliticização do pronome dativo, mas atribuição de caso pela preposição *à* (*elle*).

Em relação à cliticização dativa, Morin (1979, p. 181) observa que ela é bloqueada em todas as construções com um predicado de dois complementos simétricos, como dos verbos

assimiler ‘assimilar’, *joindre* ‘juntar’, *lier* ‘ligar’ etc, e é permitida em casos de predicados com dois complementos não-simétricos, como dos verbos *amener* ‘levar’, *recommander* ‘recomendar’, *préferer* ‘preferir’ etc.

(56) a. C’est ce prêtre qui a uni Pierre à Marie.

Isso é esse padre que tem unido Pierre a Maria.

‘Foi esse padre que casou o Pierre e a Maria’

b. *C'est ce prêtre qui **lui** a uni Pierre.

É esse padre que lhe.CLP.DAT tem unido a Pierre.

‘Foi esse padre que lhe uniu a Pierre’

c. C’est ce prêtre qui a uni Pierre à **elle**.

É esse padre que tem unido a PP.DAT

(MORIN, 1979, p. 181)

Logo, como demonstra o autor, o uso dos clíticos acusativos não é sistemático enquanto o dos dativos não é arbitrário, pois em alguns casos podem ser associados a propriedades semânticas e sintáticas específicas (cf. MORIN, 1979).

3.2.2 A posição dos clíticos na sentença

Conforme demonstra Oliveira (2022, p. 130), a posição que ocupam os clíticos em francês “é determinada pelo modo verbal em que se encontra o verbo da sentença em questão, ou pelo tipo de verbo empregado nos grupos verbais”. Ademais, caso o verbo não se encontre no imperativo afirmativo, os clíticos ficam em posição proclítica (57), assim como no PB. Logo, quando o verbo é conjugado no imperativo, a ênclise é gerada (58) (cf. OLIVEIRA, 2022, p. 130-131).

(57). Je **leur** téléphonerais si j’avais leur numéro.

Eu CL.DAT telefonaria CONJ eu tinha seu.POSS.DET.P6⁵⁵ número

‘Eu lhes telefonaria se tivesse o número deles’

(58) Porte-**lui** un cadeau.

leva.V.IMP CL.DAT um.ART.INDF presente.NM

‘Leva um presente para ele/ela’

⁵⁵ Terceira pessoa do plural (cf. OLIVEIRA, 2022)

No entanto, em contextos em que há um grupo verbal que consista na coocorrência de um auxiliar *être* ‘ser’ ou *avoir* ‘ter’ com um verbo conjugado ou no infinitivo, a posição adotada pelo clítico é sempre de próclise em relação ao auxiliar (59c,b). Isto porque, como aponta Jones (1996, p. 81 apud OLIVEIRA, 2022, p. 132), os verbos envolvidos no grupo verbal formam uma unidade, o que impossibilita um clítico de se colocar entre eles (59c).

(59) a. Jean est parti de la fête

Jean é partido.V.PTCP de a.ART.DEF festa

après l'avoir rencontrée.

depois a.CLP.ACC ter encontrado.V.PTCP-F

“O Jean foi embora da festa depois de tê-la encontrado.”

b. [Au Canada]_j, Pierre n’y_j est jamais allé.

a.PREP.o.ART.DEF Canada Pierre NEG CLP.LOC é nunca ido

“Ao Canada, Pierre nunca foi.”

c. **Au Canada, Pierre n’est jamais y allé.*

a.PREP.o.ART.DEF Canada Pierre NEG é nunca CLP.LOC ido

‘Ao Canadá, o Pierre nunca lá foi’

(OLIVEIRA, 2022, p. 132)

No caso de o primeiro verbo do grupo não ser um auxiliar, a próclise é feita em relação ao segundo verbo, o lexical, e, por isso, não há alçamento do clítico. Este liga-se, portanto, ao verbo que lhe atribui papel temático (59) (cf. OLIVEIRA, 2022, p. 132-133). Esta situação se assemelha ao que ocorre em PB, embora não seja o mesmo caso da situação anterior, já que nesta variedade linguística o clítico vem sempre em posição proclítica em relação ao segundo verbo em locuções verbais.

(60) a. Elles ne pourront pas s’**en** sortir.

elas NEG poderão NEG se.CLP.REFL.P6 CLP.LOC sair

“Elas não poderão sair dessa.”

(OLIVEIRA, 2022, p. 133)

Logo, o movimento dos clíticos nos grupos segue algumas condições estabelecidas por Jones (1996, p. 246-248): (1) a cliticização deve ser realizada no verbo mais à esquerda do

grupo verbal; (2) nenhum elemento pode se mover por cima de uma posição de sujeito (cf. OLIVEIRA, 2022, p. 133).

3.2.3 A presença de objetos nulos no FM⁵⁶

Ao contrário do PB que começa a perder alguns usos de clíticos, como o desaparecimento do acusativo *o/a*, do *lhe* e do *se* multifuncional além do profuso uso do objeto nulo e do fato do PB ser uma língua de sujeito parcialmente nulo, o francês é uma língua de sujeito pleno e, na modalidade padrão, também é considerada como uma língua que não permite objeto nulo. Todavia, Cummins e Roberge (2005, p. 45) contradizem essa constatação ao demonstrarem que em todas as variedades de francês é comum a realização de objetos nulos (61), o que o aproximaria mais do PB, embora seu uso seja considerado marginal. Porém, tais realizações se restringem a contextos específicos, que abordarei a seguir.

(61) La lune, si t'y mets une porte et tu regardes Ø la nuit, tu peux être fier de ton boulot.

‘Se você colocar uma porta na lua e olhar Ø à noite, pode sentir orgulho do seu trabalho’.

(G:153⁵⁷)

De acordo com Cummins e Roberge (2005), há alguns tipos de objetos nulos em francês. O primeiro deles consiste em um tipo comum entre as línguas românicas: o objeto nulo (ON) recuperado por um clítico (62).

(62) J'ai appelé Jean, mais je n'ai pas pu le_i rejoindre Ø_i.

‘Eu liguei para o Jean, mas não consegui falar com ele.’

(CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 51)

Embora o ON seja completa, direta e obrigatoriamente retomado por um clítico, os autores afirmam que ele está de acordo com a definição deles de que o ON é um *pro* que, semanticamente, corresponde aos seus traços- ϕ (pessoa, número e gênero), que são retomados

⁵⁶ Esta seção foi trazida como uma informação a mais sobre o francês, tendo em vista que é uma ocorrência não relevante para o fenômeno que estamos tratando, por isso não foi tratado o objeto nulo no português.

⁵⁷ Gourio, 2002. Segundo Cummins e Roberge (2005), este é um *corpus* que consiste numa coleção de fragmentos de conversas supostamente ouvidas em bares e cafés.

pela checagem de traços com o clítico (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 52). Logo, neste caso, “há correferência entre o elemento lexical, o clítico e o ON” (OLIVEIRA, 2022, p. 166).

Outro contexto em que este fenômeno ocorre em francês é quando os ONs definidos não são retomados por um clítico (63). Neste caso, eles são definidos e referenciais e, comparados aos ONs retomados por um clítico, eles aparecem nos mesmos contextos e são interpretados da mesma forma, o que torna as frases em (63) e (64) equivalentes (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 52).

(63) On lui tendit une main. Pas besoin d’aide. Vexé, il négligea Ø et se releva...

‘Estenderam-lhe a mão. Não há necessidade de ajuda. Aborrecido, ele ignorou Ø e se levantou...’

(64) On lui tendit une main. Pas besoin d’aide. Vexé, il la_i négligea Ø_i.

‘Estenderam-lhe a mão. Não há necessidade de ajuda. Aborrecido, ele a ignorou.’

(L:48⁵⁸)

Ainda uma terceira situação em que ONs podem se fazer presentes consiste no caso canônico de objeto nulo “genérico” ou “indefinido”, também chamado de “absoluto” (65) (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 55).

(65) De loin, la France continue de séduire Ø, mais, de près, les Français agacent Ø.

‘De longe, a França continua a atrair Ø, mas, de perto, os franceses irritam Ø.

(L:36)

Nestes casos, o ON não possui antecedentes ou referentes possíveis em contextos linguísticos ou extralinguísticos. Isto o diferencia dos ONs definidos, pois estes podem ser o antecedente de um pronome. Em (66), por exemplo, o ON, complemento de *détester* ‘detestar’, é provavelmente o antecedente do clítico *le* que o segue (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 55-56).

(66) S’il déteste Ø vraiment, on le case dans la salle de bain...

‘Se ele odeia Ø mesmo, a gente o enfia no banheiro...’

(Noailly 1996, p. 100 apud CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 56)

⁵⁸ Larjavaara, 2000. Cummins e Roberge (2005) apontam que este é um *corpus* de fontes modernas (pós-1985), em sua maioria, escritas.

Por fim, os ONs podem ser usados como dêiticos e, segundo os autores, este uso é bastante comum com imperativos (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 59).

(67) A: C'est quoi, son journal, à ce mec? *Le Monde...*

B: Tenez, prenez \emptyset , je ne voudrais pas vous priver de lecture!

'A: Qual é o jornal daquele cara? *Le monde...*

B: Aqui, toma \emptyset , não quero te privar da leitura!'

(Noailly 1997, p. 103 apud CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 59)

Diferente dos contextos em que há ou não retomada de clíticos por um ON, neste caso não há correferência entre o nome lexical, o pronome ou o ON, assim como, diferente dos nulos absolutos, os dêiticos não recebem uma interpretação genérica e não-referencial, mas sim, uma referencial e específica. Em alguns casos (não todos), eles têm até mesmo uma interpretação similar aos clíticos e outros pronomes (cf. CUMMINS; ROBERGE, 2005, p. 60):

(68) Fais-**le** voir. Envoie-moi **ça**.

'Deixe-me vê-lo. Me manda isso.'

Dessa forma, constata-se que, embora o francês moderno tenha algumas similaridades com o PB e com o PE, por exemplo sua posição proclítica e o fenômeno do objeto nulo, ainda assim há diferenças que devem ser levadas em consideração, pois, como veremos na próxima seção, essa diferença reflete no fato de não haver redobro de clíticos do FM, mas sim em PE e até mesmo em algumas variedades do PB.

3.3 O REDOBRO DE PRONOMES CLÍTICOS

Explicitadas as propriedades e alguns usos dos clíticos em ambas as línguas românicas, português e francês, resta-nos evidenciar outro contexto em que tais elementos anafóricos são utilizados: a construção de redobro.

Logo, a fim de confirmar a hipótese de que, nas línguas sincrônicas, o redobro é um redobro de clíticos e é agramatical quando envolve pronomes fortes ou fracos, faz-se necessário demonstrar que, mesmo em português moderno, que não apresenta um caso de redobro de possessivos, a estratégia de redobro se torna possível quando se trata de pronomes

clíticos em situações específicas que abordaremos nesta seção. Além disso, veremos que tanto os possessivos quanto os pronomes clíticos são redobrados na língua francesa.

Chapman (2012, p.1) define o redobro de clíticos como “uma construção sintática caracterizada por um clítico dobrando um DP na posição de objeto do domínio flexional”⁵⁹. Para Magro (2019, p. 30) este clítico é um elemento fonologicamente dependente. Nesse sentido, Machado-Rocha e Ramos (2016, p. 379) afirmam, ainda, que, além dos DPs, os clíticos também podem coocorrer com um pronome forte com os quais “formam um tipo de constituinte descontínuo”. Esta é uma construção que ocorre em inúmeras línguas, como o espanhol moderno (69).

(69) Juan **la** conoce a **ella**.

João CL-ACC conhece a ela.

‘João a conhece/conhece ela.’

(TORREGO, 1995, p. 403 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 379)

Ao analisar a construção de redobro de clíticos (RC) nas línguas românicas, Magro (2019, p. 30) separa-as em três grupos:

(a) as línguas que produzem RC com expressões nominais plenas e com expressões pronominais, como o espanhol e o romeno, (b) as línguas que produzem RC apenas com expressões pronominais, como o francês e o português, e (c) as línguas que excluem liminarmente a construção, como o italiano.

Segundo a autora, portanto, o PE e o francês se enquadram na mesma categoria que expressam o redobro apenas com expressões pronominais, conforme os exemplos (70) e (71) a seguir:

(70) a. Jean **lui** parle **à elle**.

João CLP.DAT fala PP.DAT

‘O João fala-lhe a ela’

(71) a. O Pedro telefonou-**lhe a ela**.

b. *Dei-lhe o livro **à Maria**.

⁵⁹ Tradução minha de: “a syntactic construction characterized by a clitic in the inflectional domain doubling a Determiner Phrase (DP) in the canonical object position”

(MAGRO, 2019, p. 31, 35)

No entanto, será que o mesmo se aplica ao PB tendo em vista as mudanças que ocorreram em seu paradigma de pronomes e de clíticos? Nas próximas subseções, portanto, investigarei se o redobro de clíticos está não apenas presente em todas as variedades aqui estudadas (PB, PE e FM), mas também se elas são parecidas, assim como afirma Magro.

3.3.1 O redobro de pronomes clíticos em português

Vimos no capítulo 1 que o PB e o PE não admitem a estrutura de redobro de possessivos na variedade moderna, embora ela seja gramatical no PA. Isto porque, como apontou Castro (2006), o redobro que ocorre nesta última variedade não envolve elementos clíticos, mas pronomes fracos e fortes, dado que, diferente das características de clíticos analisadas por Cardinaletti (1998), esta construção pode ou não ser determinada por um artigo, já que em contextos em que N se move para D, os possessivos não bloqueiam o movimento de N nem cliticizam o substantivo como um clítico faria (cf. CARDINALETTI, 1998, p. 75). Além disso, o redobro em PA não ocorre em todas as pessoas discursivas, apenas na terceira:

(72) *E hua sa ama delas* que as criara vira-as cada dia sair dos seus moimentos.

(CASTRO, 2006, p. 260)

Ademais, é importante ressaltar que os possessivos do FA com as mesmas características dos possessivos do PA não podiam ser redobrados, pois, segundo Miguel (2002), eles eram considerados fracos, quando pré-nominais, e fortes, quando pós-nominais. E nessas posições eles podiam, ainda, ser modificados por um determinante, como nos exemplos em (73):

(73) a. **Un sien** compere en apela.

Um seu.3a.MASC.SG companheiro.MASC.SG chamou.

(FOULET 1919, 1990: 166 apud MIGUEL 2002, p. 216)

b. A lui amer estoit si buen / qu'a mon cuer prenoit **le suen**.

A ele amar era tão bom / que ao meu coração.MASC.SG pego o seu.3aP.MASC.SG

(FOULET 1919, 1990, p. 165 apud MIGUEL, 2002, p. 2017)

A partir disso, concluiu-se que o redobro de possessivos que era produtivo no PA era mais parecido com o que ocorre no espanhol contemporâneo do que com o FM, visto que naquela língua ele também ocorre apenas na terceira pessoa, enquanto em FM ocorre em todas as pessoas discursivas (ver seção 3.3.2 abaixo). Essa semelhança com o espanhol explica, ainda, a possibilidade de o PA ser redobrado, enquanto o mesmo não ocorria no FA. A partir disso, é necessário analisar se o mesmo paralelo pode ser visto com o redobro de pronomes clíticos, ou seja, se esta construção é semelhante ou diferente nas variedades do PE, do PB e do FM.

3.3.2 Redobro de pronomes clíticos no PE

Como dito anteriormente, o redobro de clíticos está presente em PE, mas, como afirmam Torres Morais e Salles (2010, p. 198), não é um uso obrigatório da língua, o que o diferencia do espanhol. Nesta língua, o uso de redobro de clíticos ou de cliticização simples são obrigatórios em construções com pronomes objeto fortes (74) e de posse inalienável (75) (cf. JAEGGLE, 1982 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 384).

(74) a. *Vimos **a él**. (Todos os dialetos do espanhol)

Vimos a ele

‘Vimos ele.’

b. **Lo** vimos.

Cl-ACC vimos

‘Vimos ele.’

c. **Lo** vimos **a él**.

Cl-ACC vimos a ele

‘Vimos ele.’

(75) a. **Le** lavaron las manos **a Luis**. (Todos os dialetos do espanhol)

Cl-DAT lavaram as mãos a Luis

‘Lavaram as mãos do Luís.’

b. **Le** lavaron las manos.

c. ***Lavaron** las manos a Luis.

Além disso, quando ele é realizado, há uma interpretação de foco contrastivo (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, p. 196):

- (76) a. *A Maria deu-**lhe** um livro **ao Pedro**.
 b. A Maria deu-**lhe** um livro **a ele (não a ela)**.

Segundo Magro (2019, p. 35), seu uso em PE ocorre obrigatoriamente com pronomes fortes e é agramatical com DPs plenos. Isso se aplica tanto a objetos dativos quanto acusativos:

- (77) a. O Pedro encontrou-**a a ela**. (acusativo)
 b. *O Pedro encontrou-a à Ana.
 (78) a. O Pedro telefonou-**lhe a ela**. (dativo)
 b. *O Pedro telefonou-**lhe à Ana**.

(MAGRO, 2019, p. 35)

Além disso, a autora afirma que podem ser um associado (elemento com o qual o clítico coocorre no redobro, segundo a autora) formas oblíquas dos pronomes pessoais, como *mim, ti, ele/ela, si, nós, vós/vocês, eles/elas*, o que o diferencia do espanhol, visto que neste ocorre apenas na terceira. Estas podem ser expressas isoladamente ou combinadas a algumas expressões quantificacionais, em contextos específicos, como com quantificadores que admitem flutuação (cf. MAGRO, 2019, p. 37).

- (79) a. A agência ofereceu-**lhes** a viagem **a eles todos / a todos eles**.
 b. A agência ofereceu-**vos** a viagem **a vocês os dois**.

Para Magro (2019, p. 39), o redobro de clíticos pode ocorrer em diferentes construções dativas e acusativas, independentemente da natureza argumental/não argumental do objeto redobrado e do papel temático que lhe é atribuído:

- (80) a. Entregámos-**lhes** a chave **a eles**. (dativo argumental/ destinatário)
 b. O meu irmão partiu-**me** a cabeça **a mim**. (dativo não argumental/ posse)
 c. O pai só **te** levou **a ti** a Paris. (acusativo/ tema)
 d. A notícia preocupou-**o** muito **a ele**. (acusativo/ experienciador)

(MAGRO, 2019, p. 39)

No entanto, ele não é possível em estruturas com dativos éticos (81) (cf. MAGRO, p. 39).

(81) *Para-**me** já com essa choradeira **a mim!**

A autora demonstra, ainda, que são apenas dobráveis objetos com traços [+animados] [+definidos] e com interpretação específica. No que diz respeito à sua propriedade de definitude, Magro vai seguir a teoria de Raposo (2013) de que os pronomes têm sempre uma interpretação definida, isto é, sua referência é sempre identificada deiticamente ou anaforicamente por retomada de uma expressão nominal, sendo esta indefinida ou definida (cf. MAGRO, 2019, p. 41).

(82) a. Aconselharam-me esta tradutora, mas, se eu encontrar um especialista em teatro Russo, contrato-**o** antes **a ele**. [-específico, -definido]

b. Costumava ver o Pedro e a Luísa pela faculdade, mas já não **a** encontro **a ela** há muito tempo. [+específico, +definido]⁶⁰

Ademais, a animacidade do pronome forte anafórico é uma condição necessária para a realização do redobro em PE, ou seja, ele precisa ser sempre [+animado] e até [+humano] (cf. MAGRO, 2019, p. 42). No caso de o argumento ser necessariamente [-humano], o uso de *a* se torna agramatical (MAGRO, 2019, p. 44).

(83) a. Já não há biscoitos de aveia, que eu comi-**os todos**.

b. *Já não há biscoitos de aveia, que eu comi-**os a todos**.

A ocorrência de *a* é obrigatória quando o argumento é necessariamente [+humano], quer por sua configuração de traços- ϕ (como o pronome de 2ª p. de (84)), quer por consequência das restrições de seleção do especificador (como o experienciador de (85)) (cf. MAGRO, 2019, p. 44).

(84) a. *O novo diretor conheceu-**vos todos** na tomada de posse.

b. O novo diretor conheceu-**vos a todos** na tomada de posse.

⁶⁰ Para mais exemplos com outros traços, consultar Magro (2019, p. 41-42).

(85) a. *A notícia preocupou-**os todos**. (experenciador)

b. A notícia preocupou-**os a todos**.

Todavia, ambas as construções são possíveis “quando as restrições de seleção do predicador verbal não são sensíveis à dimensão humana/não humana do argumento” (MAGRO, 2019, p. 44).

(86) a. Os miúdos não vão estar em casa. Vi-**os todos** na manifestação.

b. Os miúdos não vão estar em casa. Vi-**os a todos** na manifestação.

A autora defende, ainda, que “o associado dativo não é um verdadeiro PP, mas um DP marcado casualmente por *a*. Categorialmente, associados acusativos e dativos são, pois, equivalentes” (MAGRO, 2019, p. 45), de forma semelhante à Torres Morais (2007) e Torres Morais & Salles (2010). Isto fica evidente em contextos em que os benefactivos são introduzidos por *para*, já que eles não admitem redobro. Logo, para a autora, se assumirmos que *para* é uma verdadeira preposição, a estrutura de redobro não admite PPs, mas se torna possível com DPs.

(87) a. O António fez-**lhe** uma torre de Lego **a ele**.

b. *O António fez-**lhe** uma torre de Lego **para ele**.

(MAGRO, 2019, p. 45)

Magro argumenta também que os complementos oblíquos não são cliticizáveis (88b) e podem ser realizados como pronomes fortes não redobrados (88c). Isto confirma que apenas “um a-DP pode alternar com um clítico dativo” e “uma verdadeira preposição selecionada pelo verbo legitima pronomes fortes não redobrados” (MAGRO, 2019, p. 46).

(88) a. Recorremos a um advogado para tratar do assunto.

b. *Recorremos-**lhe** para tratar do assunto.

c. Recorremos a ele para tratar do assunto.

Estes dados vão de acordo com a Generalização de Kayne (JAEGLI, 1982, p. 20 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 380) que postula que o redobro de clíticos ocorreria apenas quando o DP for precedido de uma preposição funcional, o que no caso do espanhol,

do PE e com o redobro de possessivos do FM (ver seção 3.1), dá-se com a preposição *a*. Para Magro (2019, p. 46), portanto, “categorialmente, um associado dativo ou acusativo corresponde sempre a um a-DP”. Abordaremos com mais detalhe os diferentes estatutos das preposições em PE e PB na seção seguinte.

Por fim, a autora argumenta, ainda, que as posições que ocupam os clíticos e os a-DPs na estrutura de redobro são as mesmas que os dois constituintes ocupam quando estão em distribuição complementar (cf. MAGRO, 2019, p. 46).

3.3.3 Redobro de pronomes clíticos no PB

Tendo em vista as mudanças no paradigma de clíticos do PB, o redobro de clíticos é mais uma construção que vai afastá-lo do PE. Como abordado na seção 2 deste capítulo, o PB sofre uma baixa significativa em relação aos clíticos de terceira pessoa, já que o *lhe* de terceira pessoa desaparece em algumas variedades do PB e em outras passa a ser utilizado como segunda pessoa anafórica. Além disso o acusativo *o/a* começa a desaparecer a partir do século XVIII.

Ademais, ressalta-se que as duas variedades se diferenciam também pelo fato de que em sentenças ditransitivas com verbos de transferência e movimento (cf. TORRES MORAIS, 2007; TORRES MORAIS; SALLES, 2010; TORRES MORAIS; BERLINCK, 2018; CALINDRO, 2015, 2016 e.o.), os OIs podem ser introduzidos não apenas pela preposição *a*, mas também *para*. Ademais, eles não alternam com o clítico dativo *lhe*.

(89) O João deu o livro **ao / para o Pedro/a/para ele**.

(CALINDRO, 2015, p. 47)

Calindro (2016, p. 36) acrescenta que com verbos de criação, como *preparar*, falantes brasileiros só aceitam a introdução do OI pela preposição *para*, não podendo haver alternância com a preposição *a*, como se dá em PE (cf. 90b). Ademais, a substituição pelo clítico *lhe* também é agramatical. No entanto, o mesmo não se aplica ao PE, em que uma sentença como a (90b) é gramatical.

(90) a. A Maria preparou o jantar **para o João / ele**. (PB)

b. A Maria preparou o jantar **ao João /preparou-lhe** o jantar. (PE/*PB)

(CALINDRO, 2016, p. 36)

Segundo Torres Morais e Salles (2010, p. 182), diferentemente do que ocorre em PB, os OI do PE são profusamente introduzidos pela preposição *a*. As autoras defendem que esta preposição é uma realização morfológica de um Caso dativo abstrato que se assemelha a um sufixo de caso. Dessa forma, como DPs plenos, os OIs aparecem precedidos da preposição funcional *a* (a-DP) e possuem como pronomes correspondente o clítico dativo *lhe/lhes* (3ª p. sg. e pl.) (cf. 83) (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, p. 185), o que lhes garantiria o estatuto de dativo.

Além disso, os DPs dativos são bem produtivos com verbos de movimento e até estativos (cf. 91c). Nestes, eles sempre coocorrem com um OD e podem ter diversas funções, como recipiente (91a), alvo/possuidor (91b), possuidor do argumento tema (91c), entre outros (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, p. 186).

(91) a. A João enviou uma carta **à Maria** /enviou-**lhe** uma carta.

b. O João roubou o relógio **ao Pedro**/ roubou-**lhe** o relógio.

c. João admira o talento **à Maria**/ admira-**lhe** o talento.

No entanto, em PE, com verbos de transferência (92), como *dar* ou *distribuir*, a preposição *a* é usada com o intuito de expressar a direta e efetiva transferência de posse. Quando não há transferência de posse, é possível utilizar a preposição *para* - uma preposição lexical que atribui Caso oblíquo ao argumento. Nesses casos, a alternância com o clítico dativo *lhe* é agramatical (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010, p. 198-199).

(92) a. O João deu o dinheiro **ao Pedro**.DAT / deu-**lhe**.

b. *O João deu o dinheiro **para o Pedro**.OBL

(93) a. O João enviou uma carta **à Maria**.DAT

b. O João enviou uma carta **para a Maria**.OBL

Assim, observa-se que o uso de ambas as preposições está sujeito a restrições semânticas, visto que “na ausência de uma orientação direta ao alvo possessivo, apenas a preposição *para* é permitida [(93a)], enquanto na presença de um contato direto, *a* é exigido”

(92a, 93b). Logo, “a escolha de uma ou outra depende das propriedades lexicais do verbo numa construção particular” (TORRES MORAIS; SALLES, 2010, p. 199, tradução minha⁶¹).

Feitas essas considerações, resta-nos saber como essas mudanças afetam a estrutura de redobro de clíticos no PB, se ela se faz presente ou não nesta variedade.

Nesse sentido, Torres Morais e Salles (2010, p. 189) apontam que esta construção não é encontrada no PB devido à tendência de perda dos clíticos de 3ª pessoa. Outra possível razão para sua agramaticalidade poderia ser explicada pela Generalização de Kayne, citada anteriormente, já que a preposição *a* vem sendo substituída por preposições plenas como *para/de/em* em PB e, como demonstrado por Magro (2019), o redobro não admite um PP, apenas um DP encabeçado por um *a* atribuidor de Caso.

No entanto, contrariamente à afirmação de Torres Morais e Salles e à proposta de Kayne, línguas como o grego (94), o espanhol (95) e o próprio PB apresentam casos de redobro sem o uso da preposição *a* ou nenhuma outra (96).

(94) **Tu** to edhosa **tu Jani** to vivlio.

CI-GEN CI-ACC dei1SG o Janis- GEN o livro-ACC

‘Eu dei o livro para João.’

(ANAGNOSTOPOULOU, 2006, p. 546 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 380).

(95) Yo **lo** voy a comprar **el diário** justo antes de subir (Porteño Spanish)

Eu **CL-ACC** vou Prep comprar **o jornal** logo antes de subir

‘Eu vou comprar o jornal logo antes de subir.’

(SUÑER, 1988, p. 400 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 380).

(96) Ele **me** ajuda **eu**.

(MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 380)

Curiosamente, como observado no exemplo (96) acima, apesar de não ser gramatical na terceira pessoa do PB, Machado-Rocha e Ramos (2016) demonstram que o redobro pode

⁶¹ Tradução minha dos trechos: “in the absence of a direct orientation to the possessive goal, only the preposition *para* is allowed, as in (21b), while in the presence of a direct contact, *a* is required, as in (21a) and (21b)” e “The choice of one or another depends on the lexical properties of the verb in a particular construction”.

ocorrer na primeira (97a) e na segunda (97b) pessoas discursivas em alguns dialetos de língua falada coloquial do estado de Minas Gerais⁶².

(97) a. tinha cinco médico lá **me** oinano **eu** assim.

b. se cê uma hora acha um que **te** acerta **ocê**.

(MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 381)

Todavia, há também casos de redobro de clíticos na modalidade escrita (literária) brasileira em contextos de foco contrastivo, assim como visto em PE, e podem ser encontrados inclusive na terceira pessoa (cf. MACHADO-ROCHA, RAMOS, 2016, p. 382):

(98) Viu-**me a mim** (e não a ele).

(CASTILHO, 2005, p. 35 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 381)

Nestes casos, tal estratégia estilística segue os moldes da Generalização de Kayne, já que “sempre ocorre com um pronome oblíquo forte precedido pela preposição *a*, e o clítico é, normalmente, enclítico” (MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 382, tradução minha). Porém, Machado-Rocha e Ramos (2016, p. 382) ressaltam que a estrutura de redobro que eles analisam se diferencia daquela presente na modalidade escrita do PB. Uma das razões para tal é que esta se tornou uma língua essencialmente proclítica. Ademais, as estruturas em (97) não podem ter uma interpretação de contraste como em (98). Logo, a estrutura inovadora deve ser obrigatoriamente lida na ordem CL adjacente-V-pronome forte.

No entanto, assim como ocorre em PE, o redobro deste dialeto do PB é opcional e não obrigatório, contrário ao que ocorre no espanhol (cf. 95). Ademais, o clítico ou o objeto podem estar ausentes (99 a, b, c), porém havendo a necessidade da presença de um ou do outro, a não ser que o objeto nulo seja licenciado pelo discurso (99d) (cf. MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 384):

(99) a. Eu **te** ajudo **você**

b. Eu ajudo **você**

c. Eu **te** ajudo

⁶² Os dados apresentados e analisados pelos autores foram coletados de Ramos (2010), do qual foram retirados apenas exemplos de língua falada, e Machado-Rocha (2013) que consistia apenas em língua falada. Além disso, os autores usaram dados de intuição, que refletem estruturas muito comuns ao dialeto dos autores.

d. *Eu ajudo (A não ser que seja licenciado pelo discurso)

Os autores se questionam, portanto, por que seu uso seria opcional em PB, se em espanhol ocorre o oposto. Machado-Rocha (2010, 2011 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 386) sugere que uma estrutura de redobro garantiria uma interpretação específica do referente. Isto porque, segundo o autor, os pronomes fortes de 1ª e 2ª pessoa, *eu* e *você*, em estruturas sem redobro, podem provar uma leitura ambígua, podendo ser genérica ou não-genérica. Logo, uma estrutura CL-V-pronome forte seria não-genérica.

- (100) a. E quando **você** tenta sair dessa vida, ninguém ajuda **você** não.
 b. E quando **você** tenta sair dessa vida, ninguém **te** ajuda **você** não.

Nas sentenças acima, (100a) apresenta uma estrutura ambígua que pode ser genérica ou não, visto que o referente pode ser o próprio locutor ou pode se referir às pessoas em geral. Já em (100b), a tendência é que, como falantes de PB, interpretemos que o locutor está se referindo a ele mesmo, embora esteja na segunda pessoa.

O autor demonstra, ainda, que, diferentemente da 1ª e da 2ª, a 3ª pessoa não permite uma interpretação genérica (cf. MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 387):

- (101) Hoje vê **ele** fumando um cigarro, amanhã pega **ele** experimentado coisa pior.

Em (101), portanto, a leitura da sentença é não genérica, e o pronome deve possuir um antecedente discursivo ou uma referência dêitica (cf. MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 387).

Logo, Machado-Ramos (2010, 2011 apud MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 388) chega à conclusão de que a presença de *me* e *te* numa estrutura de redobro tornaria os traços [Falante] e [Destinatário] dos pronomes *eu* e *você* não genéricos, opondo-se à ambiguidade da estrutura sem redobro. Assim, a ausência de redobro de 3ª pessoa se explicaria porque seus respectivos pronomes não possuem os traços [Falante] e [Destinatário].

Assim, a partir dessas considerações, é importante ressaltar que, mesmo que não haja redobro de elementos possessivos no português moderno, ambas as variedades, PB e PE, apresentam estruturas de redobro de pronomes clíticos. No entanto, tais estruturas não são semelhantes nas duas variedades, sendo que em PE ela ocorre em todas as pessoas discursivas e é encabeçada pela preposição *a*, enquanto em PB ela é realizada apenas na primeira e

segunda e pessoas, pode ocorrer sem a presença de preposição e é considerada marginal, específica de um dos dialetos do PB. A única semelhança entre as duas construções é que são opcionais e não obrigatórias. Nesse sentido, este é mais um indício de que o PB e o PE estejam se distanciando enquanto sistema.

3.3.4 O redobro de pronomes clíticos em francês

Vimos no capítulo 1, que Langacker (1968), Kayne (1975) e Zribi-Hertz (1999) admitem que o francês permite ou não combinações de elementos possessivos nas seguintes situações:

- (102) a. **Mon** chapeau **à moi** est rangé dans l'armoire.
 Meu.POSS chapéu a mim.POSS é guardado em o armário
 ‘Meu chapéu está guardado no armário’
- b. ***Le mien** **à moi** est rangé dans l'armoire.
 O meu.POSS a mim.POSS é guardado em o armário
- c. *{**Mon le mien/** **le mon mien** est rangé dans l'armoire.
 Meu.POSS o meu.POSS o meu.POSS meu.POSS é guardado em o armário
- d. **Mon mien** est rangé dans l'armoire.
 Meu.POSS meu.POSS é guardado em o armário

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 7)

Nos exemplos acima, enquanto a combinação dos possessivos determinantes, *mon*, e dativo, *à moi*, é totalmente gramatical, como observado em (102a), a coocorrência dos possessivos adjetivos, *le mien/mien*, com quaisquer outros possessivos não é permitida (102b, c). Por outro lado, a autora aponta casos em que a estrutura em (102d) é realizada na modalidade coloquial.

Por isso, a partir do exemplo (101a) em que há a coocorrência de dois elementos possessivos *mon* e *à moi*, constata-se a presença de uma estrutura de redobro de possessivos. Nesse sentido, Cardinaletti (1998) demonstra que esta construção é um redobro de clíticos,

visto que ela: ocorre em todas as pessoas discursivas (103); licencia quantificadores flutuantes (104); e não coocorre com artigos definidos (105), entre outros fatores⁶³.

(103) a. **mon livre à moi**

‘Meu livro’

b. **ta maison à toi**

‘Tua casa’

c. **ses enfants à lui**

‘Seus filhos’

(104) Elle a tué **notre chef à tous**.

‘Ela matou nosso chefe a todos’

(105) (*le) **son livre**

(*o) seu livro

(CARDINALETTI, 1998, p. 77-79)

No entanto, Tremblay (1989 apud FOURNIER, 2010, p. 91) levanta que o redobro em francês só ocorre quando o elemento dobrado é introduzido por um sintagma encabeçado por *à* e não por *de* (106). Por isso, este uso respeita a Generalização de Kayne, já que o redobro de possessivos sempre é realizado com a estrutura de posse dativa cujo Caso é atribuído pela preposição *à*.

(106) a. **sa_i mère à elle_i**

DAT ✓ DAT

‘Sua mãe dela.’

b. ***sa_i mère de Marie_i**

DAT ✗ GEN

‘Sua mãe de Marie.’

(Adaptado de FOURNIER, 2010, p. 91)

⁶³ Assunto abordado com mais detalhes na seção 1.6 do capítulo 1.

No entanto, como observado no exemplo, diferente do que Tremblay afirma, a preposição *a* vai ser um a-DP cuja função é apenas atribuir o Caso dativo ao DP, um pronome forte em (106a), e não uma preposição verdadeira, ou seja, um PP. Isto porque, assim como ocorre com os pronomes clíticos no PE, a estrutura de redobro de possessivos não pode ser realizada por um PP, nesse caso o *de* em (106b).

Já em relação aos pronomes clíticos, Kayne (2000, p. 164) cita uma sentença que ele aponta como similar ao redobro de clítico em espanhol (107).

(107) Jean **me** connaît **moi**.

Jean CL.ACC conhece PR.OBL

‘Jean me conhece’

De acordo com o autor, o pronome oblíquo *moi* é tônico e não tem a mesma pausa encontrada no deslocamento à direita (topicalização). Nesse caso, o clítico coocorre com um elemento não clítico correspondente, gerando a estrutura de redobro (107) (cf. KAYNE, 2000, p. 164). Todavia, ele acrescenta que esta construção em francês é muito mais limitada do que em espanhol, já que com clíticos dativos só é possível a realização do redobro com elementos pronominais, à semelhança do que ocorre com o PE. Isto vai de acordo com o que constatou Magro (2019) (cf. seção 4) ao dizer que ambas as línguas se enquadram na mesma categoria por expressarem o redobro apenas por elementos pronominais.

(108) a. Jean **me** parle à **moi**.

Jean CL.ACC fala a PP.DAT

‘Jean fala comigo’

b. Jean **lui** parle à **elle**.

Jean CL.DAT fala a PP.DAT

‘Jean fala com ela’

c. *Jean **lui** parle à **Marie**.

Jean CL.DAT fala a Maria

‘Jean fala com a Maria’

(KAYNE, 2000, p. 165)

Segundo Kayne (2000, p. 165), o mesmo se dá com os acusativos:

(109) a. Jean **la** connaît **elle**.

Jean CL.ACC conhece PR.OBL

‘Jean conhece ela’

b. *Jean **la** connaît **Marie**.

Jean CL.ACC conhece Maria

‘Jean conhece a Maria’

Segundo Heap e Roberge (2001, p. 71, tradução minha⁶⁴), esta ausência de redobro seria “uma indicação de que o pronome e o SN ocupam a mesma posição de base. A presença de um pronome, apesar da aplicação posterior da transformação de movimento, bloqueia a presença de um SN de mesma função”.

Kayne (2000, p. 165, tradução minha⁶⁵) propõe, ainda, que “argumentos pronominais que são estruturalmente marcados com Caso em Francês precisam ser dobrados por um clítico”. Assim, considerando a sentença em (110) abaixo, nota-se que o que falta para que ela seja gramatical é o clítico *me*. Nesse sentido, o autor explica que em francês não se pode ter um objeto direto *moi* a não ser que ele venha acompanhado de *me*, como em (107), retomada aqui por (111).

(110) *Jean connaît **moi**.

Jean conhece mim.

‘Jean conhece eu’

(111) Jean **me** connaît **moi**.

Jean CL.ACC conhece PR.OBL

‘Jean me conhece’

(KAYNE, 2000, p. 165)

Além disso, Chapman (2012) realiza um estudo que demonstra que no francês canadense o redobro de clítico em posição de sujeito e objeto é possível e aceitável, mesmo quando realizado com DPs plenos. Segundo os resultados de sua pesquisa, que consistiu em um teste de aceitabilidade de sentenças (cf. 112), falantes canadenses não têm preferência

⁶⁴ “L’absence de redoublement s’interprète donc comme une indication que le pronom et le SN occupent la même position de base. La présence d’un pronom, malgré l’application subséquente de la transformation de déplacement, bloque la présence d’un SN de même fonction”.

⁶⁵ Pronominal arguments that are structurally case-marked in French must be doubled by a clitic.

entre redobro da posição de sujeito ou de objeto direto, sendo ambas as posições igualmente aceitas. Todavia, o redobro de objetos indiretos não é tão amplamente aceito quanto os outros clíticos. Para Chapman (2012, p. 20), este fato diferencia o francês canadense do espanhol, no qual o redobro dos OI clíticos é mais usado e até obrigatório em certos contextos, como mencionado anteriormente (cf. seção 4.1.1).

(111) a. **J’y** suis allé **moi**. (redobro de sujeito)

CL.NOM sou ido eu.

‘Eu fui lá.’

b. Je l’ai vu hier **Jean**. (redobro de OD)

Eu CL.ACC tenho visto ontem Jean

‘Eu vi o Jean ontem.’

c. C’est de ma faute, je **lui** ai donné des bonbons **à Marie**. (redobro de OI)

Isso é de minha culpa, eu CL.DAT tenho dado umas balas a Marie.

‘É minha culpa, eu dei umas balas para a Marie.’

(CHAPMAN, 2012, p. 13-14)

A partir dessas considerações, observamos que, assim como Magro (2019) constatou, o PE e o FM, com exceção da variedade dialetal de canadense, fazem parte da mesma categoria de línguas que realizam o redobro, visto que em ambas as variedades, esta construção ocorre apenas com expressões pronominais. No entanto, este ponto em comum pode ser estendido até mesmo para o PB, pois, apesar de apenas dialetos de uma das regiões brasileiras fazer uso do redobro de clíticos, este também só ocorre com elementos pronominais.

Logo, dadas as semelhanças entre as línguas e apesar das pequenas diferenças entre elas, o que é importante ressaltar é que em todas as variedades estudadas aqui o redobro é possível, sendo opcional ou não, porque ele envolve elementos clíticos, o que confirma a afirmação de Cardinaletti (1998) de que o redobro é um redobro de clíticos.

3.4 CONCLUSÃO PARCIAL

Vimos nesse capítulo que PE, PB e FM são variedades linguísticas que usam clíticos em seus sistemas para substituir elementos nominais. Além disso, diversas mudanças no paradigma dos pronomes do PB distanciaram-no do PE, visto que na primeira variedade os

clíticos acusativos e dativos de terceira pessoa estão em via de desaparecimento, ao mesmo tempo em que o *lhe* está sendo reinterpretado como segunda pessoa em alguns dialetos. Observamos, ainda, que os clíticos do FM são semelhantes aos do PB, por exemplo, em relação à sua posição na sentença, a posição proclítica. No entanto, dentre todas as semelhanças e diferenças, o que é importante destacar é que em todas as variedades linguísticas os clíticos podem ser redobrados por um elemento pronominal.

Em PE e em FM, por exemplo, o redobro ocorre envolvendo os clíticos e pronomes fortes encabeçados por uma preposição *a* que não é considerada um PP, mas um a-DP atribuidor de Caso, já que foi demonstrado que PPs impossibilitam a construção de redobro. Por outro lado, em PB, foi constatado que o mesmo redobro pode ocorrer, mas apenas em contextos de escrita literária. Todavia, ressalta-se que esta é a modalidade ensinada nas escolas e não faz mais parte da gramática do falante brasileiro (cf. Kato, 2005), principalmente porque envolve o clítico *lhe* de terceira pessoa que, como falado, está em vias de desaparecimento, e isto impossibilita o uso da construção.

Além disso, foi demonstrado que alguns dialetos de brasileiros, como o de Minas Gerais, estão começando a fazer uso da estrutura de redobro de clíticos, mas apenas com apenas a segunda e primeira pessoa discursivas, sendo considerado agramatical na terceira pessoa. É importante ressaltar, que esta construção não é encabeçada pela preposição *a*, apenas o clítico e o pronome forte. Ademais, foi demonstrado que em FM também podem ocorrer construções de redobro de acusativo que não envolvem a preposição *a*, o que invalida a Generalização de Kayne. Observou-se, ainda, que na variedade de francês canadense há, inclusive, o redobro com DPs plenos, o que o aproxima mais do espanhol.

Com isso, podemos concluir que a hipótese de que o redobro que há nas línguas contemporâneas envolve clíticos confirma-se, mesmo que seu uso não seja obrigatório em diversos contextos do PB, do PE e do FM. Logo, minha hipótese é que o fator predominante que impede a ocorrência de redobro de possessivos no PB e no PE modernos é o fato de sua realização não envolver clíticos, mas possessivos fortes e fracos.

Todavia, o status de clítico ainda não explica o que motiva o uso dessa estratégia. Dessa forma, uma nova questão é levantada: por que elementos clíticos estão sendo redobrados nas línguas modernas, principalmente se seu uso não é obrigatório em PE, PB e FM? Além disso, o status de fraco do possessivo em português ainda não explica por que ele era produtivo em PA e não é mais em PB, isto é, qual é a razão sintática para esses elementos fracos não serem mais redobrados em PB, levando-se em conta que a ambiguidade referencial

do possessivo *seu* de terceira pessoa aumentou quando ele começou a ser usado como segunda pessoa nocional também?

No próximo capítulo, portanto, tentarei resolver essas questões a partir da análise dos traços- ϕ dos elementos envolvidos no redobro.

CAPÍTULO 4

Os traços-φ dos possessivos do PA e do FM

Como visto no capítulo 1, os possessivos possuem a função semântica de atribuir posse a algum referente. No caso do português, em todas as suas variedades, os pronomes *meu, teu, seu* atribuem posse ao elemento possuído, havendo uma concordância entre seus traços morfossintáticos de gênero e número, enquanto seu traço morfossintático de pessoa concorda com o elemento possuidor (1a). Já a forma genitiva *dele/dela* o faz em relação exclusivamente ao referente possuidor, concordando com ele em gênero, número e pessoa, neste caso, sempre ocorrendo na 3ª (1b).

(1) a. **Minha** casa desabou após a tempestade.

b. A casa **dela** desabou após a tempestade.

Em (1a), por exemplo, o pronome *minha* contém os traços [feminino] e [singular] assim como o substantivo *casa*, ao qual ele se liga e atribui posse; por outro lado, ele contém o traço [1ª pessoa] do elemento possuidor *eu*, ao qual ele faz referência. Já os traços da forma *dela* não estão relacionados com o elemento possuído, mas sim com os traços [3ª, fem., sg.] do possuidor *ela*. Por isso, mesmo que o elemento possuído fosse [masc., plural], seus traços permaneceriam os mesmos, como em *A casa deles desabou após a tempestade*. Neste exemplo, *deles* não possui os traços [fem., sg.] de *casa*, mas [masc., pl.] do possuidor de terceira pessoa. Desta forma, observamos uma importante diferença morfossintática entre ambas as formas possessivas do português.

No entanto, é necessário ressaltar uma diferença entre os pronomes possessivos de 1ª e 2ª pessoa, *meu, teu*, e os de 3ª, *seu, sua*. Como dito anteriormente, tais pronomes possuem os traços [masc., fem.], [sg., pl.] do elemento possuído e o traço Pessoa do elemento possuidor. Todavia, como a terceira pessoa discursiva distingue o referente possuidor em gênero e número, i.e. *ele, ela, eles, elas*, mas o possessivo de terceira pessoa, *seu, sua*, não possui esses traços em sua morfologia, apenas em relação ao elemento possuído, ele falha em distinguir o possuidor de terceira pessoa. Isto não ocorre nas 1ª e 2ª pessoas, pois estas não variam em gênero e seus respectivos possessivos, *meu, teu*, variam também em número em relação ao possuidor, logo não há problema de interpretação. Na seção 1.1.1, vimos que este fato pode gerar uma ambiguidade não apenas no PB moderno (2), mas também no PA (3), e este seria um dos motivos para o uso da estratégia do redobro em PA, desambiguar sentenças.

(2) Encontrei a *Maria*_i e ela estava com a **sua**_{i/j} irmã.

(3) (...) mas que quanto a cometer os turcos , por nenhum caso deixaria de fazer porque não era costume de portugueses deixarem de pelejar por medo dos inimigos serem muitos nem poucos , porque quantos mais fossem , tanto maior seria a **sua** perda **deles**.

(p_001)

Em (2), o pronome *sua* tem os traços [fem., sg.] assim como o possuído *irmã*. No entanto, no PB, devido às alterações sofridas nos quadros dos pronomes em PB, já discutida anteriormente, sabemos que este possessivo pode se referir tanto a um possuidor de 2ª pessoa, a pessoa com quem se fala, ou a *Maria* presente no discurso, que possui o traço de 3ª pessoa. Em (3), por outro lado, a ambiguidade no PA ocorre devido à quantidade de referentes de 3ª pessoa que há no discurso, ou seja, não se sabe se *sua* refere-se a *turcos* ou a *portugueses*. Neste caso em especial, nem a adição do genitivo *deles* consegue resolver essa ambiguidade, visto que tanto *turcos* quanto *portugueses* compartilham os mesmos traços [masc., pl.], também presentes no possessivo genitivo *deles*. Logo, apenas o contexto linguístico é capaz de resolvê-la.

A partir desta informação, percebe-se que já no PA os pronomes possessivos de 3ª pessoa falham em distinguir o referente possuidor de terceira pessoa, por não lhe atribuírem traços de gênero e de número. E, como falado na seção 1.2, praticamente o mesmo ocorre com os possessivos determinantes do FM: *mon, ton, son* (meu, teu, seu). Assim como em português, tais possessivos atribuem posse ao possuído e possuem seus traços de gênero e número, ao mesmo tempo em que possuem o traço de pessoa do possuidor, como em (4).

(4) **Ta** maison est très confortable.

‘Tua casa é muito confortável’

Logo, em (4) acima, o possessivo determinante *ta* atribui posse a *maison* e compartilha dos mesmos traços [fem., sg.], enquanto faz referência ao possuidor de segunda pessoa discursiva, que não distingue traços de gênero e número. Todavia, uma ambiguidade semelhante à do português é gerada em relação ao possessivo determinante de terceira pessoa, *son/sa/leur/leurs*, dado que tal possessivo não distingue o gênero do possuidor, apenas a pessoa e o número. Por isso, uma sentença como (5) fica ambígua, pois não se sabe quem é o

referente, já que há um referente do sexo masculino ou feminino no domínio em que está o possessivo *son*.

(5) Marie_i a dit à Jean_j que **son**_{i/j} livre était amusant.

‘Marie disse a Jean que seu livro era divertido’

No exemplo acima, *son* possui os traços [masc., sg.] do possuído, *livre*, e também os traços [3ª p., sg.] do possuidor, visto que em francês, diferente do português, a terceira pessoa apresenta diferentes formas de possessivos determinantes para o singular (3S), *son*, *sa*, *ses*, e para o plural (3P), *leur*, *leurs*. Todavia, ele falha em distinguir se o possuidor seria *Marie* [fem., sg.] ou *Jean* [masc., sg], pois ele não possui o traço de gênero do possuidor, apenas do possuído. Por isso, a forma que os franceses encontraram para resolver essa ambiguidade foi acrescentando a variante possessiva dativa *à lui*, *à elle* (a ele, a ela). Isto quer dizer que se adicionarmos *à lui* na sentença (5) acima, o possuidor passa a ser Jean (6a), caso contrário, se adicionarmos *à elle*, ele se torna Marie (6b).

(6) a. Marie a dit à Jean_j que **son**_j livre **à lui**_j était bon.

‘Marie disse a Jean que o livro dele era bom’

b. Marie_i a dit à Jean que **son**_i livre **à elle**_i était bon.

‘Marie disse a Jean que o livro dela era bom’

Paralelamente a *dele* e *dela* do português, *à lui* e *à elle* atribuem posse exclusivamente ao possuidor e apresentam os mesmos traços de gênero, número e pessoa que ele. A diferença é que, em francês, isso ocorre em todas as pessoas discursivas, *à moi*, *à toi*, *à lui* etc (7a, b, c). Isto porque a preposição funcional *à* atribui Caso dativo aos pronomes que a seguem, disponíveis em todas as pessoas, e não se trata de um genitivo com preposição lexical *de* que se acopla a *ele* e *ela*, exclusivos de terceira pessoa, como em português. Além disso, é importante ressaltar que em português o *de*-possessivo é considerado forte, enquanto em francês o possessivo dativo é deficiente (cf. CASTRO, 2006).

(7) a. Ce livre est **à moi**.

‘Esse livro é meu’

b. J’ai lu ce livre **à toi**.

‘Eu li esse seu livro’

c. Cette maison est à eux.

‘Essa casa é deles’

Nos exemplos acima, *à moi*, *à toi* e *à eux* atribuem posse unicamente a seus possuidores de 1ª, 2ª e 3ª pessoa, respectivamente, compartilhando traços de pessoa e número (1ª, 2ª e 3ª pessoa do plural) e pessoa, número e gênero (3ª pessoa do singular) com eles. Tais possessivos não compartilham nenhum traço com seus respectivos possuídos.

A pergunta que se levanta a partir dessa explanação, portanto, é “o que motiva o redobro”? No entanto, a resposta não é tão simples, dado que, como vimos acima e nos capítulos anteriores, assim como os pronomes de primeira e segunda pessoa se diferenciam dos de terceira pessoa, o mesmo ocorre com os possessivos, tendo em vista que à terceira pessoa é atribuído o traço de gênero, o que não ocorre nas duas primeiras. Assim, tratarei tais possessivos como dois grupos, o primeiro envolvendo a terceira pessoa, em que fica mais evidente a razão da ocorrência do redobro, e o segundo englobando a primeira e a segunda pessoas. No entanto, para realizar esta análise, introduzirei a teoria de atribuição de traços- ϕ , demonstrada por Zribi-Hertz (1999) e por Miguel (2002), além a teoria da operação *Agree*, proposta por Chomsky (1995) e demonstrada por Hornstein, Nunes e Grohmann (2005) para dar conta de como os traços morfossintáticos dos elementos possessivos, elementos possuídos e possuidores se relacionam.

4.1 A ABORDAGEM SINTÁTICA DO REDOBRO

Nas seções seguintes, portanto, abordarei a análise sintática de Zribi-Hertz (1999), para o francês, e de Miguel (2002), para o português, a fim de abordar o comportamento dos traços- ϕ nos elementos possessivos das respectivas línguas. Além disso, apresentarei a minha própria análise quanto à razão da ocorrência e do desaparecimento do redobro de possessivos com base nos traços- ϕ que possui cada elemento envolvido nesta estratégia, à luz do minimalismo, baseando-me em Hornstein, Nunes e Grohmann (2005). Neste trabalho, relacionarei a operação *Agree*, ou seja, checagem de traços- ϕ à teoria de Cardinaletti e Starke (1999) e o status de clítico, forte e fraco dos possessivos, isto é, analisarei se a força dos possessivos influencia na checagem de traços- ϕ e na necessidade de realização do redobro.

4.1.1 A posição dos possessivos em francês e português e a atribuição dos traços- ϕ

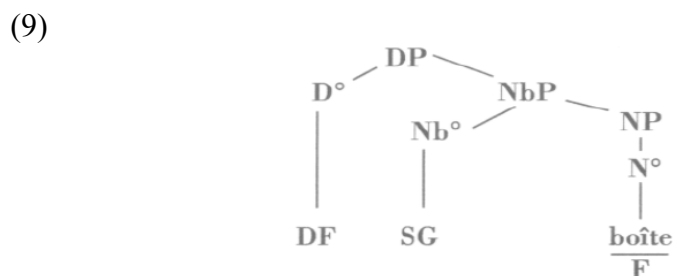
Zribi-Hertz (1999, p. 9-10) propõe uma estrutura para explicar a atribuição de traços- ϕ aos elementos envolvidos na posse em francês com base na Morfologia Distribuída (cf. Halle & Marantz, 1993). Segundo a autora, os possessivos determinantes do francês possuem o traço [+definido], mas, diferentemente dos artigos definidos, eles incluem dois traços de número independentes um do outro:

- (8)
- | | | | | | |
|----|---------------|--------------|----|---------------|---------------|
| a. | m-a | boîte | b. | m-es | boîtes |
| | 1sg-sg | | | 1sg-pl | |
| c. | no-tre | boîte | d. | no-s | boîtes |
| | ≠pl-sg | | | 1pl-pl | |

(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 10)

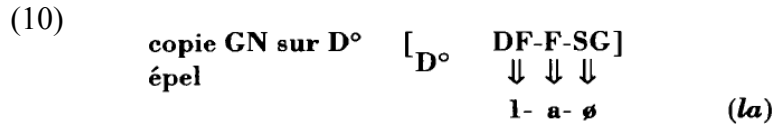
O primeiro traço de número se refere ao traço de Pessoa, que é independente da natureza do núcleo nominal. O segundo se refere ao traço de Gênero, que se origina no núcleo nominal. Isso significa que os possessivos determinantes são o resultado da combinação morfológica de três traços: Definitude, Gênero e Número do sintagma nominal, e Pessoa-Número da pessoa nocional (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 10).

Segundo a autora, os traços de Gênero e Número ficam no sintagma nominal independentemente de ser um possessivo ou não. Ela demonstra que, em uma estrutura, cada traço funcional (Gênero, Número, Definitude etc) é gerado no núcleo de um sintagma. Assim, um sintagma como *la boîte* 'a caixa' é formado por dois sintagmas funcionais, o Determinante (DP) e o Número (NbP), e um sintagma lexical (NP), gerados como representado em (9):



(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 10)

O substantivo, portanto, se move para o núcleo Nb° para encontrar sua flexão e os traços de gênero e de número devem ser copiados no núcleo D° que contém o traço [+definido], conforme (10) (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 11).

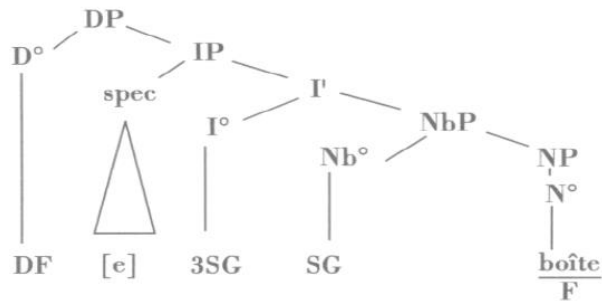


Assim, gera-se a sentença em (11):

(11) La boîte.
 ‘A caixa’

De acordo com a autora, o possessivo *sa* é gerado na mesma posição que o artigo definido *la*. A diferença entre eles é apenas o traço de Pessoa do possessivo cuja posição precisa ser determinada. Nesse sentido, os traços de Pessoa e Definitude podem se combinar, mas o traço Pessoa precisa ser originado em uma posição estrutural que não seja o núcleo D°. Por isso, um novo sintagma é aberto (IP) onde ele será gerado, como em (12) a seguir (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 11-12).

(12) Sa boîte
 ‘Sua caixa’

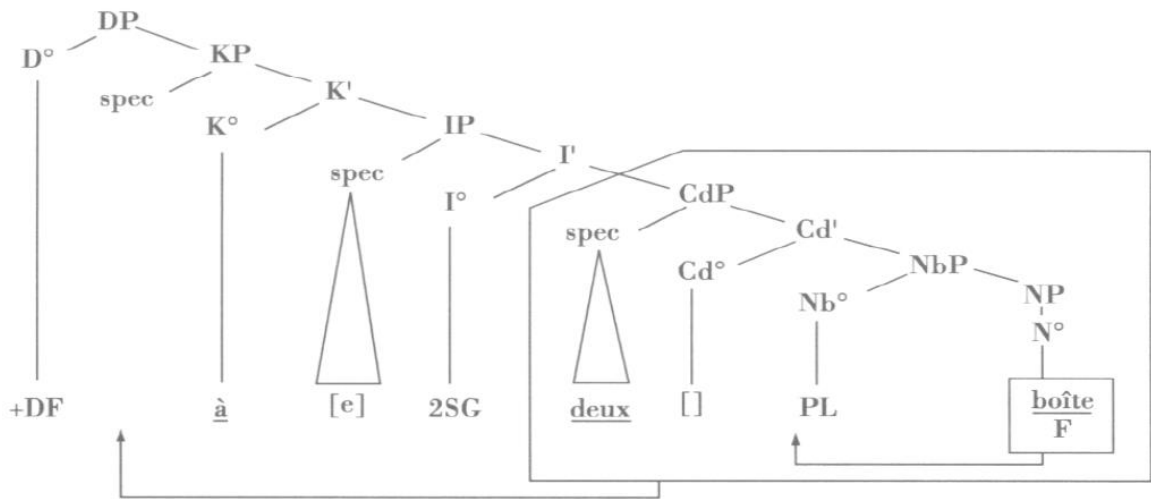


(ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 12)

não clítico (*toi*). A formação do dativo se dá, portanto, com um traço [-definido] presente no núcleo D°. No entanto, ele também poderia ser formado com um traço [+definido], e isto é o que permite a construção do redobro, como no exemplo (17), representado em (18) (cf. ZRIBI-HERTZ, 1999, p. 23):

- (17) **tes** **deux boîtes à toi**
 tuas.POSS.DET duas caixas a ti.POSS.DAT
 ‘Suas duas caixas

(18)



Portanto, copia-se o traço Pessoa em D°, gerando *t-es*; então o traço Pessoa de I° é interpretado na LF, gerando *toi*.

Em relação ao possessivo pós-nominal, *dele*, em português, Miguel (2004 apud CASTRO, 2006, p. 292) propõe que sintagmas encabeçados por *de* são gerados em uma estrutura predicativa. Assim, um Gen(itive)P seria aberto para gerá-los, como postula Kayne (1994). *De* seria, portanto, o núcleo da construção que seleciona o DP em que se encontra o NP possuído.

- (19) a. o carro **do Vasco**
 b. [_{GenP} o carro_i [_{de} [_{DP} t_i [_D o [_{NumP} [Vasco_j [_{NP} t_j t_i]]]]]]]]]

(CASTRO, 2006, p. 293)

4.2 A OPERAÇÃO *AGREE*

Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, p. 317), à luz do programa minimalista de Chomsky (1995), demonstram que itens lexicais entram na derivação totalmente flexionados e regras de redundância lexical informam ao sistema computacional se um traço formal é [+Interpretável] ou não. Caso não seja, traços [-Interpretável] são excluídos na checagem de traços. Observando-se os possessivos do francês, por exemplo, é possível afirmar que eles já entram na derivação com o traço de Pessoa interpretado, visto que há uma forma para cada pessoa discursiva (*mon, ton, son, notre, votre, leur*). No entanto, segundo os autores, isso não ocorre com os verbos, por exemplo, pois eles só conseguem ter o traço de Pessoa valorado durante a derivação. Isto é o que eles chamam de operação *Agree*, i.e. concordância.

Hornstein, Nunes e Grohmann (2005, p. 317, tradução minha⁶⁹) afirmam, portanto, que “*Agree* atribui valores a traços sem valor por razões morfológicas e, ao mesmo tempo, exclui traços [-Interpretável] para a LF”.

Nesse sentido, é o *Agree* que vai fazer a checagem de Caso entre um atribuidor e um atribuído, por exemplo. Segundo os autores, substantivos possuem traços de Caso, mas atribuidores de Caso, como os verbos, não, isto porque o Caso se dá morfológicamente no “atribuído” e não no “atribuidor”. Logo, há uma concordância entre os traços- ϕ [+Interpretável] do substantivo e os traços- ϕ [-Interpretável] do checador de Caso em questão.

Na frase em (20) do inglês, a checagem de traços através da operação *Agree* ocorre da seguinte forma (cf. HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005, p. 318-320):

Verbo leve: Caso acc.

T finito: Caso nom.

(20) She loves him.

‘Ela ama ele’

(21) [_{VP} v {P:?, N:?} [_{VP} love pro {P:3; N:SG; G:MASC; CASE:?}]]

⁶⁹ *Agree* assigns values to unvalued features for morphological reasons, while at the same time deleting such [-interpretable] features for purposes of LF.

Verbo leve: traços- ϕ sem valor, [-Interpretável] -> sonda um complemento -> alvo adequado -> pronome objeto: traços ϕ [+Interpretável] capazes de atribuir valor aos traços- ϕ do verbo leve.

Atribuição de valor aos traços- ϕ do verbo leve (razões morfológicas) -> exclusão de traços (em razão da LF) -> traço de Caso do objeto: acusativo (morfologia) -> exclusão (LF)

(22) [_{VP} v{P:3; N:SG} [_{VP} love pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:ACC}]]

Merge:

(23) [_{TP} T{P:?, N:?, STRONG} [_{VP} pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:?} [_{v'} v{P:3; N:SG} [_{VP} love pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:ACC}]]]]

T: traços- ϕ [-Interpretável], -> sonda um complemento -> alvo adequado -> pronome objeto inacessível (o sujeito intervém) e inativo (ele não possui traços [-Interpretável] não checados) -> pronome sujeito -> acessível e ativo -> concordância: T e pronome em [Spec, VP] -> valor aos traços [-Interpretável] -> invisíveis na LF.

(24) [_{TP} T{P:3; N:SG; STRONG} [_{VP} pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:NOM} [_{v'} v{P:3; N:SG} [_{VP} love pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:ACC}]]]]

Mova-F: traços fortes -> checados por itens lexicais ou projeções de itens lexicais -> categoria do traço em questão -> merge -> H ou projeção do H -> checagem do traço forte do núcleo H.

Agree: um traço forte de uma sonda P precisa ser checado por um constituinte C próximo que contenha o traço igual a ele.

O traço forte de T (o traço EPP) precisa ser checado por um elemento nominal por merge, no caso de um expletivo, ou por movimento. Na ausência de um expletivo, o traço forte de T inicia o movimento do pronome mais próximo:

(25) [_{TP} pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:NOM} [_{T'} T{P:3; N:SG; STRONG} [_{VP} pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:NOM} [_{v0} v{P:3; N:SG} [_{VP} love pro{P:3; N:SG; G:MASC; CASE:ACC}]]]]]

Com a exclusão de vestígios e inserção dos traços fonológicos associados à especificação morfológica (26) gera (27), retomado de (20):

(26) [TP she [T' -s [vP v [VP love him]]]]

(27) She loves him.

Esta operação é importante para este trabalho, pois é necessário verificar se os traços- ϕ dos possessivos presentes no redobro de possessivos de ambas as línguas, PA e FM, motivam o seu uso, tendo em vista que alguns traços são [-Interpretável] para certos possessivos e são deletados sem a possibilidade de serem valorados.

4.2.1 O redobro na terceira pessoa

Como dito anteriormente, os pronomes possessivos de terceira pessoa do PA (*seu, sua* etc.) falham em distinguir o gênero e o número da pessoa nocional, assim como os possessivos determinantes (*son, sa*) não distinguem seu gênero em FM. De acordo com a operação *Agree*, isto ocorre, pois, ao entrarem na sentença para fazer a checagem de traços, eles vêm com os traços de gênero e número do possuidor (no caso do PA) não interpretáveis. Isto fica exemplificado, portanto, na sentença em (28) abaixo:

(28) Maria levou o João na porta, mas o **seu** carro **dele** não estava na garagem.

Em (28), o redobro dos possessivos *seu* e *dele*, inexistente no PE e PB modernos, mas presente no PA, apresenta duas formas possessivas que necessitam concordar com seu referente. O pronome *seu*, pode se referir tanto a Maria quanto a João⁷⁰, pois ele não possui os traços de [Gênero] e [Número] do possuidor, apenas do possuído. Enquanto *dele* contém apenas os traços [Gênero] e [Número] do possuidor. Logo, como eles entrariam na derivação do DP *seu carro dele*?

⁷⁰ Neste momento, desconsideraremos a referência de 2ª pessoa do PB e do PE, visto que não há ocorrência do redobro nestas variantes, e trataremos a sentença em (28) como se fosse uma frase produzida no PA.

(29) A Maria levar [DP o [João { P:3; N:SG; G:MASC; }]] na porta, mas [DP o [Dpro⁷¹ { P:3; N:?: G:?: }]] [NPcarro { N:SG; G:MASC; }]]

Em (29), o pronome *seu* já entra na derivação com o traço pessoa [+Interpretável], ou seja, ele é especificado para 3ª pessoa. Além disso, o referente *João* tem os traços de [Número] e [Gênero] interpretados e ativos, assim como os traços de [Número] e [Gênero] do possuído *carro*. No entanto, o pronome *seu* precisa ter seus traços de [Gênero] e [Número] [-Interpretável] checados, pois, assim como afirma Zribi-Hertz (1999, p. 13), assim como *sa*, ele “não é uma entrada lexical, mas uma palavra construída sintaticamente pela morfologia flexional”. Logo, sabendo que o possessivo *seu* compartilha traços com o possuído e não com o possuidor, e não havendo nenhuma interferência entre eles, *seu* recebe os valores de [Gênero] e [Número] de *carro* ficando invisível para ser interpretado na LF.

(30) A Maria levar [DP o João { P:3; N:SG; G:MASC }]] na porta, mas [DP o [Dpro { P:3; N:SG; G:MASC }]] [NPcarro { N:SG; G:MASC }]]]

Após o merge da forma preposicionada *dele*, seus traços- ϕ [-Interpretável] precisam ser checados pelos traços ainda ativos de [Gênero] e [Número] do referente *João*, tendo em vista que Maria não é seu referente possuidor uma vez que apresenta gênero feminino. Todavia, o possessivo pós-nominal já entra na derivação com seu traço de pessoa especificado, ou seja, [+interpretado].

(31) A Maria levar [DP o João { P:3; N:SG; G:MASC }]] na porta, mas [DP o [Dpro { P:3; N:SG; G:MASC }]] [NP carro { N:SG; G:MASC }]] [PP pro { P:3; N:?: G:?: }]]]

Isto é possível, pois, apesar da distância, não há traços entre eles que ainda estejam ativos e precisem ser valorados. Assim, eles também se tornam invisíveis para serem interpretados na LF.

(32) A Maria levar [DP o João { P:3; N:SG; G:MASC }]] na porta, mas [DP o [Dpro { P:3; N:SG; G:MASC }]] [NP carro { N:SG; G:MASC }]] [PP pro { P:3; N:SG; G:MASC }]]]

⁷¹ *pro* aqui é utilizado, pois, assim como no exemplo do inglês demonstrado por Hornstein, Nunes e Grohmann (2005), os possessivos terão seus traços checados dentro da operação *Agree*, por isso, sua forma ainda não está definida, o que corrobora a afirmação de Zribi-Hertz (1999), de que *sa* e, por conseguinte, *seu* e *sua*, não são entradas lexicais, mas uma palavra construída pela morfologia flexional.

Após a exclusão de vestígios e inserção dos traços fonológicos associados à especificação morfológica, a sentença (34), retomada de (28), é gerada:

(33) A Maria levar [DP o João] na porta, mas [DP o [Dseu [NP carro[PP dele]]]]

(34) Maria levou o João na porta, e o **seu** carro **dele** não estava na garagem.

A partir deste esquema, fica evidente que caso o genitivo *dele* não estivesse presente na sentença, os traços de Gênero e Número do referente *João* ficariam sem ser checados e isto geraria a ambiguidade referencial, pois ele se confundiria com Maria. Logo, sintaticamente o redobro em PA é explicado pela necessidade de checagem de traços a fim de definir o referente possuidor. No entanto, a forma genitiva *dele* não checa seus traços com o elemento possuído, apenas com o possuidor. Por isso, sua combinação com determinantes, como o pronome possessivo *seu*, torna-se possível para uma interpretação completa dos elementos envolvidos na posse do PA em casos de ambiguidade ou até mesmo de ênfase.

Já no caso do francês, o possessivo *son/sa* de terceira pessoa não determina o gênero do possuidor, apenas [Pessoa] e [Número], já que há formas diferentes para o singular e plural da terceira pessoa do francês, mas compartilha traços de [Gênero] e [Número] do possuído. Logo, veremos que, assim como ocorre no PA, para identificar o possuidor um possessivo dativo *à lui, à elle* é adicionado, como na sentença em (35), retirada dos dados do CLAPI, apresentados no capítulo 2:

(35) On fait **sa** solution **à lui**.

‘Fazemos a solução dele’

(CL_64, 2002)

O exemplo (35), portanto, entra na derivação com o traço de [Pessoa] do possessivo determinante interpretado, mas seus traços de [Gênero] e [Número] ainda precisam ser checados.

(36) On faire [DP pro { P:3S; N:?: G:? } [NP solution { N:SG; G:FEM }]]]

Logo, já que o pronome de terceira pessoa possui traços compatíveis com o elemento possuído, ele valora seus traços [-Interpretável] de Número e Gênero com o possuído *solution* que possui os traços [Singular] e [Feminino] disponíveis e ativos. Assim, eles fazem um movimento invisível para serem interpretados na LF.

(37) On faire [DP pro {P.3S; N:SG; G:FEM} [NP solution {N:SG; G:FEM}]]]

O possessivo pós-nominal (*lui*) entra na derivação através da operação merge com os traços Pessoa [+Interpretável] e também já vem especificado com Gênero e Número, visto que seu referente é externo à sentença, por isso eles não precisam ser valorados.

(38) On faire [DP pro {P.3S; N:SG; G:FEM} [NP solution {N:SG; G:FEM} [a-DP à {CASE:DAT} [pro {P.3; N:SG; G:MASC:CASE:?}]]]]]

Desse modo, *lui* precisa apenas ter seu traço de Caso checado pela preposição *à* que o seleciona.

(39) On faire [DP pro {P.3S; N:SG; G:FEM} [NP solution {N:SG; G:FEM} [a-DP à {CASE:DAT} [pro {P.3; N:SG; G:MASC; CASE:DAT}]]]]]

Assim, o possessivo tem seu Caso checado e este faz um movimento invisível para ser interpretado pela LF.

(40) On faire [DP pro {P.3S; N:SG; G:FEM} [NP solution {N:SG; G:FEM} [a-DP à {CASE:DAT} [pro {P.3; N:SG; G:MASC; CASE:DAT}]]]]]

Assim, após a exclusão de vestígios e inserção dos traços fonológicos associados à especificação morfológica, a sentença (42) é gerada, retomando a (35).

(41) On faire [DP sa [NP solution [a-DP à lui]]]]]

(42) On fait **sa** solution **à lui**.

‘Fazemos a solução dele’

Através dessa operação, fica evidente que há traços do possessivo determinante (*son*) que não são checados em relação ao possuidor, apenas em relação ao possuído e isso gera uma deficiência que pode permitir, inclusive, uma ambiguidade de referente, caso haja dois referentes de diferentes gêneros na sentença. Ao mesmo tempo, o possessivo dativo (*à lui*) apesar de poder entrar na sentença com seus traços [Pessoa], [Número] e [Gênero] especificados em relação apenas ao possuidor, precisa ter seu traço de Caso valorado, para garantir uma interpretação possessiva, o que o torna, nos termos de Cardinaletti e Starke (1999), um elemento deficiente, sendo necessária, em alguns casos, a sua combinação com um determinante, no caso um possessivo determinante, na estrutura do DP do possuído, para que haja o reforço da posse e, em alguns casos, a desambiguação de gênero da sentença. No caso de (35), por exemplo, sabemos que o possuidor externo é de gênero masculino, singular e não feminino ou plural. Isto, assim como ocorre em PA, é o que permite que haja uma interpretação plena dos elementos envolvidos na posse.

Todavia, é importante ressaltar que, apesar dessas deficiências, o redobro não é obrigatório. Esta é apenas uma explicação para a motivação de seu uso na terceira pessoa quando ele ocorre em ambas as línguas. Logo, esta construção é motivada para servir como um reforço dos traços- ϕ que identificam e distinguem tanto o possuidor quanto o possuído. Além disso, é possível fazer um paralelo com a teoria de Cardinaletti e Starke (1999) e afirmar que o status de deficiente dos possessivos indica que, em algumas situações, a checagem de traços é necessária para compensar a ausência de traços- ϕ em relação a um referente (*seu/son*) ou a necessidade de atribuição de Caso (*à lui*) para garantir a relação de posse com o referente. No entanto, com elementos fortes, como *dele* essa checagem não é necessária, porque seus traços sozinhos conseguem identificar o referente sem gerar nenhuma ambiguidade ou sem haver necessidade de reforço de posse.

As questões que ainda ficam são: (i) por que há redobro na primeira e segunda pessoas do FM se o possuidor já vem com o traço de pessoa e número [+Interpretável] e não possui o traço de gênero como ocorre com a terceira pessoa?; e (ii) apesar da deficiência de traços que persiste e até se expandiu em PB e PE - tendo em vista que *seu* pode se referir até mesmo à segunda pessoa, o que gera uma ambiguidade ainda maior - por que a construção com redobro de possessivos não é mais produtiva em nenhuma das variedades? Na próxima seção, tentarei responder a primeira dessas questões.

4.2.2 O redobro na primeira e segunda pessoa do FM

Devido ao fato de o redobro de possessivos não ocorrer nas primeiras pessoas do PA, nesta seção focarei apenas no FM.

Como dito anteriormente, a primeira e segunda pessoa do discurso possuem o traço de pessoa [+Interpretável], como também o de número, podendo ser singular ou plural, assim como também ocorre na terceira pessoa. Em francês, os possessivos das seis pessoas discursivas possuem formas divergentes, com exceção do feminino terceira pessoa dos possessivos dativos, como se pode ver na tabela abaixo:

Quadro 11. Possessivos determinantes e dativos do francês

Pessoa	Determinantes	Dativos
1ª singular	<i>mon, ma, mes</i>	<i>à moi</i>
2ª singular	<i>ton, ta, tes</i>	<i>à toi</i>
3ª singular	<i>son, sa, ses</i>	<i>à lui, à elle</i>
1ª plural	<i>notre, nos</i>	<i>à nous</i>
2ª plural	<i>votre, vos</i>	<i>à vous</i>
3ª plural	<i>leur, leurs</i>	<i>à eux, à elles</i>

Fonte: elaboração própria

No entanto, há uma grande diferença na primeira e na segunda pessoa em relação à terceira: elas não possuem o traço [Gênero] em relação à pessoa que fala ou com quem se fala, por isso, esse traço não precisa ser valorado na derivação. No entanto, na terceira pessoa, quando há dois referentes, um masculino e um feminino, só é possível identificá-lo valorando tais traços. Como visto acima, apenas os dativos conseguem fazer a checagem do traço de Gênero em relação ao possuidor, enquanto os determinantes valoram os traços de Gênero e Número apenas do possuído. Neste sentido, a primeira e a segunda pessoa são parecidas com a terceira. Os possessivos determinantes de primeira e segunda pessoa também possuem o gênero e o número do possuído. A diferença é que não é necessário fazê-lo em relação ao possuidor, porque eles já vêm com o traço [Pessoa] e [Número] especificados em sua morfologia e isso basta para identificar e distinguir seu referente, dado que não há traço de Gênero em relação às primeiras e segundas pessoas discursivas, como se pode observar no exemplo (43) abaixo:

- (43) J'ai acheté **mon** livre hier.
 'Eu comprei meu livro ontem'

Em (43), o possessivo entra na derivação com o traço de Pessoa e Número [+Interpretável] em relação ao possuidor, mas precisa checar seus traços [-Interpretável] de gênero e número em relação ao possuído:

- (44) [D_{ppro}{ P:1; N:SG }]ai acheté [D_{ppro}{ P:1; N:SG; N:?: G:? } [N_{plivre}{ N:SG; G:MASC }]] hier.

Checados seus traços [Pessoa] e [Número] com o referente possuidor, este traço se torna invisível e checam-se os traços [Número] e [Gênero] em relação ao possuído, cujos traços estão disponíveis e ativos:

- (45) [D_{ppro}{ P:1; N:SG; }]ai acheté [D_{ppro}{ P:1; N:SG; N:SG; G:MASC } [N_{plivre}{ N:SG; G:MASC }]] hier.

Tendo todos os traços checados, estes ficam invisíveis para serem interpretados pela LF:

- (45) [D_{ppro}{ P:1 }]ai acheté [D_{ppro}{ P:1; N:SG; G:MASC } [N_{plivre}{ N:SG; G:MASC }]] hier.

Por fim, excluem-se os vestígios e inserem-se os traços fonológicos associados à especificação morfológica, gerando a sentença em (47), retomada de (43):

- (46) [D_{pJe}] ai acheté [D_p mon [N_{plivre}]] hier.

- (47) J'ai acheté **mon** livre hier.
 'Eu comprei meu livro ontem'

Como se pode observar na operação acima, o possessivo *mon* dá conta de identificar plenamente o possuidor e o possuído, não havendo a deficiência de traços que se encontra na terceira pessoa. O mesmo processo ocorre na segunda pessoa. A questão que se levanta, portanto, é: por que então ocorre o redobro de possessivos na primeira e na segunda pessoa se

os possessivos determinantes *mon/ton*, e suas variações no plural, bastam para identificar o possuidor?

Observemos agora o exemplo em (48):

(48) *Cette chanson est à vous.*

‘Essa música é de vocês’

Nesta sentença, há um determinante compartilhando traços com o NP *chanson*, enquanto o possessivo *à vous* está em posição predicativa, atribuindo posse ao referente possuidor. Portanto, assim como o possessivo determinante, ele entra na derivação com o traço [Pessoa] interpretável como também seu [Número], ambos Pessoa e Número representados aqui como I, conforme postula Zribi-Hertz (1999).

(49) [DP_{PRO} {N:?, G:?}] [NP_{chanson} {N:SG; G:FEM}]] est [_{a-DP}à {CASE:DAT} [pro {I:2P; CASE:?.}]]].

Tendo confirmado seus traços [+Interpretável], resta ao possessivo a checagem de Caso atribuído pela preposição *à* ao possessivo. Assim, ele checa o traço dativo.

(50) [DP_{PRO} {N:?, G:?}] [NP_{chanson} {N:SG; G:FEM}]] est [_{a-DP}à {CASE:DAT} [pro {I:2P; CASE:DAT}]]].

Tendo checado o traço de Caso, ele fica invisível para a PF e o determinante que acompanha o NP tem seus traços checados assim como ocorre com o possessivo determinante.

(51) [DP_{PRO} {N:SG; G:FEM}] [NP_{chanson} {N:SG; G:FEM}]] est [_{a-DP}à {CASE:DAT} [pro {I:2P; CASE:DAT}]]].

Logo, os traços [singular] e [feminino] ativos e disponíveis são valorados e fazem um movimento invisível para serem interpretados na PF.

(52) [DP_{PRO} {N:SG; G:FEM}] [NP_{chanson} {N:SG; G:FEM}]] est [_{a-DP}à {CASE:DAT} [pro {I:2P; CASE:DAT}]]].

Assim, excluindo-se os vestígios e inserindo-se os traços fonológicos associados à especificação morfológica, gera-se a sentença (54), retomada de (48):

(53) [DP Cette [NP chanson]] est [_a-DP à [vous]].

(54) Cette chanson est à vous.

‘Essa música é de vocês’

No esquema acima, observa-se que ao possessivo dativo faltam traços para checar com o possuído. Isto é, inclusive, um indício de que aquele não precisa ser gerado no mesmo DP que este e pode ser um *a*-DP predicativo, o que não poderia ocorrer com o possessivo determinante, que compartilha traços com o possuído. Assim, o possessivo dativo possui uma deficiência de traços que o impossibilita de identificar e distinguir o elemento possuído, sendo sempre necessária sua combinação com um determinante, como o demonstrativo 'cette' em (54). Além disso, ele depende da preposição *à* para checar seu Caso dativo e garantir uma interpretação de posse.

Nesse sentido, Miguel (2002) aponta que os possessivos dativos começam a surgir em francês entre o século XIV e o início do XVII (por razões que não conseguirei tratar neste trabalho). Pelo que foi levantado na busca de dados, apresentados no capítulo 2, há registros de redobro a partir do século XX. Sendo uma construção que entrou na língua após a entrada dos possessivos dativos, supõe-se que essa ausência de traços dos dativos possibilitou a realização do redobro, mas a motivação para seu uso é seu status de elemento deficiente (CARDINALETTI (1998), visto que, de acordo com o paralelo que eu realizo da análise da autora (cf. 4.2.1), com a necessidade de checagem de Caso dativo, a relação de posse também é fraca. Esta fraqueza se explica ainda pelo fato de que a forma do possessivo dativo se alterna com o argumento dativo, ou seja, objeto indireto, como na sentença “*Je parle à toi*” (Eu falo com você). Por isso, o redobro ocorre na primeira e segunda pessoa como uma forma de atribuir traços- ϕ ao elemento possuído para sua identificação, reforçando a posse desse elemento a partir da adição do possessivo determinante, embora não seja obrigatório.

Portanto, ao contrário do que ocorre na terceira pessoa, na primeira e segunda pessoa, o redobro é motivado pelo uso do possessivo dativo e não pelo uso do possessivo determinante, já que este basta para determinar tanto o possuidor quanto o possuído sem gerar problemas de interpretação. Um indício desta hipótese é que, ao buscar ocorrências apenas dos possessivos dativos nos mesmos dados do CLAPI apresentados no capítulo 2, encontrei menos usos de possessivos dativos, sete dados, do que as treze ocorrências atestadas de redobro. Nesses dados, a posse ocorre não apenas com o pronome tônico, mas também com itens lexicais (56b) e com pronomes interrogativos (57):

(55) C'était des amis à une copine **à moi**.

Isso era os amigos a uma amiga a mim.POSS.DAT

‘Eram os amigos de uma amiga minha’

(CL_02, 2009)

(56) a. Ça c'est **à lui**.

Isso isso é a ele.POSS.DAT

‘Isso é dele’

b. Ça c'est **à monsieur** aussi, tout ça.

‘Isso tudo é do senhor também’

(CL_37, 2014)

(57) A: C'est **à qui** ça ?

‘De quem é isso?’

A: C'est **à toi**.

Isso é a ti.POSS.DAT

‘É seu’

(CL_34, 1986)

Portanto, a partir desses dados, percebe-se que o redobro não é obrigatório, mas a frequência em que ele aparece, maior do que a do uso dos pronomes dativos sozinhos, pode indicar que a ausência de traços- ϕ destes possessivos em relação ao possuído motiva o redobro, a fim de identificar o elemento possuído e reforçar a posse, como se pode ver em (58).

(58) ça c'est **ta** version **à toi**.

Isso isso é tua.POSS.DET versão a ti.POSS.DAT

‘É a sua versão’

(CL_58, 2008)

Este reforço se explica, ainda, pela possibilidade de se usar um outro elemento determinante que não o possessivo em combinação com o dativo e, ainda assim, optar-se por seu uso. Por exemplo, (58) poderia ser reescrito como (59):

(59) *Ça c'est une version à toi.*

Isso isso é uma.ART.IND versão a ti.POSS.DAT

'Essa é uma versão sua'

No exemplo (59) acima, observa-se que a ênfase não está na posse em si, mas na indeterminação do NP, visto que seus traços [-Interpretável] são checados com o artigo indefinido e não com o possessivo, logo o NP não é interpretado primeiramente como um elemento possuído, mas como indeterminado. Por isso, a posse ganha um foco secundário. Isto não ocorre na sentença em (58) em que o possessivo determinante *toi* valora seus traços com o NP e garante a interpretação única de posse.

4.2.3 O desaparecimento do redobro em PB e PE

Como demonstrado na seção 1.5, uma importante diferença entre os possessivos envolvidos no redobro tanto em PA quanto em FM é o seu status de clítico, fraco ou forte. Vimos que os possessivos do FM são considerados deficientes, mas os determinantes, especificamente, são considerados clíticos e, de acordo com Cardinaletti (1998), é por isso que eles podem ser redobrados. Segundo a autora, o redobro é um redobro de clíticos. Por outro lado, Castro (2006) observou que os possessivos do PA não são clíticos, mas pronomes fracos e fortes, e, apesar de não terem o status de clítico, eles podem ser redobrados na terceira pessoa, assim como ocorre no espanhol, embora nesta língua eles sejam considerados clíticos. Castro afirma, portanto, que para haver redobro só é necessário que eles sejam elementos deficientes, independentemente de serem pronomes fracos ou clíticos.

Outro fato importante de retomar é que o redobro de possessivos do PA foi considerado como uma forma de desambiguar ou reforçar o referente possuidor, até mesmo por gramáticos brasileiros que exemplificam o fenômeno com dados de autores nascidos no século XIX. No entanto, esta estratégia desapareceu no PB e no PE modernos, não sendo mais produtiva. Em contrapartida, o redobro de possessivos ocorre em diversas línguas da modernidade, como o francês, o espanhol, o italiano, o grego etc. Além disso, como visto no capítulo 3, em PB e PE também há um redobro envolvendo pronomes clíticos, como se pode ver nos exemplos (60) e (61) abaixo:

(60) O Pedro telefonou-**lhe a ela**.

(MAGRO, 2019, p. 31)

(61) Ele **me** ajuda **eu**.

(MACHADO-ROCHA; RAMOS, 2016, p. 380)

Logo, a partir dessas informações, a questão que se levanta é: por que o redobro possessivo, especificamente, deixou de ser produtivo em PE e PB modernos se ele ocorre em outras línguas, como o FM?

Essa pergunta se torna ainda mais curiosa quando se pensa que a terceira pessoa do PB e do PE ficou ainda mais ambígua, considerando-se a reinterpretação do possessivo *seu* como segunda pessoa - embora não tenha sido abandonado seu uso na terceira pessoa (cf. MÜLLER, 1997; MENUZZI, 2003). Nesse sentido, como visto no capítulo 1, o pronome *seu* pode ser interpretado tanto como segunda pessoa nocional, quanto como variável ligada de terceira pessoa - como já ocorria no PA -, retomando antecedentes mais acessíveis estruturalmente e mais ricos morfologicamente por ser uma forma mais econômica quanto à sua morfossintaxe (cf. MENUZZI, 2003; TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014). Portanto, em uma frase como (61) abaixo, os traços- ϕ de *seu* não são checados com o referente possuidor, apenas com o possuído, como discutido anteriormente.

(61) Joana foi com Miguel buscar **seu** carro.

Na sentença acima, *seu* valora seus traços de gênero e número em relação ao DP possuído *carro*, ou seja, [sg, masc]. No entanto, nesta frase há não apenas duas, mas três possibilidades de referente: Joana, Miguel ou a pessoa com quem se fala. Por essa razão, *seu* vai poder entrar na derivação subespecificado, tendo em vista que pode ter um referente tanto de segunda quanto de terceira pessoa.

Segundo Castro (2006, p. 29) a forma *seu* pode ter cinco referentes diferentes: 3MSg, 3FSg, 3MPI, 3FPI e 2S. Portanto, como esta ambiguidade é resolvida no português moderno (PB e PE) sem a realização do redobro?

A resposta para isso está justamente na especialização do pronome *seu* como segunda pessoa e com o avanço do pronome *dele* a partir do século XVIII. Isto quer dizer que qualquer falante de português em uma conversa interpretaria o antecedente como a pessoa com quem se fala. Isto ocorre porque, segundo Torres Morais e Ribeiro (2014), o possessivo *seu* é favorecido como forma anafórica na retomada do antecedente referencial de 3ª pessoa na fala formal e na variedade escrita, enquanto em situações reais de fala e escrita não monitoradas

ele parece só ser aceito plenamente quando se relaciona com um antecedente de natureza quantificacional, como *todos* (cf. seção 1.1.2 do capítulo 1).

(62) *Todos* vão para os **seus** lugares.

(TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014, p. 21)

Portanto, neste contexto, para que a interpretação do antecedente fosse de terceira pessoa, a forma genitiva *dele* seria usada.

(63) Joana foi com Miguel buscar o carro **dele/dela**.

A preferência de *seu* para se referir à segunda pessoa nocional também pode ser explicada pela ausência de traços- ϕ deste elemento em relação ao possuidor de terceira pessoa. Em português, a primeira e segunda pessoa não possuem o traço Gênero especificado, e isso inclui o pronome *você*, que se refere à segunda pessoa. Logo, em uma frase como (64) abaixo, o pronome *você* entra na derivação com o traço Pessoa [+Interpretável].

(64) Você levou **teu/seu** cachorro pra passear?

Em algumas variedades do português, o possessivo que faz referência a *você* pode ser tanto *teu* quanto *seu*. Mas por que *seu* e não apenas *teu*? Como *seu* não especifica o gênero nem o número do possuidor, ele pode muito bem compartilhar o traço de segunda pessoa com *você*, como podemos ver no esquema abaixo:

(65) [DPVocê{P:2}] levar [DPpro{P:?, N:?, G:?}] [NPCachorro{N:SG; G:MASC}] pra passear.

Logo, *seu* entra na derivação com seu traço [Pessoa] subespecificado, já que pode ser tanto de segunda quanto de terceira. Como os traços ativos e disponíveis mais próximos são os do NP possuído, ele primeiro checa seus traços de gênero e número com este sintagma.

(66) [DPVocê{P:2}] levar [DPpro{P:?, N:SG; G:MASC}] [NPCachorro{N:SG; G:MASC}] pra passear.

Assim, tendo seus traços checados, eles ficam invisíveis para serem interpretados na LF e, então, a sonda busca algum traço ativo e disponível para poder checar seu traço [Pessoa] subespecificado, encontrando o traço de 2ª pessoa.

(67) [DPVocê{P:2}] levar [DPpro{P:2; N:SG; G:MASC}] [NPCachorro{N:SG; G:MASC}] pra passear.

Por fim, os vestígios são excluídos na LF e inserem-se os traços fonológicos associados à especificação morfológica, gerando a sentença em (69):

(68) [DPVocê] levou [DPseu [NPCachorro]] pra passear.

(69) Você levou seu cachorro pra passear.

Desta forma, tudo que *seu* precisa para fazer referência à segunda pessoa é ter seu traço Pessoa valorado durante a derivação. Tendo em vista que na segunda pessoa não é necessário que ele possua o traço Gênero especificado, a falta de especificação de traços em relação ao possuidor se torna irrelevante. Logo, seu uso torna-se preferencial para segunda pessoa, já que ele oferece uma interpretação plena à segunda pessoa, sem margem para ambiguação.

Em relação à entrada do pronome *dele* no sistema de possessivos, Castro (2006, p. 275) afirma que há uma possibilidade de que este pronome tivesse surgido a partir da coocorrência com o pronome *seu* na estrutura de redobro, *seu N dele*, e o pronome *seu* pode ter caído dessa construção depois. Uma explicação para isso seria o status de forte da forma genitiva *dele* que contrasta com o status de fraco de *seu*. A forma forte bastando para identificar o possuidor e não gerar ambiguidade torna o uso do redobro desnecessário. Além disso, a atribuição do Caso genitivo pela preposição *de* estabelece a relação de posse. Isto o diferencia, por exemplo, do possessivo dativo de terceira pessoa do francês (*à lui, à elle*) que, apesar de ter interpretação genitiva que atribui posse, ele ganha Caso dativo e, por isso, ele pode ser interpretado tanto como possessivo quanto como OI dependendo do VP que o governe (cf. seção 1.2).

Logo, por essas mudanças no quadro de possessivos do português moderno, o uso do redobro não é mais produtivo.

Portanto, o status de clítico dos possessivos (CARDINALETTI, 1998; CARDINALETTI; STARKE (1999) é um fator determinante para a ocorrência de redobro

nas línguas modernas aqui citadas. Até mesmo o espanhol moderno, cuja construção de redobro dos possessivos de terceira pessoa foi considerada parecida com a que ocorre no PA, envolve possessivos clíticos (cf. 70). Além disso, os clíticos também estão presentes nos redobros pronominais do PE (cf. 71), retomado de (60), e como já se sabe, também fazem parte do redobro dos possessivos no FM (cf. 72).

(70) **su** **abuelo** **de ellas**
 3.sg avô de.3pl
 ‘seu avô delas’

(CASTRO, 2006, p. 271)

(71) O Pedro telefonou-**lhe a ela**.

(MAGRO, 2019, p. 31)

(72) On fait **sa** solution **à lui**.

A gente faz sua.POSS.DET solução a ele.POSS.DAT
 ‘A gente faz a solução dele’

(CL_64, 2002)

Desse modo, Cardinaletti (1998) estava parcialmente certa, pois os redobros que ocorrem nas línguas modernas envolvem clíticos; no entanto, como Castro (2006) demonstra, é possível afirmar já houve redobro envolvendo elementos fracos antes do século XX, já que há evidências de que esta construção foi produtiva em PA e se estendeu até o século XIX. Segundo a minha proposta, isto se dá porque elementos fracos também têm deficiência de traços- ϕ , no que diz respeito a não especificar os traços de um elemento referente, no caso da posse, do possuidor, possibilitando uma dupla interpretação quando há mais de um referente.

Porém, é importante ressaltar que não são todos os elementos fracos que eram redobrados antes da modernidade. Uma evidência disso é o fato de que não havia nenhum registro de redobro com os possessivos fracos do Francês Antigo. Esta construção só foi possível devido à entrada dos clíticos dativos no Francês Médio. Uma pesquisa interessante para trabalhos futuros seria confirmar se ele de fato só aparece no período moderno ou se já começa a surgir no período médio.

Assim, a grande explicação para haver redobro no PA pode ser o fato de que *dele* surgiu como uma forma de reforçar a relação de posse com o referente possuidor, já que o pronome *seu* não basta para identificá-lo devido à sua ausência de traços- ϕ que o identifiquem. Assim, com o status de forte do pronome *dele*, seu uso sozinho passou a ser suficiente para determinar o possuidor e estabelecer a relação de posse sem criar nenhuma ambiguidade. Ademais, devido a essa deficiência, o pronome *seu* passa a ser preferido para retomar referentes de segunda pessoa, já que estes não possuem traços de gênero especificados e por isso ele é capaz de dar-lhes uma interpretação plena.

Isto se confirma, ainda, pelo fato de o redobro de possessivos não ter realmente sumido com o fim do período do PA, como se foi suposto anteriormente, dado que foi visto no capítulo 2 registros de sua ocorrência do século XVI ao XIX, com exceção do XVII. Apesar de não terem sido encontradas ocorrências no século XVII nos dados colhidos por mim, há, ainda, uma grande possibilidade de haver registros de sua ocorrência em outros *corpora*. Portanto, seu uso se estendeu até o século XIX, porém, ao que parece, com menor frequência do que no PA.⁷²

A partir desses dados, fica ainda mais evidente que o enfraquecimento do uso do *seu* como terceira pessoa e preferência pela segunda, usos estes fortalecidos no século XIX (cf. CASTRO, 2006; SOUZA; SANTANA, 2013), além do avanço do pronome *dele* também neste período, foram a causa do fim do redobro no português moderno, o que se supõe ter se iniciado no século XIX e se firmado no século XX.

Essa conclusão corrobora, em parte, a teoria de Cerqueira (1993 apud CASTRO, 2006, p. 300-301) de que, no PB, os clíticos de terceira pessoa estão desaparecendo e sendo substituídos por pronomes fortes devido a um enfraquecimento no AgrP e este enfraquecimento afetaria igualmente os pronomes *seu* e *dele*. No entanto, o autor postula que *seu* entraria na estrutura do Agr especificado com o traço [+Pessoa], enquanto *dele* seria gerado em um Agr defectivo com o traço [-Pessoa]. O Agr especificado como [+Pessoa] atribuiria Caso genitivo a *seu* em AgrP. No entanto, Agr especificado como [-Pessoa] não poderia atribuir Caso, por isso *dele* seria selecionado. Assim, na derivação de *seu*, Agr seria totalmente especificado para Pessoa, enquanto *dele* não. Desse modo, *seu* estaria sendo substituído por *dele* por causa do enfraquecimento do Agr (cf. CASTRO, 2006, p. 301-302).

⁷² Será importante em trabalhos futuros fazer uma busca mais abrangente para confirmar essas hipóteses, também através de uma análise quantitativa mais adequada.

Todavia, como vimos, é o pronome fraco *seu* que não especifica [Gênero] e [Número] para o referente possuidor e entra na derivação tendo o traço [Pessoa] subespecificado, já que ele pode se referir tanto à segunda como à terceira pessoa; enquanto *dele* é um pronome forte que entra na derivação com o traço [Pessoa] especificado, dado que seus referentes são apenas de terceira pessoa e ainda especifica o [Número] e [Gênero] do possuidor. Portanto, o uso de *dele* impede que se confunda o referente possuidor.

Estes fatos são confirmados por Müller (1996) ao contestar a afirmação de Cerqueira (1993) de que *seu* estaria sendo totalmente substituído por *dele*, pelas razões apontadas anteriormente. A autora apresenta a mesma explicação que dei para refutá-lo. Segundo ela, *seu* se refere a entidades não especificadas, enquanto *dele* faz referência a entidades específicas ou referenciais, assim como retomado anteriormente. Isso se explica porque, tendo em vista que *seu* não é especificado em gênero e número em relação ao referente possuidor, a interpretação de seus traços- ϕ é dada pelo antecedente. Por isso, “antecedentes quantificadores e genéricos agem como operadores que tem escopo sobre uma variável: para qualquer pessoa/coisa que x denote, x é a referência de *seu*” (CASTRO, 2006, p. 305-306, tradução minha⁷³). *Dele* tendo, portanto, seus traços- ϕ totalmente especificados em relação ao possuidor significa que ele é “uma expressão referencial e pode tanto fazer referência independentemente ou entrar numa relação de correferência com outras expressões referenciais” (CASTRO, 2006, p. 306, tradução minha⁷⁴).

Assim, o que podemos tirar da teoria de Cerqueira (1993) é que, de fato, o Agr influencia no uso dos pronomes *seu* e *dele*, porém é a deficiência de traços- ϕ de *seu* em relação ao elemento possuidor que provoca a sua diminuição como possessivo de terceira pessoa e isso ocorre tanto na variedade do PB quanto em PE. Ademais, quanto à sua afirmação de que os clíticos de terceira pessoa estão desaparecendo e sendo substituídos por pronomes fortes (em PB), eu gostaria de acrescentar que algo parecido está ocorrendo em relação aos possessivos fracos. Isto porque *dele* é um pronome – forte (cf. CARDINALETTI (1998)) – que está sendo priorizado em situações de fala e quando há uma relação de correferência com o antecedente possuidor, enquanto *seu*, é um pronome – fraco (cf. CARDINALETTI (1998)) – com interpretação de variável ligada e que está sendo restringido

⁷³ Tradução feita por mim do trecho: “generic and quantified antecedents act as operators which have scope over a variable: for whoever/whatever x denotes, x is the reference of *seu*”.

⁷⁴ Tradução feita por mim do trecho: “: is a referential expression and can either refer independently or enter into a coreference relation with other referential expressions.

apenas a antecedentes genéricos e quantificacionais (cf. MÜLLER, 1996, 1997; MENUZZI, 1999, 2003).

Isto é válido para ambas as variedades, PB e PE, visto que, segundo Castro (2006, p. 308-313), apesar de na modalidade escrita formal *seu* ser usado em contexto referencial, genérico e quantificacional, enquanto *dele* se limita à referencialidade, em registros orais e menos formais, o uso de *dele* é preferido e, exclusivamente nesses contextos, ele pode de fato estar substituindo *seu*.

Logo, o que faz com que haja o redobro nas línguas da modernidade é o status de clíticos dos elementos, dado que sua deficiência de traços- ϕ acaba fazendo com que um elemento forte ou fraco, como o possessivo dativo (*à lui*, à elle) do FM, reforce a relação sintática ou semântica com o elemento com que ele se relaciona. Isso não ocorre no português moderno, pois o redobro envolve possessivos fracos e estes estão perdendo sua preferência como referenciais de terceira pessoa, para se especializarem como possessivos de segunda pessoa ou se relacionarem com antecedentes quantificacionais, dando lugar, na maior parte dos casos, ao pronome forte *dele*, que sozinho consegue dar uma interpretação morfológica completa ao possuidor, além de atribuir posse ao elemento possuído devido ao seu Caso genitivo. No entanto, ao contrário do que ocorre com os possessivos, pronomes clíticos de primeira e segunda pessoa estão começando a ser redobrados em algumas variedades do PB, ao passo que em PE o redobro de clíticos já é considerado comum, embora não seja obrigatório e ocorra somente na terceira pessoa. Logo, isto confirma em parte a teoria de Cardinaletti (1998) de que o redobro é um redobro de clíticos se fizermos um recorte apenas das línguas modernas.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, mais especificamente no capítulo 1, abordamos as diferenças entre os possessivos do PA, do PB, do PE, do FA e do FM, a fim de analisar qual seria a motivação para a realização da estrutura de redobro de possessivos em PA e FM, e levantar as razões por que esta estrutura não ocorreria mais no PB e no PE modernos. Por isso, foi visto ao longo da dissertação que o português (PB e PE) e o francês modernos possuem diferentes formas de expressar as relações possessivas. Estas variam de acordo com suas posições em relação ao elemento nominal possuído, podendo ser pré-nominais ou pós-nominais, além de ter uma morfologia diferente em relação aos elementos a que fazem referência. Ademais, eles podem ser elementos clíticos, fortes ou fracos, segundo a teoria de Cardinaletti e Starke (1999) e Cardinaletti (1998).

Nesse sentido, os possessivos *meu, teu, seu* (e suas variedades) e *mon, ton, son* (e suas variedades) são pré-nominais e têm seus traços de Gênero e Número checados em relação ao elemento nominal possuído, mas não em relação ao referente possuidor, compartilhando com este apenas o traço Pessoa e Número (no caso do francês e na 1ª e 2ª pessoas do português). No entanto, há uma ligeira diferença entre a terceira pessoa do PB e PE e do FM, visto que *seu* entra na derivação com o traço de Pessoa subespecificado, pois ele pode fazer referência tanto à terceira pessoa nocional, quanto à segunda. Isto ocorre por causa da sua ausência de traços em relação ao elemento possuidor. Em francês, por outro lado, *son* entra na derivação com o traço Pessoa [+Interpretável], ou seja, especificado. Além disso, ele também compartilha o traço de Número com o possuidor e, por isso, ele apresenta diferentes formas possessivas para a 3PS (*son, sa, ses* e 3PL (*leur, leurs*). Desse modo, a sua única deficiência é não checar o traço de Gênero com o possuidor.

Vimos, portanto, que estas deficiências morfossintáticas da terceira pessoa geram uma ambiguidade referencial na língua em que não se sabe o gênero e o número do possuidor em PA, PB e PE nem o gênero deste antecedente em francês quando há mais de uma opção de referente. A resolução que o PA e o FM encontraram para isso foi a adição do possessivo pós-nominal *dele(s), dela(s)* em português e *à lui, à eux, à elle(s)* em francês. No entanto, isto não ocorre no PB e PE modernos. Esses elementos possessivos resolveriam a questão da ambiguidade por checarem seus traços de Gênero e Número em relação ao referente possuidor e já entrarem na derivação com o traço Pessoa [+Interpretável]. Assim, não haveria ambiguidade quando houvesse dois referentes de gênero distinto (FM) ou gênero e número distintos (PA, PB e PE). Todavia, vimos que isso não ocorre todas as vezes, já que, em alguns

casos, os referentes podem ter o mesmo gênero e o mesmo número, portanto a adição dos elementos pós-nominais não serviria para resolver a ambiguidade, mas para reforçar a relação de posse através da checagem de traços do elemento pós-nominal com o possuidor. Estas combinações *seu N dele* (ou *N seu dele*) e *son N à lui*, portanto, são o que gera o redobro de possessivos em ambas as línguas.

Ademais, vimos que os possessivos pré-nominais do francês podem ser redobrados em todas as pessoas discursivas, enquanto em PA isto não ocorre, pois nesta língua o redobro se restringe apenas à terceira pessoa. Por este motivo, levantou-se a questão sobre a diferença entre os possessivos do francês e os do português e chegou-se à conclusão de que os possessivos daquela língua são elementos deficientes e seus possessivos determinantes são clíticos, mas nenhum deles é forte. Já os possessivos do PA são fracos e fortes, pois, segundo Cardinaletti (1998), elementos clíticos não podem nunca ser modificados por determinantes e são gerados na posição D^o, enquanto elementos fracos podem ser modificados por determinantes e são gerados em uma posição mais abaixo do D^o, que ela vai chamar de SpecAgrS_NP, que é o caso do PA. Por isso, a autora vai dizer que o redobro de elementos fracos não é considerado um redobro, mas uma estrutura predicativa. Castro (2006) rebate a autora, no entanto, ao afirmar que, em alguns contextos, os possessivos fracos do PA podem ser gerados em posição D^o porque não podem ser modificados por grande parte dos advérbios e podem ser reduzidos foneticamente, por isso há a possibilidade de serem redobrados.

Portanto, para confirmar a existência do redobro em ambas as línguas e contribuir com dados do fenômeno, no capítulo 2 apresentei o resultado da minha busca nos *corpora* do português, Tycho Brahe (UNICAMP), e do francês, Clapi FLE, e de fato encontrei casos dessa construção em ambas as línguas. A grande novidade foi que o redobro de possessivos ocorre não apenas no PA como se estende até o século XIX, embora com menor frequência. A única exceção foi o século XVII em que não foi encontrado nenhum caso. Além disso, foi confirmado que, diferente do PB e do PE, o redobro de possessivos é produtivo no FM moderno, apesar de, como demonstrado por Miguel (2002), ele não ocorrer no francês antigo. Ademais, ele está sendo utilizado com mais frequência no século XXI. Confirmei, ainda, que todos os contextos que Zribi-Hertz (1999), Cardinaletti (1998), Castro (2006) e Torres Morais e Ribeiro (2014) apontaram para a realização do redobro em ambas as línguas ocorrem da mesma forma nos dados encontrados por mim.

Por meio dos dados, ficou evidente, portanto, que a diferença entre o status de clítico-deficiente e fraco-forte dos possessivos do FM e do PA, respectivamente, foi essencial para criar minha hipótese a respeito de por que o redobro ocorre na modernidade do francês e não

no PB e no PE. Além de ter sido importante para analisar por que há o redobro na primeira e na segunda pessoa do francês. Para embasar a minha argumentação, no capítulo 3 demonstrei que há redobros de clíticos não apenas no FM, mas também em português moderno, tanto no PB quanto no PE, mas isso ocorre com os pronomes pessoais e não com os possessivos.

Nesse sentido, vimos que no PE há redobro envolvendo os pronomes clíticos de diferentes construções dativas e acusativas que pode ocorrer em todas as pessoas discursivas (cf. MAGRO, 2019), assim como ocorre com os possessivos do FM, mas isto o diferencia do espanhol moderno, no qual há redobro apenas de terceira pessoa. Uma contribuição importante de Magro (2019) em relação a este redobro foi levantar que quando ele ocorre com um dativo, este não é considerado um PP, mas um DP casualmente marcado por *a*, à semelhança do que afirmam Torres Morais (2007) e Torres Morais & Salles (2010). Isto pode ser estendido, portanto, ao redobro dativo do FM, pois ele não é gerado em posição de PP, mas como um a-DP.

Ademais, observou-se que o PB está perdendo seus clíticos de terceira pessoa, já que estes estão sendo substituídos por dativos nulos ou por preposições plenas seguidas de pronomes, e isto os impediria de ser redobrados, dado que não há redobro com PPs (Generalização de Kayne) (cf. TORRES MORAIS; SALLES, 2010; MAGRO, 2019). Todavia, Machado-Rocha e Ramos (2016, 2018) apontam que há uma estrutura de redobro envolvendo clíticos de primeira e segunda pessoa em alguns dialetos do PB. Assim como em PE e em FM, este redobro em PB é opcional e não obrigatório, o que também o diferencia do espanhol.

Como dito anteriormente, além do redobro de clíticos possessivos em FM, esta língua também permite que pronomes clíticos sejam redobrados à semelhança do que ocorre no PE. Comparando estes elementos do FM com os clíticos do PB, foi possível verificar, ainda, que eles são parecidos em relação à sua posição na sentença, a posição proclítica. Ademais, Chapman (2012) demonstra que, no francês canadense, esse redobro começa a ocorrer com DPs plenos em posição de sujeito e objeto.

Logo, constatado que o status de clítico dos pronomes e dos possessivos é um fator decisivo para a existência do redobro na modernidade, no último capítulo demonstrei como elementos deficientes são também deficientes de traços morfológicos por meio da operação *Agree* de valoração de traços- ϕ , abordada por Hornstein, Nunes e Grohmann (2005) e baseada no programa minimalista de Chomsky (1995). Por isso, eles precisam de um elemento forte ou outro elemento deficiente que lhes permita dar uma interpretação plena ao seu referente, seja ele o possuidor ou o possuído, no caso dos possessivos. No entanto, não é sempre

necessário que os referentes tenham essa interpretação plena, ou seja, o uso do redobro não é obrigatório nas línguas, pois ele é utilizado, pragmaticamente, quando se quer desfazer alguma ambiguidade referencial ou dar ênfase à relação de posse.

Essa ênfase fica explícita no caso do redobro da primeira e segunda pessoa do francês. Nesse caso, eu demonstrei que os possessivos *mon, ton, notre, votre* (e suas variedades no plural) não possuem deficiência de traços em relação ao possuidor por eles já entrarem na derivação com o traço de Pessoa [+Interpretável] e porque a primeira e segunda pessoa não possuem o traço de Gênero, portanto, é apenas necessário que os possessivos chequem seus traços de Gênero e Número em relação ao possuído. Por isso, nenhum problema referencial ocorre.

No entanto, com a entrada do dativo *à lui, à elle* no francês médio, uma deficiência referencial começou a ocorrer, dado que os traços desses elementos apenas especificam a Pessoa, o Gênero e o Número do possuidor e não do possuído. Além disso, por serem encabeçados pela preposição *à*, eles recebem o Caso dativo e não o genitivo, embora tenham esta interpretação. Verificou-se que, por causa dessa deficiência, é o pronome clítico determinante de primeira e segunda pessoa que entra na derivação para reforçar a relação de posse com o elemento possuído, e não o caso contrário, como na terceira pessoa. Isto ficou comprovado, embora seja necessário buscar mais dados para se ter uma certeza maior, pelo fato de os dados de comunicação real do francês demonstrarem que o redobro de possessivos parece ocorrer em mais quantidade na língua do que o dativo sozinho.

Por fim, foi constatado que o redobro de possessivos não ocorre no PB e no PE, pois, por causa do status de fraco do pronome pré-nominal em ambas as variedades, esta começou a ser preferida como segunda pessoa nocional, já que *seu* não compartilha traços de Gênero (na terceira pessoa) e Número (todas as pessoas) com o possuidor, apenas com o possuído. Por isso, com a entrada do pronome *você* na língua e com o enfraquecimento do *Agr* (CERQUEIRA, 1993), ele começou a compartilhar o traço de 2P com o novo pronome que também não contém o traço de Gênero e, assim como *seu*, não se diferencia morfológicamente em 2Pl. Por causa dessa possibilidade, ele passou a entrar na derivação sem ter o traço Pessoa [+Interpretável] e pôde ser usado até mesmo com o pronome *tu* em alguns dialetos do PB. No entanto, ressaltamos que *seu* não deixou de ser usado na terceira pessoa para ser totalmente substituído pelo pronome forte *dele* - que não tem deficiência de traços em relação ao possuidor e tem o Caso genitivo, que garante a relação de posse com o elemento possuído -, conforme Cerqueira (1993) acreditava. Observou-se, portanto, que *seu* se tornou especializado para segunda pessoa nocional e para elementos quantitativos, tendo

inclusive uma interpretação de variável ligada de terceira pessoa, enquanto *dele* se tornou o elemento preferido com antecedentes referenciais, embora também possa ocorrer em contextos com interpretação de variável ligada (MÜLLER, 1997; MENUZZI, 2003; TORRES MORAIS; RIBEIRO, 2014).

Portanto, o redobro de possessivos que sobreviveu até o século XIX no português começou a desaparecer devido às mudanças no paradigma de pronomes do PB e também devido ao enfraquecimento do Agr, que não afetou apenas os verbos do PB, mas também os possessivos do PB e do PE, fazendo com que elementos deficientes começassem a ser substituídos por elementos fortes, no caso do PE na oralidade e no caso do PB na oralidade e na escrita (cf. CASTRO, 2006), o que inclui os pronomes clíticos deste último.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, G de S. **Uso dos pronomes-objeto de segunda pessoa na fala de Salvador e de Santo Antônio de Jesus**. Veredas, v.20, nº 2, 2016. p. 122-135.

BAZENGA, A.; RODRIGUES, L. **Usos do clítico lhe em variedades do português**. In: CONFERÊNCIA: PELOS MARES DA LÍNGUA PORTUGUESA 4. DLLC, Universidade de Aveiro, 2020.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CALINDRO, A. **Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro**. 2015. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015a.

_____. Um estudo sobre as preposições introdutoras de argumentos em português brasileiro”. **Revista Linguística** – Associação de Linguística e Filologia da America Latina (ALFAL), 2015b.

_____. Introducing indirect arguments – the locus of a diachronic change. **Rivista di Grammatica Generativa**. Perugia, Itália, v.38, 2016.

_____. Os desafios para o ensino de português como segunda língua em contexto de mudança: o caso dos pronomes possessivos de terceira pessoa. **Revista Letras**, Curitiba, ufpr, n. 99, pp. 127-153, 2019. (versão eletrônica)

_____. A diachronic overview of prepositional accusative and differential object marking in Portuguese. **Journal of Portuguese Linguistics**, 2022, (submetido).

_____.; RODRIGUES, P. In: GUESSER, S.; RECH, N. (Orgs.). **Gramática e Aquisição**: propostas para o professor da educação básica. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CARDINALETTI, A. On the deficient/strong opposition in possessive systems. In: **Possessors, predicates and movement in the determiner phrase**. ed. Artemis Alexiadou and Chris Wilder. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1998. p. 17-53.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The Tipology of Structural Deficiency: a Case Study of Three Classes of Pronouns. In: **Clitics in the languages of europe**. ed. Henk van Riemsdijk. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 33-82.

CARVALHO, J.; CALINDRO, A. A unified account for the loss of third person clitics in Brazilian Portuguese. In: Carvalho, Dannel; Britto, Dorothy (Org.). **Pronomes, Morfossintaxe, Semântica e Processamento**, Ed. UFBA, 2018.

CARVALHO, J. **A morfossintaxe do português brasileiro e sua estrutura argumental: uma investigação sobre anticausativas, médias, impessoais e a alternância agentiva.** Tese (Doutado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHAPMAN, C. **Investigating clitic doubling in Laurentian French: an experimental approach.** Ottawa: University of Ottawa, 2012.

CERQUEIRA, V. C. A forma genitiva "dele" e a categoria de concordância (agr) no Português Brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 129-161.

CLAPI – **Corpus de langues parlées en interaction.** Disponível em: <http://clapi.icar.cnrs.fr>.

CYRINO, S. **O objeto nulo no português brasileiro: um estudo sintático-diacrônico.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/270355/1/Cyrino_SoniaMariaLazzarini_D.pdf

CUMMINS; S. ROBERGE, Y. A modular account of null objects in French. **Syntax.** Oxford: Blackwell Publishing Ltd, ed. 8, v. 1, 200. p. 44–64.

DUARTE, M. E.; SERRA, C. Gramática(s), ensino de português e “adequação linguística”. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.22, n.36, jan/jun. 2015.

GALVES, C. Clíticos e concordância em português. In: **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 125-152.

_____. **Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística.** Projeto de pesquisa - Universidade Estadual de Campinas/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Campinas 1998. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/prfpml/fase1>. Acessado em: 28 outubro 2014.

GALVES, C. et al. Morfossintaxe e uso dos pronomes pessoais na sincronia e na diacronia do português brasileiro. **Rumos da linguística brasileira no século XXI.** 2016. cap. 6, p. 123-154.

GALVES, C. **Tycho Brahe corpus syntactic annotation system.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/manual/syn-frm.html>.

GOURIO, J.-M. **Brèves de comptoir.** Paris: Laffont, 2002.

EINHORN, E. **Old French: a concise handbook.** London; New York: Cambridge University Press, 1974.

FOURNIER, D. H. **La structure du prédicat verbal**: une étude de la construction à double objet en français. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of French, University of Toronto, Toronto, 2010.

GONÇALVES, A.; RAPOSO, E. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. et al. **Gramática do português**. Fundação Calouste Gulbenkian. v. 2., cap. 28, 2014. p. 1155-1218.

GREVISSE; GOOSSE. **Nouvelle Grammaire Française**. ed. 3. Louvain-la-neuve : Duculot, 1995.

HALLE, M., MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, J. (sld.) The view from Building 20. **Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge, MA: MIT Press, 1993. p. 111-176.

KATO, M. Gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A. Maria et. al. **Ciências da Linguagem**: trinta anos de investigação e ensino. Braga. CEHUM. University of Minho, 2005. p. 131-145.

_____. Caso inerente, caso *default* e ausência de preposições. In: SEDRINS, A. P. et al. (Org.). **Por amor à Linguística**. Maceió: Edufal, 2012.

_____. **Comparando o português da América com o português de Portugal e com outras línguas**. São Paulo: Unicamp, 2005.

_____.; CYRINO, S.; CORRÊA, V. Brazilian Portuguese and the recovery of lost clitics through schooling. In: PIRES, A.; ROTHMAN, J. **Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition**. Berlin, New York. Mouton de Gruyter, 2009. p. 245-272.

KAYNE, R. S. French Syntax: the transformational cycle. In: **Current Studies in Linguistics Series**. Massachusetts: The MIT Press, 1975.

_____. Parameters and universals. In: **Oxford studies in comparative syntax**. New York: Oxford University Press, 2000.

MACHADO-ROCHA, R.; RAMOS, J. M. Clitic doubling and pure agreement person features. **Revista de Estudos da Linguagem**. v. 24, n. 2. Belo Horizonte, 2016, p. 378-416.

MAGRO, C. Redobro de clítico em português europeu. **Estudos de Lingüística Galega**. v. 11, 2019. p. 29-75.

MARCUSCHI, L. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2008.

MATTOS E SILVA, R. V. Estruturas Trecentistas: Elementos para uma Gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 1989.

_____. **O português arcaico uma aproximação**. Léxico e Morfologia. v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

MENUZZI, S. **Sobre as opções anafóricas para antecedentes genéricos e para variáveis ligadas**: comentários a Ana Müller. *Letras de Hoje*, v. 38, n. 1, p. 125-144, 2003a.

MORIN, Y-C. La morphophonologie des pronoms clitiques en français populaire. *Cahier de linguistique*. n. 9, 1979, p. 1-36. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/800076ar>.

MÜLLER, A.L. **A gramática das formas possessivas no português do Brasil**. IEL tese. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MRAENDZ. **Les animaux pauvres**. YouTube, 4 set. 2011. (4m18s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uuf10G_2E3c&t=93s. Acesso em: 19 novembro 2020.

NUNES, J. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 207-222.

OLIVEIRA, L. de. **Análise de aquisição de clíticos pronominais e de posições sintáticas não nulas do francês por aprendizes brasileiras(os) adultas (os)**. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. O Corpus Tycho Brahe: contribuições para as humanidades digitais no Brasil. *Filol. Linguíst. Port.* São Paulo, v. 16, n. spe, p. 53-93, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16ispep53-93>.

POLLOCK, J.-Y. Verb Movement, Universal Grammar, and the Structure of IP. *Linguistic Inquiry*. ed. 20, 1989. p. 365-424.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing arguments** (Linguistic Inquiry Monographs 49). Cambridge, MA: MIT Press, 2008. p. xvi+156

RADHOUANE, N. **Syntaxe descriptive**. Collection Pédasup. Belgique: Academia Bruylant, 2007.

SILVA, G.M.O. **Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro** [tese]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1982.

_____. Estertores da forma seu de terceira pessoa na língua oral. In: SILVA, G.M.O, SCHERRE, M. (Org.). **Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Tempo Brasileiro: 1996. p. 169-146.

TORRES MORAIS, M. A. **Os dativos**. Tese de Livre Docência [livre docência]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; SALLES, H. Parametric change in the grammatical encoding of indirect objects in Brazilian Portuguese. **Probus**, v.22, 2010.

TORRES MORAIS, M. A.; RIBEIRO, I. Possessivos de 3ª pessoa: o português arcaico e o português brasileiro contemporâneo. **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, v. 16, n. spe, 2014. p. 15-51. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v16ispep15-51>

WOLDSNES, A. K. **La possession inaliénable**: une analyse contrastive. Noruega: Universidade de Oslo, 2013.

ZAZ. **Comme ci comme ça**. Sony atv music publishing: 2013. Disponível em: <https://www.lyrics.com/lyric/33483516/Zaz>. Acesso em: 19 novembro 2020.

ZRIBI-HERTZ, A. Le système des possessifs en français standard moderne. In: **Langue française**: Le groupe nominal : contraintes distributionnelles et hypothèses de descriptions. n.122, 1999. pp. 7-29. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1999_num_122_1_6285. Acesso em: 16 setembro 2019.

CLERC, J. **Ma Preference**. 1975. Disponível em: <https://www.lyrics.com/lyric/8955159/Julien+Clerc>. Acesso em: 29 abril 2022.

VAN PETEGHEM, M. Possessives and grammaticalization in Romance. **Folia Linguistics**, v. 46, Issue 2, 2012.